

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH-III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS – PPGESA**

UILSON VIANA DE SOUZA

**A SECA DE 1983 E 2012 DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE COMPARADA DO DISCURSO MIDIÁTICO EM TRÊS
REPORTAGENS DO PROGRAMA GLOBO RURAL**

**JUAZEIRO-BA
2017**



UILSON VIANA DE SOUZA

**A SECA DE 1983 E 2012 DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE COMPARADA DO DISCURSO MIDIÁTICO EM TRÊS
REPORTAGENS DO PROGRAMA GLOBO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Educação Cultura e Territórios Semiáridos-PPEGESA da Universidade do Estado da Bahia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Orientador: Prof. Dr. Juracy Marques dos Santos.

Linha de Pesquisa: Comunicação Intercultural

**JUAZEIRO-BA
2017**

Souza, Uilson Viana de

S729 A seca de 1983 e 2012 do semiárido brasileiro: uma análise comparada do discurso midiático em três reportagens do programa Globo Rural. / Uilson Viana de Souza. -- Juazeiro, 2016.

187 f. il.

Orientador: Juracy Marques dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2016.

Bibliografia e anexos

1. Seca - Brasil - Nordeste 2. Análise do discurso 3. Telejornalismo - Brasil I. Santos, Juracy Marques dos II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas

CDD 574.52652

UILSON VIANA DE SOUZA

A SECA DE 1983 E 2012 DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARADA DO DISCURSO MIDIÁTICO EM TRÊS REPORTAGENS DO PROGRAMA GLOBO RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Stricto Sensu-
Mestrado Acadêmico em Educação Cultura e Territórios Semiáridos-PPEGESA
da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos à obtenção do
título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.
Área de concentração: Educação, Cultura e Contextualidade.

Linha de Pesquisa: Comunicação Intercultural

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juracy Marques dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – Orientador

Prof^a. Dr^a. Luzineide Dourado Carvalho
Universidade do Estado da Bahia – Avaliador interno

Prof^a. Dr^a. Claudiane de Oliveira Carvalho
Universidade Federal da Bahia- Avaliador externo

Dedico este trabalho aos comunicadores, comunicadoras, e jornalistas que de alguma forma dedicaram e dedicam suas vidas, na tentativa de desbravar os apagamentos discursivos presentes nas narrativas estereotipadas sobre o Sertão Semiárido, propondo outros enquadramentos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, fruto de um árduo caminho trilhado até aqui, só foi possível graças a cumplicidade de muitas gentes e de uma força divina, o qual não seria possível se não fosse:

A presença e a fé em um Deus possível.

A sabedoria de espírito e humildade de meus pais que sempre questionaram meus deslocamentos, portanto apoiaram, como este.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, cunhados e toda a família que ao criticarem, fizeram-me ousar e apoiando, me fizeram mais forte; em especial a Nicinha e Wilian que me acolheram em sua casa em tantos momentos como este que registro agora

A família de Tatiane e em especial a esta companheira, que junto com nossa cria soube vivenciar junto comigo cada momento vivido de perto e de longe.

Aos amigos de tantas batalhas e trincheiras, que vivenciando juntas as diversas experiências da militância política sindical, de igreja, de raça, da formação estudantil, souberam acolher minhas angústias, meus incômodos e nossas alegrias.

Àqueles que não estão mais em nosso meio, em especial ao meu “pai” de estimação, Humberto do Bonzão, a Dermeval, ao seu Valdo, a Ildo Bento, a Heleno Machado que festejou comigo o ingresso no primeiro cursinho pré-vestibular da UNEB em 2003. A seu João de Sabino, aos meus avós, a minha tia Maria, tios, parentes e amigos, de alguma forma são vozes que continuam a ecoar de algum lugar uma força que nos impulsiona a continuar por aqui fazendo aquilo que acreditamos;

Quero agradecer algumas famílias que se fizeram presentes em minha jornada do Ensino Médio e que me acolheram em suas casas quando tinha que deslocar para a cidade para estudar. Em nome das mulheres destas famílias que estiveram mais próximas, agradeço imensamente: Lucéia, Dainha (in Memória), Andréa, dona Lia,

dona Dedê, dona Chiquinha (in Memória), comadre Elizete, Zailde de Dimário, dona Pretinha, Edinei, a família de Jaques na pessoa de Gerusa, Rosangela e Lene, Leuza e tantas outras que já peço perdão se me fez esquecer neste registro.

Em Juazeiro quero agradecer a todas as pessoas que de um modo muito carinhoso me acolheram em suas casas, em especial a minha amiga Márcia Guena.

Aos colegas de república e de confraternização; o corpo docente, funcionários servidores tanto do PPGESA, como de todo o campus III da UNEB, que se tornaram amigos.

Não posso deixar de registrar aqui o agradecimento muito especial aos nobres amigos e amigas que mais que colegas de curso, surgiram em nossas vidas e não mais afastaram com quem convivi momentos intensos de formação, aprendizagem, mas também, de interação e recíproca amizade.

A todos e todas que de alguma forma dedicou um momento de seu tempo nesta fase conclusiva, contribuindo com seu olhar crítico para o aperfeiçoamento da pesquisa, neste sentido agradeço ao meu orientador Juracy Marques e as pessoas que trabalharam no processo de correção ortográfica, configuração e tradução.

Enfim a todos os colegas do Ensino Médio, das Graduações e Pós-Graduações que festejaram comigo mais esta conquista e a minha gente do quilombo de Volta Grande, que muitas vezes sem entender as minhas idas e vindas, sempre me acolheram e acreditaram em nossas investidas.

Coisas do meu Sertão

Patativa do Assaré

“Seu Dotô que é da cidade
Tem dipirona e posição
E estudou derne menino
Sem perde uma lição,
Conhece o nome dos rio
Que corre inriba do chão,
Sabe o nome das estrela
Que forma constelação,
Conhece todas as coisas
Da historia da criação
E agora qué i na lua
Causando admiração
Vou fazer uma pergunta,
Me preste bem atenção:
Pruquê não quis aprender
As coisas do meu Sertão?”

RESUMO

Esta dissertação busca evidenciar o Discurso Jornalístico do Programa Globo Rural acerca de duas secas ocorridas no Semiárido Brasileiro, 1983 e 2012. A proposta é buscar identificar como se deu a produção discursiva nestes dois períodos, no intuito de responder se houve ou não mudanças no discurso jornalístico. A construção do percurso teórico-metodológico está ancorada na Análise do Discurso (AD) e na Análise Bibliográfica, as quais dão base para a consolidação do que estamos considerando de construção discursiva de sentido, tomando como referencial os teóricos da Análise do Discurso da vertente Francesa e da área da Comunicação Social a partir de conceitos como produção, distribuição e enquadramento da notícia, que nos auxilia na compreensão de que o discurso jornalístico se dá por escolhas pré-estabelecidas no espaço da produção. O contexto em que estão inseridas as três reportagens analisadas é abordado como um componente em análise, por entendermos que o discurso não está apartado do espaço social e, portanto, é híbrido. Não sendo puro, este se faz das contribuições de outros discursos, os quais também não estão dissociados da esfera social. Entender o discurso como produto da empresa jornalística e do espaço social, são questões que norteiam o processo de análise de dados desta pesquisa e que nos levam a uma interpretação não ingênua, conduzindo-nos a problematizar as categorias de análise: TV, Seca e Política dentro de um quadro maior em que estão contempladas as questões sobre o Semiárido, a Comunicação e o Discurso Jornalístico. Neste sentido, este trabalho se articula por meio da AD, numa perspectiva de apontar como o discurso se mantém ou se configura considerando dois períodos distintos de seca, bem como as mudanças contextuais e paradigmáticas ocorridas.

Palavras-Chave: Discurso jornalístico; Secas; Semiárido Brasileiro; Análise do Discurso.

ABSTRACT

This essay tries to highlight the Journalistic Discourse of the Globo Rural Program's on the two droughts occurred in the Brazilian Semi-arid, in 1983 and 2012. The proposal is to identify how a discursive production was produced in these two periods, in order to answer if there was or not changes in the journalistic discourse. The construction of the theorist-methodological path is anchored in the Analysis of the Discourse (AD) and Bibliographic Analysis, which are the basis for a consolidation of what are considered as a discursive construction of meaning, taking as reference the theorists of Analysis of the Discourse the French side and Social Communication from concepts such as production, distribution and framing of news, which help us in the comprehension that the journalistic discourse is given by pre-established choices in the space of production. The context in which are inserted the three analyzed articles is approached as a component in analysis, by understanding that the Discourse is not separated of the social space, therefore, is hybrid. Not being pure, this is made of the contributions of other discourses, which are also not dissociated from the social sphere. Understanding the discourse as a product of the journalistic company and the social space are issues that guide the process of analysis of research data and that lead us to leave the zone of innocence of a non-naive interpretation, leading us to complicate categories of analysis TV, Drought and Policy within a larger framework in which it is contemplated the issues about the Semi-Arid, the Communication and the Journalistic Discourse. In this sense, this work articulates through AD, a perspective of how the discourse is maintained or configured as two different periods of drought, as well as the contextual and paradigmatic changes

Keywords: Journalistic discourse; Droughts; Brazilian Semi-Arid; Analysis of the Discourse

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido
AD	Análise de Discurso
AC	Análise de Conteúdo
ADENE	Agencia de desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF Parnaíba	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
CAA	Centro de Assessoria do Assuruá
COOPERCUC	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
DENOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GR	Globo Rural
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
INFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
NEPEC com o Semiárido	Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação para a convivência com o Semiárido
NINJA	Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPGESA Semiáridos	Programa de Mestrado em Educação Cultura e Territórios Semiáridos
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
POLO NORDESTE	Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste

PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
P1MC	Programa de Mobilização Social para a Construção de Um Milhão de Cisternas Rurais.
P1+2	Programa Uma terra e Duas Águas;
PTDRS	Plano de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste
PROJETO SERTANEJO	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
KM	Quilômetros
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
S.O.S	Socorro
SAB	Semiárido Brasileiro
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
TV	Televisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	25
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	27
1.3 OBSERVAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA.....	28
1.4 O PROGRAMA GLOBO RURAL (GR): CARACTERIZAÇÃO, ESCOLHA E RECORTE DA PESQUISA.....	33
1.4.1 Problematizando o Globo Rural para uma análise crítica	36
2. SEMIÁRIDO, COMUNICAÇÃO E DISCURSO: ANCORAMENTOS EM TORNO DE UMA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDO	38
2.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUA DELIMITAÇÃO PELA MÍDIA	38
2.2 O CONTEXTO EM QUE SE INSEREM AS SECAS DE 1983 E 2012.....	40
2.3 COMUNICAÇÃO E DISCURSO: CONCEPÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO DISCURSO MUDIÁTICO	43
2.3.1 Para uma prática interpretativa do discurso	51
2.3.2 O discurso jornalístico na lógica da interdiscursividade e da AD	53
2.3.3 A imagem por dentro da Análise do Discurso Jornalístico	55
2.3.4 Conhecendo as fontes e tradições da análise de discurso	59
2.3.5 A opção pela AD de vertente francesa	63
2.3.6 Produção do discurso jornalístico e a construção discursiva de sentido	63
2.3.7 Apontamentos sobre o risco de uma verdade única institucionalizada ...	68
2.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE	73
2.4.2 A categoria seca: sentidos e conceitos	78
2.4.3 Categoria política: o estado da arte das políticas públicas destinadas à seca no SAB	82
<i>2.4.3.1 Como as políticas públicas são tratadas pela mídia televisiva</i>	97
3 METODOLOGIA DA PESQUISA: PRODUZINDO SENTIDOS	100
3.1 A ANÁLISE DE DISCURSO ENQUANTO MÉTODO DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	109
3.2 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS: CATALOGAÇÃO, ESCOLHA E ANÁLISE DAS REPORTAGENS.....	112

4 RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS.....	117
4.1.1 Reportagem 1: Especial sobre a seca de 1983.....	117
4.1.2 Analisando a Reportagem 2: Bahia tem a pior seca dos últimos 30 anos.....	127
4.1.3 Reportagem 3: Feira agroecológica em Remígio e tecnologias de convívio com a seca, Solânea, Paraíba.....	132
4.2 ANÁLISE GERAL CONCLUSIVA DAS REPORTAGENS.....	140
4.2.1 Questões comparativas dos períodos de seca em análise.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS.....	157
ANEXOS.....	167
Anexo A: apresentação e descrição das reportagens.....	168
Anexo B: Contato com a edição do Programa Globo Rural.....	185

1 INTRODUÇÃO

A proposta de fazer uma Análise do Discurso (AD) Midiático de três reportagens do Programa Globo Rural sobre a seca no semiárido Brasileiro em períodos distintos nasce de algumas motivações: a primeira delas está arraigada no desejo de entender como este discurso é produzido na ótica da mídia e, em particular, na Rede Globo de televisão, tida como um dos maiores veículos de comunicação aberta da América Latina e de maior audiência no Brasil. A emissora assumiu, por este feito, uma hegemonia que lhe gabaritou a partir da década de 1980, ano que também dá início ao Programa Globo Rural – de expansiva audiência e distribuição de conteúdo na região Nordeste e Semiárida do país. Esta expansão da TV brasileira para lugares tidos como isolados na ótica da programação também foi um fator que nos interessou e nos motivou a problematizar por que razão a TV passa a explorar este novo público.

Este projeto é fruto de uma primeira experiência desenvolvida na Especialização em Educação para a Convivência com o Semiárido entre 2013 e 2014, onde surgiu a primeira de idéias de pensar a AD por dentro de um veículo televisivo, optando-se pela programação jornalística da Rede Globo que contemplou quatro programas televisivos (Jornal Nacional, Profissão Repórter, Globo Cidadania e Globo Rural) como o intuito de investigar como apareciam o discurso sobre dois paradigmas distintos sobre a seca: o combate à seca e a convivência com o Semiárido. Ao dar continuidade a este estudo, focalizamos a análise em um único programa televisivo, afunilando assim questões de cunho jornalístico como: conceitos da linha editorial do programa, o público alvo, dentre outros.

A novidade aqui proposta enquanto um projeto de pesquisa é, para além de entender o discurso sobre a seca, apontar que mudanças ocorreram neste discurso entre um período e outro. Outro destaque, diz respeito ao objeto de estudo que trata do Semiárido, dentro de um Programa que discute os territórios Semiáridos e, portanto, a pesquisa se dá para e dentro deste contexto. Ela está amparada na linha dois que trata sobre a Comunicação Intercultural e, assim, entendemos que mesmo não tendo um viés na educação como

objeto de estudo, este trabalho acaba por dar sua contribuição neste campo ao compreendermos que todo ato comunicativo é, por si mesmo, educativo, e ao pensarmos a comunicação como campo de estudo dentro do Programa de Mestrado em Educação Cultura e Territórios Semiáridos, a AD se coloca neste contexto como um componente propositivo, no sentido de pensar o ato educomunicativo dos meios de comunicação e, neste mesmo aporte, pensar como os próprios educadores e as instituições das escolas formais e não formais podem trabalhar a educação para os meios de comunicação, não dissociando-se, inclusive, da perspectiva interdiscursiva.

Quando assim compreendemos, fica claro que não desejamos aqui trabalhar uma metodologia que possa dar conta de discutir, por exemplo, a Educomunicação enquanto lugar de vanguarda e embrião para daí nascer uma pesquisa comprometida com o trabalho de campo em escolas do Semiárido; pelo contrário, entendemos que este trabalho, da forma que está estruturado, aborda a educação por dentro da visão do telespectador enquanto sujeito ativo da recepção e de como ele se relaciona e usa para si e para o seu meio social o discurso midiático sobre o Semiárido.

Nesta mesma linhagem, a questão cultural é tratada o tempo todo por dentro de uma perspectiva crítica de AD que buscou privilegiar neste trabalho a cultura enquanto contexto e este, por sua vez, tido como indissociável e inerente à produção do discurso. Os Territórios Semiáridos, descritos assim por se entender que nesta região há uma multiplicidade de existência e, ao contrário do que a mídia insistentemente deseja enquadrar, bem como buscamos problematizar de como se dá este enquadramento especificamente no Programa Globo Rural, são descritos, também, enquanto contexto do Discurso Midiático e para, além disto, contemplados por dentro das categorias de análise, onde se busca entender como a mídia trata esta região.

Ao problematizar a escolha do veículo de televisão, consideramos que a Rede Globo é notoriamente conhecida pela opção que fez ao escolher, como padrão, o modelo de jornalismo Norte americano, bem como a sua notada influência e referência político-ideológica, onde em vários momentos da história deste país tomou posturas em nome de grupos e interesses políticos. Pontuamos, também, que a emissora, como todas as demais, no início do terceiro milênio se viu provocada a uma mudança de atitudes, com

vistas a atingir e conquistar novos públicos, dada a política de concorrência, o aumento de emissoras com concessões públicas, a introdução dos canais privados de TV por assinatura, a abrangência da TV pública, a convergência digital.

Tudo isto contribuiu, também, para pautar o que antes era tido para a TV brasileira como o estranho, o subdesenvolvido, passando a não mais privilegiar tão somente a cultura urbana dos grandes centros do Sul e Sudeste e dando lugar, como fez o cinema novo às narrativas das favelas, do Sertão Nordestino. Discutimos mais adiante tais narrativas e em quais perspectivas elas são tratadas pela mídia. É neste contexto que optamos por investigar como se dá o discurso midiático de um programa jornalístico deste veículo televisivo, acerca da região semiárida, tendo como instrumento de estudo a Análise de Discurso e a bibliografia consultada.

Todas estas questões foram fomentadas ao longo da trajetória política e militante do pesquisador, levando a fazer uma escolha pelo modelo de comunicação tida como Alternativa e Comunitária e com pressupostos fundantes no processo de democratização e acesso à comunicação, às vozes e sujeitos que historicamente permanecem invisibilizados e marginalizados pelo modelo vigente de comunicação que se instalou no Brasil.

Inspirando nestas escolhas, o estudo se coloca aqui como um problematizador do atual modelo midiático brasileiro demarcado pelo controle monopolista dos canais abertos de televisão, ao considerar que os principais veículos de comunicação aberta do Brasil são pertencentes a apenas sete famílias, dos quais a Rede Globo é uma delas. Estas são as que determinam o tipo de conteúdo que devemos assistir e, por consequência, acabam por influenciar no modo de ouvir música, ler, vestir e comer. Segundo Sodré (1986) essas são práticas sociais influenciadas por uma indústria cultural de consumo, que tem a mídia como lugar de comercialização e disseminação. O conteúdo regional, por sua vez, fica à mercê de uma programação que tende a legitimar a cultura do Sul e Sudeste como modelo padrão.

Os grandes veículos de comunicação do Brasil estão localizados na região Sul e Sudeste do país. O processo de influência por meio de anúncios e comerciais focados no consumo

material, cultural e político é feito de lá para cá, ou seja, a região Semiárida sempre foi receptora de uma grande carga de influência detentora destas duas regiões. Induz-se uma padronização cultural, tendo em voga a definição de uma linguagem padrão e detentora da razão, além de outros valores, potencializados principalmente em novelas. A mídia, neste sentido, representa hoje uma forte influência no processo de formação cultural, intelectual e educacional do povo brasileiro. Com forte aparato ideológico e de transmissão, ela tem buscado reproduzir um conceito de cultura de massa desenvolvendo, desta forma, um agenciamento ideológico da cultura nacional (SODRÉ, 1986, p.93)

Neste trabalho, damos destaque às formas alternativas de comunicação desenvolvidas por grupos, ONGs, pastorais e movimentos sociais no Brasil, a exemplo do MST, da Mídia NINJA, como mecanismos que tem buscado dar voz às minorias e aos sujeitos subalternizados por este modelo de comunicação excludente e concentrador. O Semiárido Brasileiro aqui pautado, com suas gentes, seu bioma, suas tecnologias, seus saberes, sabores e dissabores são alguns exemplos de vozes ainda ensurdecidas neste contexto.

O contexto que se desenhou e se efetivou sobre o modelo de comunicação no Brasil, no nosso caso da TV aberta no Brasil, nos leva a entender o que Foucault (2001), em “A ordem do discurso”, classifica como apagamento. Podemos adiantar que em se tratando do processo de persuasão, manipulação e a falta de um enquadramento que dê conta das especificidades sobre o Semiárido Brasileiro, questões estas visibilizadas na cobertura da grande mídia convencional nos dão conta de um “Semiárido apagado” no tempo reportado pela mídia. Talvez aqui já tenhamos o mote para discutir o que apontamos logo a diante sobre o processo de produção e distribuição da notícia, como fator influente no processo de comunicação, levando em conta dois aspectos, o primeiro é de como se dá a abordagem sobre questões como a seca nas linhas editoriais das redes de televisão, o segundo trata-se do acesso da maior parte da população somente à TV aberta.

Ao tecer uma crítica sobre o modelo midiático que se instaurou no país, consideramos que as leis vigentes que regem este sistema e que decidem pelas concessões públicas dos canais estão ultrapassadas. Houve, no primeiro governo LULA do Partido dos Trabalhadores, um ensaio de discussão e mobilização sobre o processo de

democratização da Comunicação Social no Brasil, convocando a sociedade civil e as empresas de comunicação para fazer proposições dadas a partir da I Conferência Nacional de Comunicação. Daí algumas propostas deram alguns passos, a exemplo da criação do Conselho Federal de Comunicação e na Bahia o primeiro Conselho Estadual de Comunicação no governo Wagner. Portanto, faltou fôlego para o governo continuar o debate sobre o caduco Marco Regulatório das Comunicações e estamos vivenciando, na conjuntura do governo Temer do PMBD, uma proposição do Ministério das Cidades sobre a regulamentação da Internet que visa priorizar o capital, diminuindo direitos já conquistados de um maior acesso aos usuários.

Dentro deste modelo que privilegia o monopólio midiático, se faz presente a empresa jornalística de comunicação que por sua vez é quem determina a linha editorial de seus veículos e quem direciona o formato da produção da notícia e do discurso midiático. No âmbito das empresas, está a que nos interessa neste trabalho, a Rede Globo de Televisão, da qual trazemos como recorte o seu programa Globo Rural ao analisarmos as três reportagens do mesmo sobre as secas. A TV Globo é objeto de discussão ao tecermos uma abordagem sobre o Telejornalismo no Brasil. A Rede Globo representa uma das maiores empresas de telecomunicações da América Latina, também capitaneada por uma das sete famílias que detém o controle midiático brasileiro, neste caso a família Marinho.

Depois de apresentarmos aqui os aspectos sobre a mídia no Brasil e contemplarmos, por conseguinte, a discussão sobre empresa jornalística, trazendo a Globo como exemplo e recorte de pesquisa, apresentamos nesta ordem a comunicação como objeto e produto por excelência de todo deste processo. A comunicação aqui é tida como um ato social e, portanto, inerente a qualquer grupo que se classifica como social. Como afirma o jornalista Antônio Costela (1978) a “vida social é inter-relacionamento” e esta dinâmica pressupõe e fomenta comunicação. Assim, esta só ganha sentido quando há um emissor interessado em produzir e distribuir comunicação e um receptor disposto a recebê-la e utilizá-la em seu meio.

Partimos, também, do pressuposto de que o ato de comunicar não está alheio a feitura de opções predeterminadas pelos veículos de comunicação, como o intuito de chegar até o

outro, visto que se trata de um processo onde está implícito o agente que comunica e o sujeito que recebe, gerando assim um efeito de sentidos (SAMPAIO, 2016, p. 30). Neste sentido, comungamos com Charaudeau (1997, 2003, 2012, 2013), que nos leva a compreender que o ato de informar é, por si, uma produção permanente do discurso, objeto de estudo que permeia a construção deste trabalho. Há, neste processo de comunicação, dois fatores determinantes: um está relacionado ao processo de produção e o outro de distribuição, o que implica em como a mensagem se faz chegar a quem está na ponta, interferindo diretamente nos usos e modos que este passa a fazer desta mensagem.

Assim, concordando com Koch (2006), a comunicação é processual, onde estão inseridos dois sujeitos ativos, o enunciador e o receptor. O primeiro é produtor da notícia, já o segundo, ao receber tal conteúdo, participa por meio da interpretação do texto. Neste caso o texto não se encerra quando ele é produzido por determinado veículo de comunicação, mas o seu desdobramento e interpretação dizem de uma construção processual. Outrossim, vale destacar a importância do enunciador enquanto agente produtor desta interlocução.

O modelo de comunicação que buscou privilegiar apenas alguns grupos sempre esteve voltado para uma produção midiática de consumo de massa. O contexto social com elevado grau de analfabetismo, baixo poder aquisitivo e a falta de acesso à cultura e ao conhecimento, são fatores que tem contribuído para o acesso maciço da maioria da população brasileira à informação por meio da TV aberta. Bernardo Kucinski (1998) ressalta que o poder de influência da televisão se acentua em sociedades com condições culturais, econômicas e sociais precárias, como a brasileira. Esta influência está muito presente na introdução de outras formas de consumo culturais, reforçado pela TV, em seus formatos jornalísticos e de entretenimento, como veremos a diante. Segundo Lopes e Gómez (2015) existem, no Brasil, seis redes de televisão aberta, cinco privadas e uma pública, o que mostra uma maior disponibilização-distribuição de conteúdo na modalidade aberta. Mais à frente, ao discutir o modelo de Telejornalismo adotado no Brasil na categoria analítica TV, esta discussão é demarcada com maior evidência.

A distribuição do conteúdo midiático na zona rural e urbana do Semiárido é feito em sua maioria pelos veículos abertos, de concessão pública da grande mídia nacional, a

exemplo da Rede Globo, da Rede Record, da TV Bandeirantes. Todas estas se utilizam, hoje, de um processo de distribuição de conteúdo tendo como estratégia TVs afiliadas nas capitais dos Estados ou nas maiores cidades. Muito antes desta estratégia, o principal canal de televisão que chegava com sinal razoável nas casas do SAB era o da Rede Globo. Lembro-me quando criança, na pequena comunidade de Volta Grande, onde cresci que existiam apenas dois televisores, um na rua de cima outro na rua de baixo. Lá, a energia elétrica só chegaria em 1985. Mas, mesmo antes dela, tais televisores chegaram a funcionar com o uso de baterias, com horário reduzido de uso. Na rua de baixo a Televisão ficava na casa da Senhora Edite Gomes Alecrim e, na outra rua, ficava localizada na residência do senhor Florisvaldo Francisco de Oliveira, entre o horário nobre do Jornal Nacional até a novela das oito e nos jogos da Seleção Brasileira estas casas ficavam intrasitáveis. Com o advento da energia foram se multiplicando os televisores e já entre o final da década de 1980 e 1990 começaram aparecer as primeiras antenas parabólicas com a ampliação de canais e uma melhor qualidade de imagem em colorido.

Nas comunidades rurais, as poucas TVs que existiam até o final da década de 1980 se conectavam com a antena popularmente conhecida como “espinha de peixe¹”, captando apenas o canal da Rede Globo. Uma constatação disto é o maior domínio de áreas por parte desta emissora com TVs afiliadas, como é o caso da TV Grande Rio em Petrolina-PE, da TV São Francisco em Juazeiro-Bahia, além de outros, como em Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, todas na Bahia. Este contexto demonstra a hegemonia da Rede Globo de Televisão na região do Semiárido Brasileiro.

O domínio de audiência da Rede Globo de Televisão em lugares longínquos do Sertão Semiárido foi um dos critérios observados na escolha do veículo de comunicação, tendo em vista que, ao fazer uma pesquisa de cunho comparativo, que tem como produto de análise, matérias com intervalo de 30 anos de um período para o outro, há uma possibilidade maior de encontrar este produto num veículo do que dentro do período de análise, em que já se fazia presente na região por meio de seu canal aberto. Já que também há de se considerar o quesito audiência, ou seja, se os demais canais ainda não

¹ Por ter um formato que lembra a organização do esqueleto de um peixe em escamas, esta antena ficou popularmente conhecida com este nome.

chegavam com intensidade nesta região, a não ser pela antena parabólica, certifica-se, então, que não havia neste caso uma proximidade com o telespectador, não havendo, por sua vez, um maior interesse em pautar temas locais.

No campo jornalístico, o formato de produção da notícia, fator este já considerado importante no processo de comunicação e especificamente na discussão desta pesquisa, perpassa também por valores que estão impregnados em padrões culturais historicamente produzidos, onde prevalece a idéia de Semiárido reduzida ao espaço rural, o espaço rural reduzido à agricultura, e esta por sua vez reduzida ao sinônimo de atraso, como menciona Fávero e Santos (2002). Esta constatação construída acaba por influenciar no modo de produção da notícia e, por sua vez, do discurso, já que o mesmo está intrínseco ao contexto em que se insere, podendo levar a um jornalista que vem do Sul para o Semiárido a considerar ou não a diversidade do contexto local, ao tratar da questão da seca numa reportagem.

O processo de produção da notícia está intimamente ligado à linha editorial da empresa jornalística. Neste caso, o que está em voga aqui é entender como se dá a produção do discurso sobre as secas do SAB, analisando qual recorte que se faz sobre este aspecto climático, ou se ele é apresentado no discurso do Globo Rural como uma representação generalizada do contexto local. Neste particular, os conceitos de enquadramento da notícia, imparcialidade, objetividade jornalística e verdade permeiam o tempo todo para ajudar-nos compreender as escolhas e intencionalidades da empresa jornalística, que por sua vez, estas podem permanecer implícitas ou explícitas.

A Análise do Discurso Midiático, enquanto método operou no sentido de dá visibilidade a estas opções presentes no discurso das matérias analisadas. Pois ele pode nos ajudar a enxergar aquilo que intencionalmente não está posto. Por exemplo, nas reportagens analisadas, percebemos que a discussão sobre os grandes projetos de captação e distribuição de água como as barragens se fez presente como uma solução apontada pelo programa, portanto não foram evidenciadas questões como se deram historicamente o direcionamento destes projetos na região semiárida, muitos deles desenvolvidos pelo DNOCS e CODEVASF. Não é por acaso que o contexto histórico e político de 1983 e 2012 foram evidenciados na pesquisa, como meio de apropriação da realidade de cada época.

A pesquisa busca por meio do método comparativo, do material empírico e dos referenciais teóricos, responder a hipótese se há de fato uma veiculação da região semiárida demarcada por uma repetição de imagens que recorrem aos estereótipos historicamente construídos por um discurso imagético de uma região inviável. Assim a nossa questão – problema visa investigar se há mudanças no discurso jornalístico do Programa Globo Rural no tocante a seca de 1983 e 2012, a partir da análise de três matérias.

A particularidade de cada contexto histórico de seca, dadas as questões que estão diretamente ligadas a estes períodos, é de fundamental valor para esta pesquisa, considerando aproximadamente três décadas entre um período e outro, e o caráter comparativo que nos ajudou entender as mudanças que foram sendo operacionalizadas no campo político e no processo de institucionalização de políticas públicas, tanto de combate como de convivência com a seca. As políticas direcionadas para este último paradigma sinalizaram para uma análise contextual da conjuntura política e da mudança paradigmática entre 1983 e 2012, as quais foram aprofundadas na análise dos dados.

Levantamos a hipótese de que, entre estes períodos, é provável identificarmos mudanças no campo das gestões governamentais e no modelo de governar dada a conjuntura política que esteve posta em 1983, bem como as transformações que foram sendo gestadas até o ano de 2012. Este último período compôs um cenário conhecido de novo milênio e de mudança do governo do PSDB para o PT, além de denotar como a mídia tratou a seca em períodos distintos marcados por concepções e políticas de governos diferentes.

Quando idealizamos investigar o que há de novo no discurso da mídia sobre a seca, buscamos inspiração na provocação trazida por Boaventura de Souza Santos (1987), o qual afirma que as perguntas continuam sendo as mesmas de 200 anos atrás e que há uma urgência em dar respostas a perguntas simples. A pergunta à problemática é simples, mas não poderia ser mais simples. Há uma diferença entre questionar se há mudanças no discurso jornalístico para perguntar que mudanças existem no discurso jornalístico. Seria bem mais simples fazer esta última pergunta, na medida em que ela poderia nos trazer uma resposta pragmática de sim ou de não. Como trata-se de uma

investigação, questionamos se há mudanças, porque qualquer uma das respostas (sim ou não) nos direciona à problematizar as respostas que estão implícitas a partir da análise do discurso.

Ancoramos em Leitão e Santos (2013, p.35) ao afirmar que “o jornalismo que não rompe com os processos estereotipados perde a oportunidade de contribuir com o conhecimento real da região”. No caso do Semiárido Brasileiro (SAB), segundo as autoras, “os veículos de comunicação parecem eleger apenas um recorte para retratar este lugar, o retrato carregado de um significado específico apenas de seca”. O termo “parecem” apresenta aqui como dúvida ou desconfiança, e não uma afirmação, o que nos motiva a debruçar sobre o que propõe a problemática desta pesquisa, a fim de comprovar se o que está implícito na afirmação das autoras se fundamenta ou não.

Sobre o estado da arte desta pesquisa, desenvolvida no campo da análise das secas na região semiárida, tomamos como referência o projeto de pesquisa sobre a grande seca de 1979 a 1983 desenvolvido por Campos (2003), período contemplado na pesquisa, no qual é realizado um estudo de caso a partir dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do Nordeste do Brasil. No campo dos estudos que fazem análise de Discurso de programas jornalísticos, tomamos como referência o trabalho de dissertação de Florentino (2007), com o trabalho sobre *Uma análise das concepções sobre ciência, biodiversidade e desenvolvimento sustentável* presentes no discurso de um programa televisivo, o Globo Repórter.

Foi oportuno trazer, ainda, a dissertação de Eliane Deák Silva (2011), o qual trata justamente de uma análise feita sobre o Programa Globo Rural Diário, nomeado pela autora como: “As Narrativas do Globo Rural Diário”, apresentado na linha de pesquisa “produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento”. Aliado a este trabalho, destacamos a dissertação de mestrado de Júlio César Degl Iesposti (2009), intitulada de “A grande-reportagem na Televisão brasileira Um estudo do Globo Rural”. Ambos os trabalhos, além de aproximarem o pesquisador especificamente sobre os estudos já realizados sobre o Programa em estudo, levaram ao acesso do que tais pesquisas já revelaram e quais percursos forma sendo percorridos. Além das pesquisas que aqui mencionamos, existem também outros trabalhos em forma de artigos científicos que reforçam a opção por analisar um programa jornalístico de forma específica voltado para a temática da seca;

como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Dantas e Gomes (2008), onde os autores fazem uma análise do Programa Profissão Repórter que foi ao ar em 2007, apresentando aspectos relacionados ao tratamento dado à seca. A peça científica de Mônica Martinez: “Programa Globo Rural: Um exemplo de jornalismo literário em mídias eletrônicas” analisa as matérias exibidas no programa entre janeiro de 2008 e janeiro de 2010 e ajudou-nos entender a linguagem jornalística presente na programação do Programa.

A escolha dos períodos de 1983 e 2012 tem como justificativa as seguintes questões: primeiro, foram escolhidos períodos que são reconhecidos pela história social e oficial como grandes secas e, apesar de questionarmos mais adiante o apelo discursivo da mídia ao classificar as secas de “grandes secas” nos últimos trinta, cinquenta e até sessenta anos, consideramos que por conta desta caracterização, estes períodos acabam ganhando notoriedade midiática, aumentando a quantidade de abordagem e tempo de veiculação, possibilitando-nos a disponibilidade das reportagens que desejamos analisar.

O ano de 1983 é tido como o último de uma grande seca ocorrida entre 1979-1983. Já 2012, demarca a mais recente e última seca, considerada inclusive pela imprensa como a maior após os 30 anos. O ano de 1983 antecede cinco anos da aprovação da Constituição Brasileira e o de 2012 marca uma década da chegada da esquerda brasileira na estrutura do Governo Federal. Neste caso, estamos considerando duas grandes secas, tidas como maiores, já que de 1983 para 2012 há um período de 29 anos. Daí justificamos a importância dos períodos de seca de 1983 e 2012 para esta pesquisa. Ao pontuar as estimativas do número de pessoas atingidas pelas grandes secas, Duarte (2002) e Bloch (1998) relacionam as secas de 1979-1983, com 16 milhões de atingidos, a de 1993, com 12 milhões e a de 1998 com 10 milhões.

Deste feito, nos orientamos a partir da seguinte questão de pesquisa: Ao reportar as secas de 1983 e 2012, o Discurso Jornalístico do Programa Globo Rural consegue dar visibilidade às mudanças ocorridas no contexto político, social e cultural e pontuar a mudança paradigmática cunhada na convivência com o Semiárido como um elemento novo na discussão que se faz sobre a seca?

Neste sentido, trilhamos pelo seguinte Objetivo Geral: Analisar o discurso Jornalístico da seca de 1983 e 2012 no programa Globo Rural, tomando como base a comparação entre

os dois períodos a fim de identificar se houve mudanças na construção discursiva de uma seca para a outra.

Entendemos que o Objetivo geral se alicerça a partir da feitura e idealização dos seguintes objetivos específicos: Catalogar reportagens veiculadas no Programa Globo Rural sobre os períodos em análise; verificar o contexto histórico nacional de 1983 e 2012 a fim de entender as mudanças que vão sendo operadas no campo social e político do país, analisando suas relações com a construção do discurso sobre a seca; analisar os discursos jornalísticos das matérias selecionadas sobre as duas secas, na programação do Globo Rural, tomando como base o método da comparação.

Todas estas questões justificaram até aqui a escolha pela Análise do Discurso como método desta pesquisa. Não desconsideramos o desafio de tratar de AD no campo do Telejornalismo quando a produção bibliográfica maciça tem se dedicado ao impresso, portanto ao entendermos que o discurso é híbrido e se faz das múltiplas existências sociais de contexto, de produção jornalística e da contribuição de outros “textos”, nos ancoramos nesta existência híbrida discursiva, na tentativa de darmos respostas ao que investigamos e ao dar tais respostas, entendemos que estamos contribuindo com uma nova perspectiva de produção do saber e de sentido ao ousarmos discutir AD nesta perspectiva do Telejornalismo.

1.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa está disposta em quatro capítulos. O primeiro composto pela introdução faz uma apresentação do trabalho, os motivos que levaram o pesquisador a fazer a opção pelo presente objeto de estudo e o método em vigor. É neste tópico que é feita, também, uma apresentação inicial acerca da temática, onde o autor tece suas impressões e tendências autocríticas, que passam a ser respaldadas em fundamentos teóricos e no estado da arte do contexto em que se insere a realidade da comunicação no Brasil, abrindo um debate sobre os modelos a distribuição e produção de conteúdo. A caracterização da pesquisa, com a definição de seu tipo, enquanto um estudo de caso, também se apresenta aqui. Os motivos da escolha e a caracterização do Programa Globo Rural como recorte desta pesquisa se fazem presentes neste tópico. O segundo capítulo diz respeito à Fundamentação Teórica. Num primeiro momento, é trazida uma

caracterização sobre o Semiárido Brasileiro (SAB), além de discorrer sobre os contextos em que se deram as secas em estudo.

Dando prosseguimento, passamos a discutir no tópico “Comunicação e Discurso”, as questões conceituais sobre discurso e discurso jornalístico, apontando a seguir as vertentes e escolas da AD e a opção que se faz pela vertente francesa e a Análise Crítica do Discurso. Ainda aqui, pontua-se uma discussão sobre a produção discursiva de discurso, afirmando nesta pesquisa que o discurso produz sentido, portanto não se trata aqui de uma reprodução de discurso, mas de uma produção discursiva. Por conseguinte, as categorias de análise da pesquisa: TV, Seca e Política são discutidas no texto, a fim de promover um embasamento teórico sobre o que está proposto neste estudo.

O terceiro capítulo se compõe da Metodologia, onde o pesquisador discorre sobre os caminhos escolhidos, o método utilizado e o tipo de pesquisa adotado, além de discorrer sobre os instrumentos e técnicas que subsidiaram a coleta de dados, pós análise das reportagens tele jornalísticas. No quarto capítulo, intitulado de resultados da pesquisa é feita a análise do Discurso Jornalístico do Programa GR, por meio das reportagens analisadas, tendo como subsídio o discurso jornalístico, a revisão de literatura e as ponderações do pesquisador. A título de conclusão deste capítulo, apresentamos uma análise geral do pesquisador, incluindo aqui as questões comparativas sobre os dois períodos em análise, as quais contemplam os objetivos deste estudo, ao propor uma comparação sobre os dois períodos de seca. Colocou-se em evidência as questões explícitas e implícitas no discurso jornalístico das três reportagens. Chegamos ao final apontando as considerações do trabalho desenvolvido, pontuando o percurso, os avanços e perspectivas e as proposições percebidas neste trajeto que são trazidas como inquietações, tanto para o pesquisador quanto para futuros estudos acerca da temática. Reiteramos o desafio que foi debruçar-se sobre uma análise do discurso de um programa televisivo, mas reafirmamos o comprometimento em ter dado conta, até aqui, dos nossos objetivos e do que buscou-se apresentar como resposta da questão –problema. Após a referência bibliográfica, a pesquisa se encerra com dois anexos, o primeiro trata-se da apresentação das três reportagens e sua descrição discursiva, explorando todos os seus componentes de cunho textual, visual e contextual. No segundo e último anexo, está composto os contatos via e-mail feitos com a edição do Programa Globo Rural.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao considerarmos a produção do discurso enquanto geradora de sentido em torno de si mesma passamos a caracterizar esta pesquisa enquanto um estudo de caso comparado, tomando como base um programa televisivo e dois períodos de seca. Entendemos que a análise de cada período de seca traz, em sua essência, um sentido próprio de ser em seu contexto. Ao analisar cada um destes, a comparação entre os mesmos possibilita enxergar o sentido em torno do discurso midiático gerado pelo programa Globo Rural em dois períodos distintos, dando base para uma análise crítica sobre como se configurou este discurso a fim de entender se houve mudanças, perspectiva esta perseguida na questão-problema.

De acordo com Fonseca (2002, p.33), o estudo de caso trilha pelo caminho do aprofundamento a determinado objeto ou situação de forma específica, analisando sua particularidade de modo que os dados possam ser colhidos e interpretados de maneira coerente. Tendo em vista o foco da pesquisa voltado para a comparação entre duas secas, aplicamos o método comparativo. Com base em Schneider e Schimitt (1998), a comparação é inerente ao processo de construção do conhecimento, tendo em vista sua aplicação e as possibilidades de análise de determinado objeto de estudo.

É lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER e SCHIMITT, 1998, p.01)

Pensando no percurso a ser trilhado a fim de coletar informações, fazer comparações e chegar a um resultado proposto, partimos do princípio de que o estudo de caso, “objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre este objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo

questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores”, (CHIZZOTTI, 2006, p.135).

Os estudos de caso visam explorar, desse modo, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico. O caso pode ser único e singular ou abranger uma coleção de casos, especificados por um aspecto ocorrente nos diversos individuais como, por exemplo, o estudo de particularidades ocorrentes em diversos casos individualizados, (CHIZZOTTI, 2006, p.136).

Entendemos, neste sentido, que o estudo de caso comparado, tendo como base as duas secas, levou em conta o discurso das reportagens, aliado ao contexto em que foram produzidas, auxiliando assim numa análise mais ampliada. O estudo de caso é definido por alguns autores não como um método, mas como uma opção de abordagem, como classifica Stake (1994), “é um tipo de conhecimento, não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto de estudo”. Portanto, neste trabalho, optamos pela perspectiva do estudo de caso como método de estudo, tomando como base Oliveira (2013) que considera que o estudo de caso pode ser classificado como “método de pesquisa”, bem como uma “estratégia didático-pedagógica”.

1.3 OBSERVAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA

Ao utilizá-lo como método de pesquisa, a autora ressalta que este “deve ser aplicado dentro do rigor científico através do estabelecimento de objetivos, levantamento de hipóteses e utilização de técnicas para coleta e análise de dados” (OLIVEIRA, 2013, p.56) e que pode ser utilizado como estudo de caso intrínseco ou estudo de caso único, estudo de caso instrumental e estudo de caso múltiplo. Mesmo analisando dois períodos de seca, entendemos que o nosso estudo se classifica como estudo de caso único, por se tratar de apenas um programa televisivo em análise e ter, como foco, as matérias jornalísticas, as quais foram analisadas e comparadas em cada período. Portanto, ao confrontar as informações, a análise diz respeito ao discurso jornalístico do programa em evidência.

Isto nos auxiliou na resposta às hipóteses e aos objetivos da pesquisa, levando-nos a compreender de que forma os tempos de 1983 e 2012 e o espaço (semiárido) é veiculado no discurso jornalístico do Globo Rural. Boaventura de Souza Santos (1987), nos inquieta sobre o método ao afirmar que “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntado”. Neste caso, ele deixa claro que há uma limitação em cada método a partir da opção feita pelo pesquisador, causando um silenciamento sobre outras possibilidades, já que cada pesquisa pode ser explorada para além do que a mesma se propõe carecendo, pois, de uma delimitação pelo seu pesquisador.

Para esta inquietação, o mesmo autor nos oferece uma proposição, afirmando que “numa fase de evolução científica como a que atravessamos essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica”, ou seja, propõe-se que o pesquisador se inove e marginalize, no sentido de sair do lugar comum da ciência para dar voz aos silenciamentos propostos na solidez de cada método. A novidade desta pesquisa é, além de pôr em evidencia a problematização de dois períodos de seca por dentro da ótica da grande mídia, buscar identificar o progresso ou não do discurso midiático diante as possíveis e notórias mudanças no campo social e político que foram ocorrendo ao longo de quase 30 anos.

Nesta perspectiva, as teorias quando levadas para o lado sistêmico passam a ser vistas mais enquanto tendências do que como normas; o método, sobretudo, como “fazer o caminho enquanto se caminha” como afirma Morin (2003). Se assim o for, a ciência acaba por desconsiderar a dinamicidade dos objetos/fenômenos, isolando o objeto “das diversas conexões que o engendram, ignorando as processualidades na qual o sujeito pesquisador está envolvido, inevitavelmente, com seu contexto histórico e social” (MORIN, 2003). Tendo em vista uma análise de cunho jornalístico, se faz necessário, neste caso, uma discussão sobre o método de pesquisa em comunicação. Estamos falando aqui de uma ciência flexível, relativista, que busca dialogar com as bases epistemológicas sem perder de vista o processo metodológico, que parte do princípio do experimento empírico em consonância com a reflexibilidade do pesquisador para, enfim, chegar a um determinado resultado.

Devemos compreender o método não como uma meta para se atingir uma verdade absoluta como a ciência o concebeu ideologicamente, mas como processualidades, pois ele está presente em cada momento da pesquisa. Em uma pesquisa cada objeto exige métodos próprios que se conjugam entre o teórico e o empírico. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, no sujeito/pesquisador, ou seja, a partir do reconhecimento de que o tempo todo estamos em processo, em obra, (MORIN, 2003, p.10)

Ao fazer referência ao conceito de verdade, enfatizamos a “neutralidade jornalística”. De acordo com Edgar Morin (2003), percebe-se que ela até pode existir no meio, mas não nos fins. No discurso da mídia, esta se compõe por dentro das entranhas da linha editorial da empresa jornalística, desde o processo de escolha da notícia a partir dos critérios de noticiabilidade. De acordo com Galtung e Ruge (1993), os critérios de noticiabilidade implicam na definição de normas, as quais devem ser seguidas pelos jornalistas ao produzirem suas notícias; a noticiabilidade diz respeito ao resultado da aplicação destas normas, ou seja, a qualidade da notícia. Os mesmos autores definem doze critérios de noticiabilidade, a saber: frequência, amplitude, clareza, significância, consonância, inesperado, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, personificação, negatividade. Além destes, Ericson, Baranek, e Chan (1967: 165), Mauro Wolf (1987) e Nelson Traquina (2004) apresentaram outros tipos, como podemos verificar:

Os primeiros indicaram os seguintes: a) a simplificação entendida como ausência de polissemia e de ambigüidade; b) a dramatização, isto é a possibilidade de ser reconhecido como um elemento que induz interesse emocional; c) a continuidade, ou seja, a existência de enquadramentos pré-estabelecidos que permitam identificar o item específico; d) a consonância, valor que se articula consideravelmente com o anterior e que tem que ver com características que sejam facilmente reconhecíveis; e) o inesperado, em especial aquele que se reveste de uma tonalidade negativa e, f) a infração, importante valor notícia associado à norma e ao desvio (CORREIA, 2011, p.151).

Para o telespectador esta construção da notícia pode parecer isenta da neutralidade, visto que ela vai se revelando no desfecho, ou seja, na idealização de um discurso pronto e acabado sobre determinado conteúdo. Neste caso, uma notícia não nasce notícia por si só, ela é fruto de uma escolha de uma edição jornalística, mas também dos fatos sociais, políticos, da audiência, dentre outros fatores considerados nos critérios de noticiabilidade.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor notícia, (TRAQUINA, 2005, p. 63)

A visão da mídia sobre o semiárido perpassa por este método de construção da notícia. Ao analisar sete matérias jornalísticas na programação da Rede Globo, com vistas a identificar o discurso do combate à seca e da convivência como Semiárido, Souza (2014) afirma que é possível identificar no mesmo meio de comunicação um discurso mais voltado para a seca no campo da apelação e do castigo, culpabilizando as condições climáticas, bem como identificar outro discurso capaz de dar visibilidade às tecnologias sociais de convivência com o semiárido, enquanto políticas públicas. Ele sugere que a diferença está no tempo e no horário da abordagem, ou seja, a perspectiva do combate à seca é veiculada em horários nobres, enquanto que a da convivência acontece em programas de pouca audiência. Neste sentido, o autor afirma que tanto a temática do combate à seca quanto a da convivência agendam os veículos da grande mídia, como temas de valor-notícia. O que diferencia é a intensidade com que vão ao ar, considerando as questões acima implicadas.

A verdade, neste caso, passa a ser considerada aquela que mais é revisitada por meio de uma audiência fidedigna a um discurso que se massifica e se afirma como tal. De acordo com Paiva (2007, p.26), a verificação está voltada para entender como determinada notícia chegou aos sujeitos e que efeito ela vai ter após ter cumprido sua função final que é chegar ao receptor. O que está em discussão, segundo Souza (2014), é o método de escolha utilizado pelas emissoras de TV para falar do discurso da seca. Este é feito em dois lugares distintos: nos programas de maior audiência aparece com repetida frequência o retrato da seca que assola, que expulsa famílias e mata rebanhos de "gado"; em outro programa, está presente um discurso totalmente inverso que prioriza as diversidades e condições de vida no semiárido brasileiro. Isto vai de encontro com um critério de apuração da informação jornalística, que é a possibilidade de dar voz aos "dois lados" numa mesma matéria, permitindo ao telespectador o exercício de análise e construção desta verdade.

A esta falta de sensibilidade discursiva repetida nas reportagens, Rogério Cristhofoletti (2010) refere-se como um processo de enquadramento da notícia. Por se tratar de um tema vasto e que merece redobrada descrição, não adentramos de forma densa no conceito de enquadramento, mas trazemos aqui enquanto estratégia utilizada pelos veículos de comunicação para a produção da notícia, a fim de compreender que toda notícia é antes de ser produto, o resultado de um “enquadramento” em torno daquilo que foi idealizado ideologicamente por determinada equipe de produção e edição. Neste caso, o enquadramento é aqui definido como a maneira em que a equipe jornalística aborda e dá a notícia. No seu sentido real e do que se espera sobre o seu correto uso, o enquadramento deve proporcionar ao leitor ou telespectador uma visão ampla, capaz deste entender o processo de produção e se nortear a partir de suas próprias visões. Ao contrário disto, a notícia se torna restrita, parcial e por sua vez distorce e reduz a compreensão do fato por inteiro (CHRISTOFELETTI, 2010).

Tecnicamente, Beteson (1972) esclarece que o enquadramento é a delimitação de um conjunto de mensagens, organizando desta forma a estrutura de sentidos das mensagens e ações. Neste caso, como explica o autor, o enquadramento tende a nos indicar sugestões e o modo pelo qual devemos enxergar determinados fatos noticiados, por exemplo, pela mídia. As mensagens, segundo o teórico, se definem enquanto um enquadramento psicológico, pois ao mesmo tempo em que indicam caminhos, acabam também por excluir, persuadindo o telespectador a acreditar na escolha dada pelo veículo de comunicação. Neste mesmo direcionamento, Tuchman (1978) concorda que esta visão psicológica do enquadramento é o fundamento utilizado de tal conceito nos estudos de jornalismo.

A distorção, a restrição e o reducionismo, no caso desta pesquisa, são elementos problematizados na veiculação televisiva das matérias que analisamos e, por outro lado, são também aqui pontuadas como “vontade de verdade”, termo assim definido por Michel Foucault (2001), tido como um sistema de exclusão que atinge o discurso e, por sua vez, se constitui enquanto verdade institucionalizada por um sistema vigente, o qual dificulta o rompimento da mesma ou o afloramento de outras verdades.

A comoção, a perspectiva apelativa sobre os “castigos” da seca, a penitência, as campanhas de doações feitas do Sul e Sudeste para o Nordeste (S.O. S Nordeste) são exemplos recorrentes desta linha de enquadramento. Não é por acaso que Gofman (1974) lembra que os enquadramentos estão presentes em nosso cotidiano e na interação social definindo as nossas interpretações e a experiência individual da realidade. Assim, eles estão voltados para o processo midiático e se colocam como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (GONÇALVES, 2005, p.160). Neste caso, os mesmos desempenham a função de organizar a realidade para os jornalistas, os quais a reportam segundo as regras impostas pelo enquadramento da notícia.

1.4 O PROGRAMA GLOBO RURAL (GR): CARACTERIZAÇÃO, ESCOLHA E RECORTE DA PESQUISA

O Globo Rural semanal, objeto de estudo que nos interessa neste trabalho, começou a ir ao ar no dia 6 de janeiro de 1980. Com o avanço do programa, no ano 2000, passou a ir ao ar uma edição diária que durou até 2014. De acordo com Silva (2011), o início do programa coincide justamente com a expansão das fronteiras agrícolas e o processo de eletrificação rural, tendo como foco do governo a disseminação da atividade agropecuária para outras regiões do interior do país.

Impulsionados pelo crescimento e conseqüente desenvolvimento em tecnologia e mecanização, a agricultura e a pecuária brasileira se tornaram mais competitivas, e o país conquistou várias posições de destaque no ranking mundial [...]. Este cenário otimista também influenciou o negocio da comunicação voltada par ao setor. Foram criados vários sites especializados na informação do agronegócio.Surgiram canais por assinatura, em rede fechada, com programação direcionada para o setor: o canal do boi, do SBA, Sistema Brasileiro do Agronegócio em 1995; um ano depois o Canal Rural, da RBS, Rede Brasil Sul; e, em 2005, a TV Terra Viva, do Grupo Bandeirantes (SILVA,2011,p.20 e 21).

Este é um ponto crucial na escolha do programa Globo Rural (GR), já que o mesmo surge no início da década de 80 e escolhemos o ano de 1983 para análise das matérias. Outro ponto relevante é ter em vista que a expansão da atividade agropecuária para outras regiões do Brasil ganha força neste período em que o GR passa a ampliar seu leque de atuação, a partir da veiculação do programa nas redes afiliadas. A eletrificação rural, como já destacou Silva (2011), foi um importante e crucial catalisador da junção do cenário rural que se desenvolvia com a expansão do também aparato tecnológico, neste caso a Televisão que permitia chegar aos rincões do interior do país: “o número de televisores em áreas rurais já ultrapassava os quatro milhões, o que revelava um grande potencial dessas regiões em termos de audiência e anunciantes” (SILVA, 2011, p.22).

Desta forma, a região semiárida como tantas outras interioranas do país começa a ganhar visibilidade em rede nacional por uma empresa jornalística que, até historicamente, teve o seu foco jornalístico no Sul e Sudeste do país, com uma linguagem padronizada. Assim, o GR foi, neste período de 1980, o único programa televisivo com foco na agricultura, o que possibilita-nos uma análise mais aprofundada acerca do nosso objeto em estudo, tendo em vista a aproximação do programa com a linguagem rural, o contato com as fontes da área, além do maior interesse por uma diversidade considerável de pautas especificamente neste campo.

É como afirma Iesposti (2009), um projeto pioneiro da televisão brasileira, tido como um elo de ligação do meio urbano com o campo, considerando que muitas pessoas que estão nos centros urbanos foram um dia moradores ou tem raízes no meio rural. O pioneirismo do Programa e a manutenção de seu status, enquanto um jornalismo diferenciado, voltado para o campo justifica, por exemplo, a possibilidade de encontramos na mesma grade de programação do GR matérias de 1983 e 2012 com discursos demarcados por diferenciados contextos históricos que influenciaram diretamente na linguagem jornalística, ou seja, foi possível identificar no discurso da seca de 1983 e 2012 o foco em políticas conservacionistas de combate à seca, bem como nos mesmos períodos identificamos discursos com uma visão mais voltada para a auto-estima dos “flagelados” da seca, assumindo um discurso que leva a entender que a questão da seca não se trata tão somente do aspecto natural, mas político, econômico, como pode ser verificado, por exemplo, na perspectiva que a reportagem de 1983 assumiu ao denunciar a ausência de

políticas públicas naquele cenário de seca que dialoga com a abordagem das políticas públicas já existentes no contexto da seca de 2012 veiculadas nas reportagens, como o Seguro Safra e as tecnologias sociais.

O formato do GR está disposto em quatro blocos, os quais totalizam atualmente 60 minutos. Estes subdividem-se em cinco quadros: abertura com o editorial da edição; mercado, com assuntos relevantes ocorridos na semana; carta e emails dos telespectadores; eventos da semana com divulgação de festas e eventos e as reportagens especiais que geralmente abrem ou fecham o programa. “O formato do Globo Rural fez a opção por veicular matérias mais longas, com maior aprofundamento dos temas, investigação e comprometimento dos repórteres” (SILVA, 2011, p.26). As reportagens que optamos para serem analisadas tem entre 5 e 14 minutos.

O tamanho das matérias está relacionado à influência recebida na formatação e na linha editorial do programa. Mesmo prevalecendo uma opção pelo modelo de jornalismo norte-americano por parte da Rede Globo, como já discutimos aqui, Silva (2011) afirma que o formato do GR foi influenciado pelo New Journalism, estilo de jornalismo que foge da objetividade e adota outros estilos ancorados na realidade. A autora destaca, ainda, a Rede BBC da Inglaterra como fonte de inspiração com forte apelo a matérias mais aprofundadas e de forma analítica.

Além do jornalismo interpretativo, o qual está focado no contexto em que se insere determinada notícia, visa ampliá-la a fim de oferecer mais subsídios para o telespectador interpretar os fatos. Silva (2011, p.26) lembra, ainda, que este formato jornalístico foi muito difundido pela USP e que o diretor do Globo Rural Lucas Battaglin conviveu com este ambiente na academia, o que certamente contribuiu para a adoção de tal modelo nas matérias do programa. Mesmo bebendo destas fontes, o Programa adota como critérios de noticiabilidade os mesmos utilizados pela Rede Globo.

O recorte que se fez ao eleger um único programa permitiu, por meio do processo metodológico, atingir o objetivo almejado que foi tecer uma comparação entre duas secas. Este método possibilitou-nos comparar o discurso midiático sobre as secas em evidência, emitido pelo programa em 1983 e 2012, a fim de tecer conclusões e considerações em relação à problemática aqui proposta. Torres Neto e Leite (2010, p.6)

ao mencionar sua pesquisa voltada para discutir a cobertura midiática da seca no Nordeste a partir de uma análise quantitativa dos jornais Folha de S. Paulo e Diário do Nordeste no ano de 2012 acreditam que o estudo comparativo aliado à análise de conteúdo tende a auxiliar no processo de teste das hipóteses inicialmente levantadas na pesquisa.

Ao analisar o discurso a partir de um veículo de comunicação como a televisão, a complexidade que envolve apuração, texto e imagem precisa ser considerada, tendo em vista o direcionamento deste conteúdo e como ele é distribuído. Aqui cabe observar que estamos tratando especificamente de um lugar, semiárido, onde o discurso imagético fala mais que o próprio texto, como já nos lembra Paternostro (1999).

1.4.1 Problematizando o Globo Rural para uma análise crítica

Pela característica do programa, percebemos que ele assume um formato que atende mais a uma demanda da produção agropecuária e esta é uma questão que problematizamos ao analisar o programa, levando-nos a refletir se este considera em suas abordagens o aspecto da ruralidade, entendida aqui como a dinâmica do campo em que está envolvido ali vários aspectos da vida rural, as relações de gênero, de trabalho, dentre outras peculiaridades. Entendemos que o fator produtivo veiculado na maioria dos programas é algo peculiar na programação e que aborda as diferentes vocações culturais do campo agrário brasileiro. Interessou-nos saber como especificamente a produtividade, o cultivo das culturas no Semiárido foi tratada no discurso do GR, levando em conta as particularidades da semiaridez, bem como entender como a seca é tratada ao abordar as lavouras. Questionamos, por exemplo, o fato de todos os anos haver perdas significativas em todas as secas, sem necessariamente serem classificadas como grandes secas. Quais tipos então de culturas estão sendo implantadas? Em quais períodos? Como a questão do zoneamento agrícola, já discutida neste trabalho, é tratada pelos agricultores e órgãos de pesquisa e assessoria técnica?

A convivência com o Semiárido neste trabalho foi tratada pelo viés investigativo, com o objetivo de entendermos se ela contribuiu para mudar ou perpetuar o discurso sobre a seca. Deste feito, buscamos responder se ela é reportada pelo GR como algo novo em meio ao discurso oficializado e construído de seca e como este “novo” paradigma se

incorpora em seu discurso. No seio da perspectiva produtivista, como o GR enxerga a convivência com o semiárido? Apenas com uma dimensão que venha dar suporte a novas formas de processamento da alimentação animal, de captação de água de chuva para resolver somente o abastecimento dos rebanhos? Estas ações têm como objetivo maior resolver a melhoria da produção, ou trazem um discurso voltado para o desenvolvimento local em que concilia estas ações práticas a uma elaboração conceitual maior em que contemple e concilie a relação home-natureza? Ao construirmos esta perspectiva investigativa sobre o programa, buscamos ampliar o conceito de seca para além daquilo que está institucionalmente posto como aspecto natural, aspecto este respaldado na seca ideológica, ou na aridez mental, por assim concordar com José de Souza (2010). Estas condições são o que dá suporte a uma indústria da seca e se coloca como instrumento de troca e embarganhamento político.

Tal indústria por sua vez contribui para institucionalizar a seca, por meio do aparelhamento com a criação e manutenção de órgãos e nomenclaturas que retroalimenta este sistema. A Televisão, por sua vez, também pode acabar contribuindo com esta institucionalização da seca, ao reportar questões recorrentes a este discurso, as políticas públicas é uma destas. Ao noticiar, por exemplo, a criação de um novo órgão ou de uma política ou programa de governo devemos problematizar como estas são noticiadas, se na perspectiva da manutenção do discurso institucionalizado da seca, ou na perspectiva de mudanças de atitudes, de avaliação das políticas que não deram certo, propondo alternativas.

2. SEMIÁRIDO, COMUNICAÇÃO E DISCURSO: ANCORAMENTOS EM TORNO DE UMA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDO

2.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUA DELIMITAÇÃO PELA MÍDIA

Iniciamos este capítulo com uma apresentação sobre o contexto em que está inserido o lócus da pesquisa, neste caso o Semiárido Brasileiro, a fim de situar o percurso da investigação no contexto social em estudo, possibilitando, assim, ao leitor, um fluxo entre texto e contexto. Apresentamos a definição do clima enquanto característica desta região e como a mesma tem sido tratada pela grande mídia.

O semiárido Brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (ASA, 2014). De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas o semiárido é habitado por 22 milhões de pessoas, representando 11,8% da população brasileira. Uma das características marcantes desta região é o déficit hídrico, mesmo assim vale destacar que é ainda o semiárido mais chuvoso do planeta segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA, 2011) com uma precipitação que varia entre 200 e 800 milímetros, variando de uma região a outra. Isto mostra as peculiaridades da região, que precisam ser consideradas ao analisar o discurso a fim de identificar como estas são abordadas no Globo Rural.

Precipitação pluviométrica e o déficit hídrico foram definidos pelos órgãos de pesquisa como fatores condicionantes de uma caracterização da seca, excepcionalmente neste caso, como uma condição natural do ecossistema, onde pela própria característica do clima semiárido, as chuvas são cíclicas e previsíveis (IRPAA, 2001, p.31). Ponderamos, portanto, que a condição natural da seca está estritamente voltada apenas para esta questão que está posta, mas entendemos que a seca se constitui de outros sentidos e conceitos, aqui inclusive já apresentados como o conceito de seca ideológica, institucional. Este último, por exemplo, ganha força pelas instituições e órgãos que foram

criados com o intuito não de resolver as questões, porque senão deixariam de existir, mas de se manter como referência de acesso, distribuição e captação de recursos, a exemplo da decretação de situação de emergência. Institucionalizada, a seca torna-se uma invenção política que pode ser resolvida por que existem os mecanismos legais criados, ou pode se perpetuar, enquanto indústria, para dar manutenção a este próprio sistema e movimento político, do qual se desdobra em favorecimentos, barganha de troca, manutenção de poderes e privilégios, dentre outros males. Usamos do aparato investigativo para questionar a quem serve e como é usada a condição natural de seca. As instituições públicas, as ONGs, a TV enquanto instituições têm contribuído para desmistificar esta criação discursiva ou tem sido parte desta cadeia alimentar?

Se o discurso é híbrido, não é unilateral, não é puro e se constrói no processo produtivo da notícia aliado às contribuições advindas do tecido social, então, ao tratarmos a seca como discurso, ela deixa de ser vista, nesta construção, como algo natural, porque da mesma forma que se compõe a diversidade discursiva, também está além do natural, portanto é política, é hídrica, é ideológica, é institucional.

As significações para além do conceito naturalizado da seca, considerando os aspectos político e econômico, fizeram com que a região semiárida sofresse forte influência a partir da sua formação histórica, visto que, segundo Carvalho (2011), os órgãos públicos passaram a priorizar apenas as questões voltadas para o clima, sem problematizar as questões estruturantes como a concentração de terras, por exemplo. A mídia, por sua vez demarca, também, fundamental importância enquanto instrumento de produção de um imaginário popular sobre esta região, protagonizando por meio da seca, enquanto lugar uniforme, homogêneo, desconsiderando sua biodiversidade de fauna, flora, solos, cultivos e as múltiplas representações culturais populares. A TV particularmente traz estas representações em suas manchetes, chamadas e vinhetas.

O discurso da homogeneidade do semiárido tratado na mídia contempla, também, o tratamento sobre a categoria nordestino, ou o homem do campo, como um único sujeito e, em muitos casos, apenas como o personagem do produto jornalístico. Não problematiza, em sua maioria, que trabalhador é este, o que ele sabe fazer, além de plantar na roça, o que ele tem a oferecer além de ser este homem ou mulher sofridos, castigados, estereotipados senão pela voz ativa do repórter, pela imagem forte de suas vestes, sua

linguagem,etc. vezes apenas objeto da matéria. Buscamos responder estes questionamentos ao buscar compreender como estas questões estão abordadas no GR.

Nesta mesma perspectiva, ainda que não seja objeto desta pesquisa, podemos registrar que historicamente o processo de educação reproduzido no Semiárido Brasileiro também contribuiu para continuar refletindo esta imagem, por meio da introdução de livros didáticos descontextualizados com a realidade local, como afirma Reis (2008).

Discutir como se incorpora o discurso do combate à seca e a sua política de indústria de seca, está diretamente associado a uma compreensão de desenvolvimento que foi pensada para o semiárido. Quando se fala de desenvolvimento para o SAB, a idéia primaria está voltada para um desenvolvimento eminentemente rural. Neste sentido, Favero e Santos (2002) pontuam que há um reducionismo nos estudos voltados para este campo ao pensar o desenvolvimento rural apenas voltado para a agricultura, predominando uma visão economicista, onde o rural está representado somente pelo setor agrícola produtivo. Daqui nasce a concepção antecipada de Semiárido como lugar de atraso, já que a agricultura e o rural eram tidos como características únicas deste lugar. Por outro lado, o espaço urbano e o campo industrial eram tidos como “símbolos da modernidade e do progresso” (FAVERO e SANTOS, 2002, p.48).

De acordo com as referidas autoras, o espaço rural, enquanto possibilidade de desenvolvimento, só passa a ser visto como sinônimo de modernização a partir da década de 1960, com o apogeu da mecanização e industrialização da agricultura, potencializada pelo modelo da revolução verde americana. Este período marca uma mudança drástica no incentivo aos agricultores, por via do crédito agrícola subsidiado para o desmatamento de grandes áreas de vegetação nativa, predominando as plantas da caatinga, em detrimento ao cultivo monocultivista de grandes áreas.

2.2 O CONTEXTO EM QUE SE INSEREM AS SECAS DE 1983 E 2012

Dissertar sobre a existência das secas e como elas tem sido tratadas por autoridades, governos e meios de comunicação nos remete a um exercício de contextualizá-las no tempo e no espaço em que ocorreram. No contexto da seca da década de 1980,

predominava o discurso do combate à seca, sendo, para isto, implementados órgãos federais (CARVALHO, 2011). Estes órgãos instituíram programas e projetos voltados somente para o “combate à seca”, todavia muitas destas ações não chegaram a cumprir seus objetivos, permanecendo desacreditadas e passando a ser questionadas por pesquisadores e estudiosos, como podemos verificar,

A mesma dificuldade encontrada com relação à ausência de dados no POLONORDESTE se repete com o PROHIDRO. De acordo com o relatório há uma “escassa documentação sobre o programa”. No que se refere ao quantitativo da população atingida, não foi possível avaliar o impacto socioeconômico do PROHIDRO, já que o modo como foram feitas as estimativas da população potencialmente beneficiada podem levar a uma duplicação, caso haja uma totalização. “A falta de registros não permitiu também a avaliação do impacto do programa sobre a distribuição de renda nem sobre a estrutura agrária regional”. Existem as limitações do próprio programa como, por exemplo, abrange áreas bastante diferenciadas no que se refere ao clima, solo, estrutura fundiária e sistemas de exploração (CAMPOS, 2003, p.9).

O direcionamento de recursos voltados para programas de combate à seca tinha como destino apenas as prefeituras municipais ou líderes partidários em forma de frentes de serviços, cestas básicas, carros-pipas fortalecendo velhas práticas assistencialistas favorecendo grupos políticos e coronéis no Nordeste.

Recrutava-se a mão de obra desocupada pela estiagem e empregava-se na construção das barragens e das estradas; os resultados deste trabalho concretizavam-se nas barragens feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. Alguns estudiosos críticos dos próprios quadros do DNOCS chegaram a calcular que se essa mão de obra em todas as secas de que há memória no Nordeste, desde a criação do INFOCS, tivesse sido utilizada na construção das barragens públicas, a grande maioria delas estaria construída a muito tempo. Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do estado para a implementação de benfeitorias nas grandes propriedades e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos coronéis, da oligarquia algodoeira-pecuária (OLIVEIRA, 1981, p.55).

Podemos, aqui, verificar uma trajetória que demarca a região Semiárida por parte da má utilização dos recursos públicos destinados à mitigação da seca, o que, conseqüentemente, fomenta a famigerada dependência financeira, política e

assistencialista das vítimas não da seca, mas desta indústria que por muito tempo se sustentou utilizando do discurso da miséria e da inviabilidade econômica e produtiva do Nordeste. No contexto da seca de 2012 percebemos, a partir da análise bibliográfica, que este cenário de centralização dos recursos públicos voltados para as ações para lidar com a seca, tendo apenas as prefeituras como receptoras, não se aplica mais. O Governo Federal passou a adotar uma política onde descentraliza o direcionamento de tais recursos, tanto para prefeituras quanto para entidades de assessoria como ONGs, por meio da execução de projetos sociais, além das iniciativas voltadas para os setores público e privado.

Para a ASA (2011, p.04), as políticas de combate à seca ajudaram a construir, no imaginário popular, uma falsa idéia sobre o Nordeste, e a mídia contribuiu para isto priorizando apenas os fatos ligados à seca. A unidade de sentido, que fortalece o discurso da seca sempre como o agente, reforçou um discurso de buscar combater a seca como um mal necessário, na medida em que, sendo feita e combatida, estaria resolvido o problema. Desta forma é potencializado o discurso do combate à enchente em São Paulo, isentando totalmente o homem como sujeito ativo destes processos

Já a seca de 2012/13 fez parte de um contexto onde os veículos de comunicação a considerou como a maior nos últimos 30 anos, demarcada pela perda de lavouras, morte de animais e o baixo índice de grandes reservatórios de água, a exemplo da Barragem de Sobradinho. Para Pontes e Machado (2009) houve mudanças em relação aos períodos de estiagem atribuindo-as a um novo paradigma, que vem sendo construído resultando na proposição de políticas públicas de convivência com o semiárido.

Nos últimos anos a perspectiva de combate à seca vem se modificando, visto que os problemas do Nordeste brasileiro não estão restritos à escassez de água. Assim, percebe-se uma modificação de paradigma, se outrora era a luta contra a seca, agora é a convivência com ela, já que é possível coexistir bem com o semiárido nordestino, desde que através de políticas públicas e práticas sustentáveis (PONTES E MACHADO, 2009, p.01).

De acordo com Marques (2011) houve uma mudança no cenário regional em comparação às secas anteriores e as últimas, a partir da existência de programas sociais que tem

contribuído muito com a permanência das famílias nesta região, mas que precisam avançar para um processo de legítima e efetiva participação de autonomia dos sujeitos. Nessa perspectiva, o recorte da pesquisa tem fundamental importância ao delimitar os períodos de seca, haja vista que as duas representam, segundo os autores citados, contextos políticos diferentes. O recorte aqui proposto pode contribuir com a discussão sobre a midiaticização do Semiárido Brasileiro, a partir da perspectiva da comparação, oferecendo, dessa forma, subsídios com base em análises e estudos para compreender e debater a seca enquanto produto de notícia e como de fato podemos enxergar estas mudanças.

2.3 COMUNICAÇÃO E DISCURSO: CONCEPÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO DISCURSO MUDIÁTICO

Neste tópico, tomamos como base a obra de alguns estudiosos da área do discurso, a exemplo de Pinto (1999) com sua obra *Comunicação e discurso – introdução à análise dos discursos* e Brandão (2004), dentre outros. Pinto (1999), em um dos títulos de sua obra, nomeado inclusive de “uma síntese difícil” deixa claro a existência de uma diversidade de análises, onde cada uma tem a sua caracterização. Algumas se baseiam na explicação, outras na crítica, outras não consideram o contexto, algumas, porém, relacionam-se ao contexto em que está inserida a análise. Algumas são apenas descritivas, outras tem um olhar de desconfiança para a letra que compõe o texto e relacionam os possíveis aspectos sociais e psíquicos que levaram a moldar tal discurso. Há ainda as análises dirigidas apenas para as marcas formais e que, usam ou não, de conceitos como ideologia, contextualização. (PINTO, 1999, p.10).

Pela quantidade e pela diversidade de enfoques, fica difícil, ou mesmo impossível, repertoriar ou fazer uma síntese de todas as tendências ou correntes que hoje em dia se interessam em fazer algum tipo de análise de discursos. Mesmo o próprio entendimento do que seja discurso varia muito entre esses diferentes enfoques (PINTO, 1999, p.9)

Com base nesta perspectiva esclarecida por Pinto (1999), nosso estudo trata-se de uma análise de discurso jornalístico. Optamos por fazê-la, por entender que é a que mais

aproxima do que está proposto neste trabalho. Desta forma, nos pautamos numa análise que privilegie as seguintes características:

É dependente do contexto, crítico, não confia na letra do texto relacionando-o às forças sociais que o moldaram, não procura interpretar conteúdos, usa um conceito de ideologia ao lado do discurso, trabalha comparativamente, não usa técnicas estatísticas no sentido a cima e trabalha com as marcas formais da superfície textual (PINTO, 1999, p.10).

Vale ressaltar que este é apenas um dos modelos, como tantos outros, e que a escolha do mesmo não tira a legitimidade dos demais ao quais, com suas adversidades, acabam por também respaldarem esta pesquisa. A escolha se dá pela aproximação com o objeto em estudo e pelo aporte teórico que a pesquisa abarca.

Assim, ao discutirmos conceitualmente o discurso, tomamos como referência Orlandi (2003) que o classifica como um processo de mediação da linguagem entre o homem e a realidade natural e social, o que chamamos de contexto. Já falamos aqui que, na perspectiva da AD francesa, o texto ou produto jornalístico deve privilegiar a conexão deste com o contexto em que o mesmo se encontra, já que o contexto tanto pode influenciar quanto, também, transformar a produção do discurso. Van Dijk (1990, 1993) destaca a importância do contexto seja na produção, seja na recepção do discurso, já que o receptor não está alheio, nem tampouco desprendido do contexto em que ele se situa, vive e convive. Eliseu Verón (2004) vai mais além, deixando claro que determinado discurso produzido em torno de um texto só faz sentido e cumpre sua função se este se inserir no contexto e fizer efeito neste, deixando claro os seus sinais.

O discurso, mesmo sofrendo influencia, assume seu lugar por excelência, pela sua materialidade, não sendo nem universal, nem individual. “Num olhar panorâmico, o discurso não seria universal (como a língua), nem singular/individual (como a fala). Estaria, então, no nível da particularidade, uma vez que é determinado pelas formações ideológicas” (SAMPAIO, 2016, p.36). Esta particularidade discursiva leva-nos a entender as diferentes vertentes analíticas e o próprio uso do termo discurso no plural, a partir de alguns pesquisadores já mencionados. Não é por acaso que Pinto (2002) vai falar de uma

heterogeneidade, da qual emerge a construção do texto e do discurso, amparado no estado da arte de outros textos. Assim, a AD considera que não há um discurso “puro sangue” ou proveniente de uma única variedade, mas é recorrente de uma hibridez dos textos que o antecederam. Os termos “Polifonia e Dialogismo” são cunhados por Bakhtin (2002), a fim de explicar a presença ou influência de outros textos em um texto construído. Neste caso, faz-se necessário entendermos dois aspectos importantes na produção e análise discursiva: o primeiro é de que concordamos que todo texto é híbrido; o segundo é de que mesmo com esta hibridez ao analisarmos um texto, esta deve gerar sentido próprio nele mesmo, pela sua materialidade. Como salienta Eliseu Verón (2004), ele precisa deixar suas marcas ou, ainda, como vimos em Carvalho (2014) o texto não pode ser tido como transparente que atravessa o outro lado para ser feita uma análise, mas esta precisa dar-se nele próprio.

Em SAMPAIO (2016) vimos que as estruturas que estão postas pelos veículos de comunicação, ou seja, as condições tanto para produzir quanto para distribuir determinado produto, vão determinar significativamente na produção de sentido, que por sua vez influencia e atribui valores ao discurso em si. Isto nos leva a entender que esta mediação está intrinsecamente relacionada ao contexto e, concordando com Pinto (2002), que não consegue dissociar discurso de contexto, esta inter-relação se faz necessária para construir, manter e mudar representações, identidades e relações sociais. A linguagem, portanto, é entendida como ato e discurso e, por esse viés, “a informação implica processo e produção de discurso em situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2012, p.34).

Com o reconhecimento de que todo evento de comunicação é ou faz parte de um rito social cujas convenções devem seguir; o de que a contextualização passa sempre por mediações; o de que aquelas marcas são o resultado das convenções de codificação exigidas pelo contexto social em que se dá o evento comunicacional; e o de que o universo dos discursos produzidos numa sociedade se organiza em séries ou redes discursivas - ,trazem não só a possibilidade de uma conciliação entre as tradições francesas e anglo-americana ,como a tornam bastante promissora em termos teóricos e metodológicos (PINTO,1999,p.20).

Esta perspectiva de Pinto (1999) nos deixa mais perto de um entendimento mais consolidado de que todo discurso é contextual, possibilitando, deste feito, um aprofundamento nas diversas bases teóricas para uma compreensão metodológica, tendo como base nesta pesquisa de que todo discurso transcende de uma composição social e que, é nesta trama, que ele se consolida e se configura enquanto instrumento de produção de sentido. Para isto nos aportamos no que afirma Pinto (1999) que “o analista de discurso é uma espécie de detetive sociocultural”. Dito isto, o autor busca classificar esta função de analisar o discurso por via de três níveis de contexto social: “o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural”. Buscamos, pois, exemplificar aqui estes três níveis dentro da nossa pesquisa, para entendermos a importância da dimensão da contextualização dentro de uma análise. Com base no que o autor abordou em seu estudo, buscamos aprimorar para a realidade de nossa pesquisa.

O contexto situacional, no caso desta pesquisa, busca fazer uma análise de determinada situação social em que se encontra o objeto em estudo, por exemplo, levar em conta a situação de seca, de perda de lavoura, de perda de auto-estima das fontes entrevistadas numa das três matérias do Globo Rural analisadas.

O nível do contexto institucional leva em conta, neste caso, a seca para além de uma questão somente climática, mas visa considerar como ela é debatida pelos representantes políticos, que políticas públicas estão sendo efetivadas e qual paradigma é mais visível nas reportagens, o do combate à seca ou da convivência com o semiárido?

No que diz respeito ao contexto institucional, ele está presente desde o início da pesquisa porque, já em sua problemática, a pesquisa tenta responder qual a mudança no discurso midiático do programa Globo Rural entre a seca de 1983 e 2012. O contexto institucional representa, aqui, muitas facetas para responder tal problema de pesquisa, buscando analisar a mudança de paradigmas, a institucionalidade das políticas públicas e sua forma de execução, se prevalece a mesma forma de 1983 ou se foram sendo moldadas a partir da também transição de governos.

Em seu terceiro e último nível, o contexto sociocultural nos ajuda a entender e analisar o contexto em que está posto, o que foi tradicionalmente construído, seja pela mídia, seja pela história oficial e social e que se traduz na produção de um discurso; a visão sobre o

Semiárido, tida como uma região inviável, concebida a partir de uma verdade única é um exemplo contemplado no nível sociocultural, onde culturalmente o contexto social contribuiu diretamente na afirmação deste discurso.

Segundo Pinto (1999), a análise a partir destes três níveis contextuais é indicial e não simbólica ou icônica, já que como o teórico assegura, “a análise de discurso não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdo, mas sim em como e porque o diz e mostra” (1999, p.23). Neste caso, o que está em voga é, novamente, o contexto em que aparece o discurso midiático e o que o compõe.

Em relação à AD, neste caso, nos interessa em Pinto (1999), os modos de dizer, mostrar, interagir e de seduzir. O primeiro modo tem a ver com o modo como a linguagem é transmitida pelos veículos de comunicação. O segundo está ligado à maneira como e por onde são gerados os discursos e o terceiro diz respeito ao modo de interação da comunicação com os sujeitos, como por exemplo, os leitores, telespectadores passam a formar opinião, construir uma identidade e relacionar socialmente a partir da construção de sentido e discurso midiático de determinado conteúdo ou objeto de consumo. Finalmente, o quarto modo está intimamente ligado à possibilidade e capacidade que o discurso midiático oferece ao receptor de se aliar a este, numa relação de afetuosidade e defesa de tal discurso, o que caminha ainda para uma tentativa consensual dos indivíduos, operada pelo veículo midiático.

Todos os exemplos e discussões apresentadas por Pinto (1999) caminham para a concretude do discurso como uma prática social em que os meios que o produzem (emissor) e os sujeitos que o recebem (receptor) se relacionam de alguma forma, provocados não pela efetiva e autônoma participação dos sujeitos, como defende a vertente anglo-americana, mas pela influência do próprio discurso midiático, que opera indistintamente nos modos de dizer, mostrar, interagir e seduzir.

Definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas em que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental externa às pressões sociais. Têm assim papel fundamental na produção, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no

nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar “dar a última palavra”, isto é, a ter reconhecido pelos seus receptores o aspecto hegemônico do seu discurso. [] A análise de discursos que se propõe não se esgota na análise imanente dos textos, como algumas outras abordagens, pois ela só se completa com a fase de contextualização, portanto parece que não é por isso que costuma ser recusada (PINTO, 1999, p.24 e 25).

Entendemos que a análise do discurso opera articulando a análise técnica a partir do uso de instrumentos de análise, seja por imagens, falas, imagens cobertas ou por manchetes chamativas, no caso da televisão, por exemplo, junto aos aspectos de cunho prático e social, que chamamos de contexto, sem o qual a AD se torna incompleta, ou seja, ela não pode esbarrar somente numa lógica imanente da construção textual como afirma Pinto (1999), pois é quando abrange para o campo da contextualização que ela se completa. O autor nos alerta, ainda, sobre o perigo do “confiar na letra do texto”, e diz que na pesquisa social os textos devem ganhar uma dimensão para além do que está ali posto, considerando sua construção ideológica e sua dependência com o atual contexto em que foi produzido. Assim o é também para a análise das reportagens jornalísticas. Entendemos que a mídia é uma formadora de opinião, dada a sua capacidade de persuadir e informar, e no caso da produção do discurso jornalístico sobre o semiárido percebemos como esta construção tem se dado e a que tipo de discurso tem favorecido.

O telespectador, por sua vez, é levado a confiar fielmente “na voz e na imagem” da reportagem. Enquanto pesquisadores, também formamos opinião que, por outro lado, deve superar a visão resumida da mídia a qual tendencialmente não permite que se amplie a dimensão dos horizontes do telespectador. Podemos superar a partir da análise descolada de um olhar que privilegie apenas o que está posto e recortado. Ao analisarmos o discurso jornalístico, recorreremos à fala dos repórteres e âncoras, das imagens, das chamadas das matérias, das fontes entrevistadas e buscamos relacionar tudo isto com o contexto das secas em análise, apoiando-nos na revisão bibliográfica e tecendo comparações, a fim de extrair de tal análise uma posição do veículo de comunicação em análise sobre como, porque e para quem está se produzindo tal discurso.

Tal constatação deixa claro que as representações, sejam elas apenas imanentes ou contextualizadas política e socialmente presentes nos textos e nas análises, passam a se fazerem presentes em tais construções, sejam elas convergentes ou divergentes de diversos olhares, dada esta possibilidade acima apresentada de num mesmo texto ou reportagem jornalística receber tratamentos diferentes, neste caso da mídia que produz e do pesquisador que analisa. Por isto que,

Ao contrário do que estabelece o senso comum e algumas análises de discursos que tomam os textos ao pé da letra não só não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem (PINTO, 1999, p.26).

Ao constatar esta relação e nos motivar a trazer para a realidade do discurso jornalístico a partir do exemplo citado a cima, onde comparamos a produção de sentido produzido pela mídia e pelo pesquisador, Pinto (1999) transcende para o campo da unicidade e da obviedade para dizer que estes dois aspectos semelhantes ainda se fazem presentes em muitas construções e, para, além disto, está intrínseco ideologicamente, o que leva a contribuir na nossa compreensão para a manutenção de uma verdade única.

O postulado da unicidade do sujeito parece tão obvio, que, mesmo quando ele fica ameaçado por certas evidências empíricas – por exemplo, citações entre aspas, discurso direto e indireto, ironia e outras maneiras de colocar a voz e o pensamento de outras pessoas em textos verbais, ou ainda o sujeito plural e muitas vezes (aparentemente) anônimo institucionalizado em diversas manifestações da cultura, como na mídia e em espetáculos em geral -, certos analistas se esforçam em reencontrar a unicidade ameaçada deslocando-a para conceitos como consciência do autor, fechamento, coerência, não contradição e /ou estrutura sempre também tomados como critérios de valor. Para a análise do discurso todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja a autoria fica marcada ou não, vinda de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado (Pinto, 1999, p.26 e 27).

As evidências aqui destacadas pelo autor representam, no texto, as maneiras ou como o mesmo autor em outro capítulo via chamar de modos de dizer. No discurso jornalístico das reportagens, estas evidências estão presentes no recorte da imagem, por exemplo,

de uma casa com uma antena parabólica e uma cisterna de captação de água de chuva, no texto falado pelo repórter ancorado simultaneamente à imagem coberta ou não, dentre outras estratégias para evidenciar o discurso, que são trazidas como formas híbridas de melhor compreender o texto e a imagem. Da mesma forma que no texto alguns analistas buscam encontrar a unicidade textual, é recorrente também que a mídia, mesmo utilizando de tais mecanismos de evidencia e elucidação do discurso, deixe claro uma unicidade deste discurso, já que por um lado pode ocultar a imagem da casa, da cisterna e da antena parabólica como mecanismos de empoderamento e acesso a informação e as tecnologias e, por outro, recortar a imagem de uma casa de taipa, de uma carcaça de vaca morta e de um chão rachado.

Isto nos remete, também, ao que destaca Souza (2014), que tanto o discurso do combate à seca como o da convivência podem estar recortados em separado, para evidenciar o que determinada reportagem quer mostrar, ou numa visão mais progressista, pode se fazer presente os dois; na análise das reportagens isto foi evidenciado e discutido ao tecermos uma comparação sobre a imagem do mandacaru utilizada em duas perspectivas jornalísticas. Seja qual for a opção, tanto no texto quanto no veículo televisivo, concordamos com Pinto (1999) que toda produção de sentido discursiva não é neutra, nem parcial e que se faz da heterogeneidade e da hibridez de pensamentos diferentes, como este pensamento que estamos elaborando agora em sintonia com outro autor.

Toda esta pluralidade está ancorada no contexto em que se inserem os textos e na produção anterior a qualquer discurso novo, ou para reforçar um discurso quando, por exemplo, mencionamos e recorremos a outros pensadores, e no caso da mídia, quando recorre a um discurso que já foi produzido, ou seja, para desconstruir, criticar podendo fazer uso destas mesmas fontes. Esta heterogeneidade, segundo Pinto (1999), se faz presente no texto em dois planos, os quais são reconhecidos por Bakhtin (1970), como polifonia. O primeiro plano é tido como o da heterogeneidade mostrada, o qual, segundo os autores citados, está voltado para a maneira como os sujeitos (analistas e receptores) se manifestam em suas construções e análises, tendo em voga o contexto e a multiplicidade de textos visitados e analisados por tais autores, o que mais uma vez reforça que nenhum texto ou análise nasce por si só. Já o segundo plano é o do plural do

texto, heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso. Como o próprio nome já faz menção, a produção textual é recorrente a existência de outros textos já construídos, que por sua vez se entrelaçam com o novo texto, proporcionando a possibilidade de debate de um com o outro. Bakhtin denomina esta interação textual de dialogismo.

2.3.1 Para uma prática interpretativa do discurso

A cultura do discurso em sua cronologia de existência tem como princípios, segundo Pinto (1999), na antiga cultura grega e fundamenta-se em duas práticas: “A primeira delas é a prática interpretativa, no início ligada à interpretação dos textos de oráculos, como o de Delfos, a segunda, a prática retórica, definida como uma técnica para a criação de textos políticos, de tribunal ou de homenagens” (PINTO, 1999, p.11). Neste caso, a prática interpretativa passa a contemplar também os textos religiosos e, com o seu avanço, amplia para os textos literários e jurídicos, surgindo daí a Hermenêutica, como uma disciplina específica na interpretação de textos, voltando-se para uma diversidade de áreas como da linguagem, da história, que aproximam cada vez mais da área das ciências humanas.

A busca por compreender as mensagens dos oráculos e o desenvolvimento da retórica demonstra que o interesse pelos textos vem desde a antiga cultura grega. A prática interpretativa gerou, entre outros, a exegese, assim como a Hermenêutica, cuja especialização é a interpretação de quaisquer textos. No século XIX, foi criada a Filologia, que, voltada para o estudo da linguagem em fontes históricas escritas, articula estudos literários, História e Lingüística. No século XX, especialmente nos anos 20/30, os formalistas russos (a exemplo de 6 Marcelo B. Gomes destaca que o “método hermenêutico surgiu com a tradução da Bíblia judaica para o grego, no início do século I e por muito tempo foi associado à leitura do Velho Testamento. Por extensão, em teologia, a hermenêutica é o estudo dos diferentes sentidos das escrituras sagradas” (GOMES, 2012, p.28). Vladimir Propp, Roman Jakobson, Viktor Chklovsky, Yuri Tynianov, entre outros) pretendiam chegar a uma estrutura do texto, uma lógica interna diferente daquela já abordada pela Análise de Conteúdo (AC). Esta última nasce da confluência entre a tradição hermenêutica, a retórica, o empirismo e o cientificismo norte-americano e tem como expoentes os pesquisadores Bernard Berelson, Harold Lasswell, Richard Wright etc. (BARDIN, 2009). Uma abordagem de teor mais

quantitativo, a AC busca averiguar a incidência de determinadas expressões, construções ou referências em uma obra/texto. Diferente da Análise de Discurso, que busca responder “como” o texto significa, produz sentido, a Análise de Conteúdo preocupa-se com o que o texto quer dizer (ORLANDI, 2003). Embora sejam campos de pesquisa que podem se complementar em muitos estudos, AC e AD têm pontos de aderência e fricção. A AD não considera a linguagem como transparente e não atravessa o texto para buscar o seu sentido do outro lado (SAMPAIO, 2016, p.32-33).

Ao destacar a origem do interesse pela interpretação dos textos, a autora deixa claro e classifica a diferença da AD para a Análise de Conteúdo (AC) como mecanismos de análise e que hora se complementam, hora se divergem. Quanto a AD, que é a que nos interessa neste trabalho, ela deixa claro que a linguagem não é tida como linear, nem transparente e, concordando com Orlandi (2003), reforça que a produção de sentido se dá dentro da análise do próprio texto, ou seja, as relações, contradições e conclusões são emergidas de sua própria materialidade textual, sem desconsiderar este véis.

Ainda sobre a diferença da Análise de Conteúdo (AC) para a Análise do Discurso (AD), Pinto (2002) diz que a normatização, da qual levou a definir um modelo metodológico para uma análise de conteúdo, bem como a análise semântico-estrutural de 1950 e 1960, se caracteriza como uma transcrição do conteúdo, tirando do texto sua essência e sua capacidade de acrescentar uma análise mais crítica enquanto discurso e não tão somente enquanto estrutura gramatical. Não permitir que em tais análises as possíveis e presentes articulações que o texto possibilita que sejam feitas saindo de uma estrutura semântica para o contextual, tem sido segundo o autor um dos aspectos criticados por tais análises e, quando elas se limitam a este aspecto, tornam-se apenas mais uma tradução original de um texto.

A esta tradução que Pinto (2002) menciona, o mesmo cita o norte-americano Zelling Harris como o estruturalista que buscou ultrapassar o limite da tradução, ao substituir as categorias semânticas pelas categorias sintáticas. Pinto não atribui um sucesso tão expressivo a esta tentativa. Já Orlandi (2003), explica que Harris usou o método distribucional para livrar o texto do viés conteudista, mas caiu no isomorfismo, ou seja, passou a substituir a análise de fragmentos, de unidades menores, como frases, para

passar a utilizar unidades maiores, como textos inteiros. Isto nos leva a entender que as particularidades do texto foram se perdendo numa generalização da análise resumida. Esse tipo de abordagem, com característica imanentista, é tida até os nossos dias como uma fragilidade de tal método de se fazer análise por dentro da AD americana (BRANDÃO, 2004), o que leva a diferenciar-se da AD européia, popularmente conhecida por vertente ou escola francesa de análise do discurso. Num produto telejornalístico, a exemplo de uma reportagem televisiva, buscamos fugir do viés conteudista já que se trata de uma análise de discurso e não de conteúdo. Para, além disto, buscamos dimensionar a análise contemplando unidades menores, como abertura da matéria, apresentação e chamada do âncora, recursos visuais e sonoros, como as trilhas musicais, as imagens utilizadas nos textos cobertos (por imagens).

2.3.2 O discurso jornalístico na lógica da interdiscursividade e da AD

Ao tratarmos de discurso jornalístico, estamos nos referindo a um campo da produção discursiva da mídia, porém, no sentido mais amplo, todo e qualquer produto midiático tem como finalidade a produção de um discurso midiático que se dá além do jornalismo, no entretenimento, na moda, na culinária, dentre outros. Rodrigues (2002) ajuda a compreender melhor esta dimensão discursiva.

O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final (RODRIGUES, 2002, p. 217).

Além de considerarmos que toda escolha jornalística de produção da notícia é uma ação orientada, e que as convenções acabam por moldar os jornalistas para produzir uma “realidade construída” (TRAQUINA, 2001, p.87), definindo assim o discurso jornalístico, o discurso jornalístico também recebe, por sua vez, contribuições advindas de outros lugares externos à redação. Este, não diferentemente dos demais discursos, se inter-relaciona com os contextos. Assim, os conceitos de objetividade e imparcialidade são historicamente tratados como preceitos a ser seguidos pelo jornalista, reforçando um

discurso que teoricamente distânciava do sentido discursivo, ao compreendermos que o discurso por si só não é puro, mas híbrido.

Portanto, o jornalista envolto a estas convenções impostas pelo crivo da imparcialidade “acredita que o modo como discursiviza é objetivo e isento ‘esquecendo-se’ que, para além dos procedimentos normativos jornalísticos, há escolhas outras, da ordem da linguagem, fruto do encadeamento das formações imaginárias, ideológicas e discursivas” (Schwaab e Zamin, 2014, p.52). Tais escolhas dizem justamente deste lugar do discurso jornalístico, que hora se faz dentro de um escopo editorial objetivo, hora se imbrica na esfera social, a qual também auxilia na construção do discurso jornalístico. Esta relação é definida por Schwaab e Zamin (2014) como caráter polissêmico, assumido pela discursividade jornalística.

Quanto às formações imaginárias, trata-se de um campo muito subjetivo, tanto de quem emite(emissor), como de quem recebe (receptor) a notícia. Neste caso, tanto um como o outro pode elaborar no seu imaginário qual imagem que se faz do seu lugar ou do lugar do outro. Nas narrativas sobre o Semiárido Brasileiro, não diferentemente das demais abordagens tele jornalísticas, concordamos com Traquina (2001) ao falar de uma realidade construída e, neste sentido, as formações imaginárias funcionam neste processo decisório e constitutivo de uma imagem a ser veiculada sobre determinada região. “Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 2002, p. 36).

Esta dinâmica discursiva, considerada também por Pêcheux (1995) de antecipação, principalmente dada nos meios televisivos com o aporte do audiovisual, parece brincar com o imaginário do outro, mas se trata de algo muito sério que é a antecipação de uma opinião e a consolidação de um discurso. A imagem, por exemplo, da vegetação nativa da caatinga feita no mês de Abril, em pleno verão e período seco, pode antecipadamente definir no imaginário do telespectador que esta região é um lugar seco, sem vida e de solo causticante. Por outro lado, esconderia o contraste da vegetação num período chuvoso de dezembro. Da mesma forma que já abordamos, tanto o discurso jornalístico enquadrado

no período chuvoso, quanto no seco, não pode se sobrepor um ao outro, no sentido de produzir apenas uma verdade única, muitas vezes amparada nas escolhas imaginárias, ideológicas e discursivas.

Diante de todas estas questões que estão postas na elaboração do discurso jornalístico, não podemos desconsiderar o fato de que este está para além das normas importadas pelos modelos da objetividade jornalística, advindo, portanto de outras contribuições inseridas no contexto. Assim, consideramos, ao analisar as reportagens jornalísticas, que há em sua produção uma interdiscursividade, advinda da estrutura editorial do programa e do contexto em que se inserem as secas. A AD opera nesta perspectiva interdiscursiva a fim de compreender a construção do discurso, ampliando o horizonte do analista. De acordo com Gregolin (2007), o discurso é dinâmico por abrigar outros discursos e, também, o constitui, assim sendo, não é transparente, e como vimos em (FOUCAULT, 2004) não é linear e nem é aquilo somente que está posto ou negado no discurso jornalístico, mas o que é manifesto de desejo de verdade.

2.3.3 A imagem por dentro da Análise do Discurso Jornalístico

Ao traçarmos aqui uma relação sobre a análise de conteúdo e análise do discurso e como as vertentes de AD se aproximam ou distanciam deste aspecto conteudista e traducionalista de um texto, consideramos importante destacar a presença da imagem no texto e na narrativa televisiva. Quando passamos a analisar as imagens de uma reportagem telejornalística, buscamos nos livrar da análise de resumo aparando nos pequenos fragmentos da fala e da imagem. Como nos ensina Barthes (2009), a principal característica da imagem é a sua polissemia, ou seja, ela pode ser interpretada por vários ângulos.

E nesta possibilidade interpretativa não podemos delimitar no enquadramento da análise, ou seja, analisar apenas uma afirmação, uma imagem que por si só já é enquadrada na perspectiva da noticiabilidade. Se ao produzir um discurso sobre o Sertão Semiárido, a TV faz um recorte de um sertão apenas caricaturado rotulado, categorizado por apenas um viés, enquanto analistas deste discurso não podemos nos limitar ao que está posto.

Uma das características da Análise do Discurso da vertente francesa, da qual fazemos a opção neste trabalho, é justamente apontar o que não está dito, já que a negação ou ocultação de algo faz parte do enquadramento deste discurso. E como alerta Moscovici (2009), ao dizer que “coisas que não são classificadas e que não possuem nomes são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo são ameaçadoras”, ajuda a pensar no enquadramento que é feito sobre a imagem do sertão, que em sua maioria nega a subjetividade do lugar e suas particularidades.

Kossoy (1999) nos auxilia sobre os modos de compreender as possíveis leituras que podem ser feitas e extraídas de uma imagem, ressaltando a importância de levar em conta o que ele classifica como os dois componentes principais da imagem: o primeiro está na ordem material, que pode ser representado pelos recursos técnicos, óticos eletrônicos; o segundo está no campo imaterial, ou seja, aquilo que pode ser elaborado e pensado mentalmente ou culturalmente. Aqui, contempla o que chamamos de ponto de vista da equipe de reportagem, a sua parcialidade, ou o que estamos considerando de enquadramento, que é elaborado de acordo com as percepções e vivências e conhecimentos, oriundos do campo ideológico, político e social de tais agentes da notícia.

Deste modo um repórter que nasceu, criou e estudou em uma universidade do Sul do país, e em sua formação cidadã e profissional ouve e assiste desde pequeno o discurso oral e imagético de que o Semiárido é representado pela caricatura da caveira, do mandacaru e que todos os anos as famílias sofrem com a perda das lavouras e dos animais e que não há mais perspectivas de vida, a partir dos aspectos mental e cultural, defendidos por Cossoy (1999), sofrerá influência direta na produção do discurso deste agente da notícia, quando este estiver na linha de frente da produção da notícia.

Nesta mesma linha de raciocínio, ao observarmos uma imagem, o aspecto da memória se faz consideravelmente influente. Quando olhamos uma imagem, aquilo que está em nosso imaginário é automaticamente ativado e leva-nos a uma conexão com as imagens que temos guardadas em nossa memória, fazendo ali uma relação com a presente imagem vista. O exemplo dado acima para a produção da notícia, também se aplica no caso da memorização, tanto para quem produz a notícia, quanto para quem a recebe e analisa (PASSAVENTO, 2008 & AUMONT, 1994).

Podemos aqui mencionar como exemplos de uma rememoração da imagem que é reproduzida e que nossa memória é logo ativada ao vê-la, por exemplo, um quadro ou uma reportagem televisiva. A nossa memória nos leva no caso do sertão, às imagens historicamente produzidas pela mídia, pela escola, pelo cinema, pela literatura: Os sertões de Euclides da Cunha, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, as obras de Portinari, as imagens nos livros didáticos sobre o bioma caatinga, como feio, seco e cinzento e, inclusive, a negação deste bioma exclusivamente brasileiro, como nosso, ensinando na escola os conceitos de Mata Atlântica, de Pantanal. Por isto que, ao discutir e propor ações de Recaatingamento, a maioria dos alunos, de agentes, de técnicos, de jornalistas, de professores ainda são levados a um processo de memorização da escola e usam o termo reflorestar em pleno sertão semiárido. E não é de se estranhar ao ver uma matéria na TV sobre algum projeto de recantigamento, a exemplo do que foi desenvolvido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) sendo chamado de reflorestamento.

No caso da TV, isto é a produção de um discurso homogêneo, bem como rememorização do que este veículo historicamente construiu sobre este lugar e, para, além disto, a manutenção do lugar comum que culturalmente se faz mais aceitável e elegante usar a palavra reflorestar do que recaatingar. Como mencionam Leitão e Santos (2011, p.153), são modelos que buscam conformar com o que é corriqueiro e, assim como o tema seca, estes devem estar perfeitamente encaixados na visão pronta e acabada da mídia, a fim de não chocar com o que já está intrínseco ao senso comum e isto, por sua vez, também é linguagem e discurso.

As imagens que nossa memória guarda são justamente as ditas e vistas, seja na escola, seja nos veículos de comunicação ou, em terceiro plano, neste caso podemos dizer, reproduzidas por um senso comum, fruto da persuasão do discurso midiático. Ouvirmos ou vermos mais imagens recorrentes de um semiárido inóspito, de cemitérios de vacas mortas, de lavouras perdidas, ao invés de uma região com tecnologias sociais auxiliando na produção, de animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos como exemplos de adaptação, nos leva ao perigo de uma verdade única daquilo que Moscovici (2009) chama a atenção para a falta de nome e visibilidade às coisas que acaba por não existirem, num recorte que tendência mostrar apenas o negativo.

Para além do que já foi apresentado como mecanismos da análise da imagem, está ainda, o aspecto acerca dos múltiplos pontos de vista que podem ser feitos de uma imagem e de sua análise (ALEGRE, 1998, p.76). Este aspecto está inserido na própria produção da imagem pelo fotógrafo ou pelo cinegrafista, que de acordo com o seu ponto de vista, ou do veículo de comunicação, fará o recorte ou enquadramento a partir do seu olhar. Os ângulos, o campo da imagem, o plano aberto ou fechado, o cenário que a fonte deve aparecer numa entrevista, a fotografia tirada de determinado campo de imagem recortado, tudo isto faz parte deste aspecto. Com base em Charaudeau (2009) passamos a entender que toda produção imagética parte de escolhas, as quais por si só não são inocentes e, posteriormente, determinam e produzem um sentido discursivo.

Trazendo esta discussão especificamente para o campo da comunicação, podemos, ainda, considerar que o conceito de *agenda –setting* é uma estratégia de enquadramento definida pelos veículos de comunicação, onde o que é priorizado como produto de noticiabilidade é aquilo que é definido na ordem do dia, sendo categorizado em sua centralidade os temas e assuntos considerados de relevância social (WOLF, 2008, p.145).

A imagem seja ela televisiva ou fotográfica é, por si só, uma linguagem textual que auxilia na compreensão e produção do discurso jornalístico; é tida como uma forma artística de representar a realidade pode promover o diferente, saindo do lugar comum e promover o debate e a análise sobre as variáveis questões que estão ali postas ou negadas em tal imagem, indo além de um modelo posto pelos critérios de noticiabilidade, muitas vezes sufocando a imagem a um texto já pronto e pré-definido, reduzindo assim o seu valor documental e discursivo, rememorando imagens já produzidas no nosso imaginário, sem nada acrescentar (LEITAO e SANTOS, 2011, p.152).

Charaudeau (2006, p.19) considera que “a informação é essencialmente uma questão de linguagem”, portanto, a linguagem não é linear, nem tampouco se apresenta de forma clara e transparente, e isto, nas palavras do autor, gera neste sentido várias possibilidades de interpretá-la, analisá-la, levando o receptor a construir sua visão particular sobre este processo de informação, ou seja, produzir um sentido próprio acerca da leitura à sua volta produzida pela informação. Diante do que nos provoca o autor, trazemos presente alguns exemplos de imagens que são produzidas pelo semiário e relacionamos com o nosso objeto de pesquisa.

Uma imagem vista por mais de uma pessoa pode ter várias interpretações e no caso de quem está produzindo informação a partir da imagem, não pode restringir-se a apenas uma interpretação pronta e acabada. A imagem de um solo rachado que insistentemente aparece nas aberturas das matérias sobre a seca, pode não ser somente o resultado da estiagem, quem caminha pelo Sertão Semiárido e encontra, por exemplo, um tanque de barro após o período chuvoso e já seco, verá que ali a estrutura do solo está totalmente rachada, porque antes era um reservatório natural de água. Se, em determinada matéria sobre a seca o cinegrafista faz um recorte de imagem sobre aquele pequeno espaço, não está representando uma realidade homogeneia, mas apenas daquele lugar.

Outro exemplo que nos faz pensar sobre a limitação da imagem veiculada na mídia sobre o aspecto seca que estamos discutindo neste trabalho, trata-se da imagem do mandacaru, tido como uma das plantas mais resistentes da Caatinga, e, por vezes, mostrada de cor cinzenta, quase seca e sem flores. Uma imagem desta mesma planta, no período que antecede às chuvas, seria totalmente contraditória ao que é rotineiramente estampado na TV, seria uma imagem de uma planta verdejante, com flores e frutos. Da mesma forma é a perspectiva da AD, como vimos em Pinto (1999), várias são as vertentes e perspectivas de análise. Privilegiamos aquela que nos dá a possibilidade de ir além de uma interpretação textual e que possibilita ao pesquisador enxergar aquilo que não é possível de ser vista apenas com os olhos, mas considerando todos os aspectos que a imagem proporciona, os quais já apresentamos neste tópico.

2.3.4 Conhecendo as fontes e tradições da análise de discurso

Com base em Pinto (1999) são duas as principais fontes que nutrem e dão sustentação a análise de discurso, ou como o próprio autor prefere mencionar, de análise de discursos no plural, compreendendo, assim, que os discursos são tão múltiplos como a possibilidade de análises e construção dos mesmos, neste sentido, esclarece.

As análises de discursos que se praticam hoje se nutrem de duas tradições: a análise do discurso francesa, de um lado, e a pragmática, a etnometodologia e outras propostas psicossociológicas de abordagem de textos anglo-americanas, de outro, que nem sempre se entendem muito bem, por causa de suas diferenças epistemológicas. As duas correntes, ao

se nomearem, preferem empregar discurso como um coletivo ou genérico, no singular, embora se separem radicalmente quanto a maneira como definem o conceito; prefiro usar discursos no plural, não só para dar conta da idéia de sua multiplicidade, como também para fugir das grandes categorias abstratas à maneira do estruturalismo, onde o conceito originalmente se forjou (PINTO, 1999, p.16)

Como esclarece o autor, tanto a vertente francesa como a americana utilizam o termo discurso em sua singularidade. Portanto, ao esclarecer que existem diferenças epistemológicas no campo da AD e que o termo discurso, neste caso, passa a assumir pontos de vista diversos e divergentes, e que o termo tem sido, com esta justificativa, utilizado no plural por alguns teóricos, incluindo o próprio Pinto (1999 e 2002), Maingueneau (1995) e Verón (1987, 1998, 2004). Pinto (2002) ainda defende que a utilização do termo discurso no plural acaba dando conta da multiplicidade que o mesmo termo propõe, fugindo também do abstrato embasado no estruturalismo que deu base a este conceito (PINTO, 2002, p.20). As diferenças epistemológicas que divergem uma da outra são assim apresentadas por Pinto (1999):

A análise de discurso francesa (AD), cujos nomes mais influentes foram Michel Foucault e Michel Pêcheux, tentava desde os anos 70 articular lingüística e história numa teoria do discurso que era feita, segundo uns dos seus seguidores, Jean-Jacques Courtine. [] A função das ideologias como constitutivas da produção/reprodução dos sentidos sociais, por força de aparelhos ideológicos, desenvolvida por Louis Althusser, tem papel fundamental na AD. Define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutivas daquele contexto []. A tradição anglo-americana, nomeada às vezes como discourse analysis, originária da Inglaterra, mas firmemente enraizada nos Estados Unidos, onde incorporou elementos da sociologia, da psicologia e da etnologia, prende-se mais empirismo e aos conceitos da psicologia do consciente. Suas análises de discursos combinam a descrição da estrutura e do funcionamento interno dos textos, com uma tentativa de contextualização um pouco limitada e utópica (PINTO, 1999, p.17).

Como ressalta Sampaio (2016), as diferentes abordagens, atores, métodos e filiações sobre a AD, reforçam o quantitativo de estudos e pesquisas debruçados sobre este assunto. Mas, independente destas variações e complexidades, o que fundamenta a AD é

a possibilidade de articular a estrutura do texto com aquilo que está para além dele: a saída dos elementos semânticos estruturantes do texto para a sua contextualização ao lugar do social (SAMPAIO, 2016, p.31,).

Parafraseando Orlandi (2003), a AD nos instiga a sair da zona de conforto da inocência do discurso para estabelecer uma relação menos ingênua com a linguagem, cuja opacidade não permite neutralidade. Esta questão retoma uma discussão feita anteriormente sobre a produção do discurso ao tratarmos, por exemplo, da retomada de algumas estratégias de apresentação do discurso, como usar da mesma abordagem para abrir uma matéria sobre seca, recorrer às mesmas imagens estereotipadas. Ela não é dada inocentemente, mas faz parte das amarras e das escolhas para uma elaboração do discurso desejado. A autora destaca o caráter permanente e irremediável do simbólico, frisa o quanto estamos comprometidos com a produção de sentido e destaca o fato de que os discursos acontecem em contextos sociais, num espaço-tempo das práticas humanas e, portanto, “os sentidos estão sempre administrados, não estão soltos” (ORLANDI, 2003, p.10). Assim postos, os discursos se fazem enquanto protagonistas da vida social e dos lugares de fala dos seus interlocutores.

Ainda segundo Brandão (2004) a vertente americana se aproxima mais da Lingüística, onde a preocupação está mais voltada para a organização do texto e não da geração de sentido. No entanto, a linha francesa é vista como uma vertente interdisciplinar que ultrapassa o que está posto e voltado para a compreensão textual, fazendo uma relação com o contexto.

Para Mazière, na França, a AD ganhou continuidade a partir dos seguidores de Michel Pêcheux, o qual, em seus 15 anos de produção acadêmica (1966-1983), inspirou pesquisadores a ampliar e tensionar suas abordagens. [...]. Compactuamos com a visão de que, nos anos 60-70, três projetos teóricos distintos definiram a AD na França: a linha de Michel Pêcheux; a linha sociolinguística (desenvolvida por Marcellesi, Gardin e Guespin, dentre outros); e a linha de Michel Foucault. “Pode-se dizer que a AD francesa é o efeito geral dos confrontos e alianças táticas ocorridos entre essas três linhas” (NARZETTI, 2010, p.51). Zonas de interseção e distanciamento marcam essas três abordagens. Narzetti (2010) mostra que Pêcheux e a sociolinguística incorporaram o referencial marxista e buscaram a produção de sentido dos discursos pelo viés das classes sociais e da ideologia. Além disso, recorreram à Linguística para dar conta dos discursos. “Essa convergência, que, como veremos, não significa

identidade total de posições, estabelece uma enorme distância em relação à linha de Foucault representada pela Arqueologia” (NARZETTI, 2010, p.52). Já as linhas de Pêcheux e de Foucault se aproximam quando negam a hermenêutica, assumem uma aversão comum ao humanismo teórico vigente nas ciências humanas (o psicologismo, o sociologismo e o antropologismo) e compreendem o sujeito como resultado de diferentes processos históricos de subjetivação. Além disso, ambas apostaram que a análise de discurso poderia servir como um instrumento de história das ciências e/ou dos saberes em geral. “A aliança nesses pontos situava os projetos de Pêcheux e Foucault à enorme distância do projeto da sociolinguística” (NARZETTI, 2010, p.52). Essa três linhas, entretanto, afastam-se severamente em relação a outros pontos, o que irá garantir a especificidade de cada uma delas (SAMPAIO, 2016, p.36).

A AD francesa, ao considerar que o discurso é pertencente ao contexto, leva em conta o sujeito como parte deste contexto, o qual é receptor da mensagem de um discurso midiático que já chega com toda esta carga cultural e ideológica. A vertente americana, por sua vez, entende que o processo de comunicação tem uma interação com os sujeitos, os quais “detém controle total e consciente das regras a serem utilizadas e que são capazes de contribuir em pé de igualdade para o desenvolvimento do processo” (PINTO, 1999, p.18). Neste caso, ao discordamos deste perspectivada vertente americana, compreendemos que esta visão também situa o discurso como uma prática social e que, portanto, direciona uma responsabilidade ao receptor, como se somente ele fosse o próprio agente da notícia e responsável pela sua produção, o que desconsidera tanto o aparato ideológico do veículo de comunicação quanto seus critérios de noticiabilidade. Quem legitima esta nossa compreensão, indo também ao encontro desta visão da teoria americana de discurso, é Norman Fairclough (1988) que afirma que esta visão “subestima até que ponto as pessoas são aprisionadas e constrangidas por convenções sociais e na verdade derivam a partir delas suas identidades individuais. (...) E de modo correspondente, superestima até que ponto as pessoas manipulam a fala com propósitos estratégicos”.

Como podemos verificar o conflito entre as duas vertentes, é notório, portanto, boa parte do que se tem produzido acerca da análise de discurso, tem-se verificado enquanto tendência para uma constatação de que o discurso é meramente constituído dentro de um contexto social, inclusive a tendência anglo –americana vai considerar isto, portanto de forma mais conservadora ou tendo, como citamos anteriormente, o leitor como um ser

ativo detentor de um poder de produção do discurso, quando na verdade ele é mais influenciado do que ser um sujeito partícipe deste processo.

2.3.5 A opção pela AD de vertente francesa

Pela sua interdisciplinaridade, que dá conta de aportes teóricos nos diversos campos, fazemos a opção pela vertente francesa, por dar conta do aporte teórico do campo da análise de produtos jornalísticos, como no nosso caso, das reportagens televisivas, tendo em vista ainda os ancoramentos que se fazem presentes entre os princípios da AD francesa e a minha pesquisa, contemplando, aqui, questões contextuais, culturais e sócio-políticas. Comprovamos isto ao entendermos que o discurso midiático, presente nas matérias jornalísticas em análise, é composto por todo um aparelhamento ideológico do veículo de comunicação e os discursos ali constituídos estão diretamente ligados ao contexto sócio histórico, de como, por exemplo, se constitui o discurso jornalístico sobre a seca e que, conseqüentemente, este discurso compõe também o próprio contexto, levando-nos a entender que o discurso se compõe neste emaranhado do tecido social e ele, por sua vez, torna - se membro deste próprio tecido, características estas presentes na AD francesa.

2.3.6 Produção do discurso jornalístico e a construção discursiva de sentido

Início este subitem trazendo um relato sobre o percurso desta pesquisa, no intuito de compreendermos o fazer epistemológico e a sua contribuição para o próprio pesquisador. Já ressaltai, na introdução, que uma das motivações desta pesquisa diz respeito ao seu primeiro passo, dado no curso de especialização. E, nesse primeiro passo, uma das questões gritantes, que foi sendo aprofundada e problematizada com as contribuições advindas na etapa de qualificação e do aporte teórico, foi o conceito de reprodução do discurso. Como toda produção textual não nasce apartada do seu contexto, como nos ensina Pinto (1999), posso delegar parte desta motivação em utilizar o conceito de reprodução numa construção anterior, à própria construção social que foi sendo produzida em torno do mesmo, ao veicular matérias jornalísticas sobre o semiário.

Neste percurso, entendi que o que estava sendo chamado de reprodução, tratava-se de uma produção de sentido em si e que este discurso, considerado repetido, se fazia presentificado e novo em dado contexto recorrente e solicitado pela mídia. Considero que lidar com esta construção e elaborar tal definição representou-me um dos principais resultados preliminares da pesquisa e, por isto, merece este destaque.

Neste sentido, passamos a trabalhar, a partir daqui, com o entendimento e o conceito de produção do discurso jornalístico, enquanto produtor de sentido, tendo em vista tais considerações a cima mencionadas e, ainda, porque a idéia de reprodução tanto no campo do jornalismo como da AD é o tempo todo rebatida, já que em suas perspectivas estes dois campos buscam trabalhar com a produção de sentido, ou seja, o que chamamos de construção da realidade, o que nesta pesquisa é fortemente debatido a partir das próprias reportagens que serão analisadas, e que ajudarão justamente a responder, na problemática da pesquisa, que tipo de discurso estão sendo produzidos em cada realidade temporal apresentada.

Quando reportamos a um tipo de discurso como “reproduzido”, e aqui no caso desta pesquisa podemos elencar alguns exemplos, a partir de algumas manchetes televisivas encontradas no trabalho de Souza (2014), como: Seca é a pior dos últimos anos na Bahia, Barragem de Sobradinho atinge o pior índice de abastecimento de sua história, agricultores sofrem com perda de lavouras e morte de rebanhos, etc. Todos estes exemplos são bem recorrentes, de fato, a cada seca que chega, para começar entendendo que não há reprodução, a seca sempre chega, mas ela não volta e nem se repete, porque se trata de um fenômeno climático que ocorre todos os anos, geralmente no mesmo período, então a própria produção e construção da seca no sentido climático, contextual e político é algo inédito.

Assim, o discurso recorrente pela mídia que faz usos em sua maioria das mesmas chamadas nas reportagens, é algo que não podemos ignorar, pois se formos recorrer às matérias em análise podemos enxergar estas características, que não se dão de forma inocente, mas que partem de escolhas feitas pelos veículos de comunicação, as quais não podem ser vistas como reprodução do discurso (CHARAUDEAU, 2012). Aquilo que parece ser usual e repetido pela mídia para reportar as secas no Semiárido, como já exemplificamos, tem, em seu conteúdo e na distribuição deste, algo de novo e singular,

partindo do pressuposto de que o contexto em que tal reportagem hora está sendo produzida e veiculada já é outro contexto e este, por sua vez, é atual. Um exemplo clássico desta percepção trata-se de uma reportagem sobre a baixa da barragem de Sobradinho em 2012, que foi ao ar no Jornal Nacional.

Neste período, o JN buscava mostrar exclusivamente os impactos do que a grande mídia considerou de maior seca dos últimos 30 anos, inclusive veiculando tal realidade em outras regiões do Nordeste. Já no segundo semestre de 2015, foi ao ar no Jornal Hoje da Rede Globo de Televisão, uma série de quatro reportagens, que focava na situação em que se encontrava o Rio São Francisco, com o seu baixo índice de água. Nesta série, a difícil situação em que a barragem de Sobradinho se encontrava, dois anos depois da primeira matéria, foi novamente mostrada.

Ao tecermos uma análise sobre as duas reportagens, podemos fazer algumas relações, inclusive partindo do princípio de que se trata de duas produções pertencentes a um mesmo veículo de comunicação de massa. Ao analisar os critérios de noticiabilidade e a caracterização da linha editorial dos dois jornais, talvez encontraríamos muitas semelhanças na produção do discurso e até na captação de imagens e na abordagem do repórter e, de forma aligeirada, poderíamos até concluir que a matéria seria uma “reprodução” da outra. O que queremos destacar aqui é que não se trata de reprodução. Para além dos aspectos já citados que poderiam comparar uma reportagem com a outra, temos aqui o fato novo em cada uma delas. O primeiro aspecto é o contexto em que se inserem as reportagens, na medida em que uma trata da situação de estiagem e a outra aborda a situação do volume do rio e como a barragem passa a ser um fator importante nesta abordagem, enquanto uma importante construção do Rio São Francisco.

Entendemos, então, que quando uma imagem ou fala é trazida de volta em outra reportagem, está acontecendo o que Gregorin (2007) reconhece como retomada de sentido, alicerçada numa construção pela rememoração do passado, da história trazida nas imagens. No Jornalismo, uma das estratégias de noticiabilidade é a suíte, a qual entendemos ser uma forma de atribuir sentido a determinada reportagem, conferindo, em alguns casos, à repetição para que o telespectador possa compreender por inteiro tal cobertura. Em Ribeiro (2016), encontramos uma explicação clara que esclarece que a suíte significa série, seqüência, a fim de mostrar os desdobramentos de um fato que foi

notícia na edição anterior e, para isto, carece, em alguns casos, recorrer à repetição daquilo que já foi exibido.

A produção de sentido está alicerçada na instantaneidade da imagem, na contemporaneidade ali presente, enquadrada no presente contexto demarcado, por exemplo, pela perda da lavoura e da morte do gado que de novo volta a acontecer, mas não se repete, é outro gado, é outro ano e acontece, ali num momento atual, trazendo presente um movimento novo de circulação de idéias, de imagens, sendo interligadas ao cotidiano presentificado em cada seca, como podemos verificar:

Esse efeito de “história ao vivo” é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da ressignificação de imagens e palavras enraizadas no passado. Rememoração e esquecimento fazem derivar do passado a interpretação contemporânea, pois determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação dos sentidos (GREGOLIN, 2007).

O discurso midiático que produz sentidos se faz e se refaz o tempo todo, imbricado no contexto histórico e na existência dos sujeitos. Foucault (1978) trata este movimento contínuo de *microfísica do poder*, em que os discursos se constituem em micro-poderes, os quais estão o tempo todo numa luta constante pelo estabelecimento de verdades que, “sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração”. Desta forma, mesmo o discurso sendo considerado por Gregolin (2007) como uma reprodução, ele, nas palavras da autora, se reconfigura em cada contexto, dialogando com as especificidades do cenário atual.

Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma tensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser. Se só houvesse submissão, não haveria produção de novos sentidos (GREGOLIN, 2007, p.13).

De forma crítica, precisa-se reconhecer o papel da mídia enquanto produtora de discursos, a qual também ressignifica novas tessituras, trazendo algo de singular. Ao analisar esta construção discursiva o que precisa ser o tempo todo questionado é que perspectivas tal notícia possibilita ao leitor ter dimensões de análises críticas e formação de opinião própria, visto que na contemporaneidade “a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção de subjetividades, evidenciando sua sofisticada inserção na rede de discursos que modelam a história do presente”, (GREGOLIN, 2007, p.14).

Na perspectiva da análise do discurso o que está em voga não é somente, segundo Charaudeau (2012), os sistemas de signos internos de uma língua, de determinada cultura ou região, na medida em que os veículos de comunicação recorrem aos sistemas de valores que, por sua vez, influenciam o uso desses signos no cotidiano do uso da comunicação pelos indivíduos. A influência do discurso midiático na culinária, na moda, na cultura, etc., são exemplos de tais valores explorados pela mídia. É nesta perspectiva que tais empresas de comunicação definem o seu enquadramento. Neste particular, entendemos que informar é um processo de comunicação que tem como norma a definição de fazer escolhas. “Comunicar, informar, tudo é escolha” (CHARAUDEAU, 2012, p.39). A escolha perpassa a definição de estratégias de comunicação para atingir o receptor, ou seja, estratégias discursivas, escolhas de efeitos de sentido para atingir o outro, escolhas de estratégias discursivas de produção de sentido. Por isto, reafirmamos que as estratégias de comunicação não são um ato inocente, mas movido por escolhas.

Brandão (2006) e Sampaio (2016) reforçam que o discurso é um espaço em que saber e poder se articulam, na construção da tessitura da relação entre os interlocutores. “O discurso é um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas” (BRANDÃO, 2006). Assim, ele não é feito por si só, mas alinhado ao contexto, numa constante mediação que é feita o tempo todo entre os indivíduos como agente social e as diversas realidades que histórico político e socialmente contribui para a concretude do discurso (ORLANDI, 2003).

Não é diferente na televisão, nem tão raro na mediação que se faz ao tratar do assunto seca, tema este que perpassa por toda uma trama histórica do próprio conceito que foi

sendo produzido, sobre a indústria da seca e da visão de verdade única e recortada sobre determinado lugar. Este espaço é contemporaneamente conhecido como Semiárido, embora tenha perpassado uma construção e desconstrução de sentidos e conceitos para chegar onde estamos hoje; a própria cartografia do Semiárido, com suas mudanças vai revelando isto. Assim, reafirmamos que o discurso sobre a seca na TV não se trata de uma reprodução, como ligeiramente é assim classificado, no senso comum e até em alguns estudos. Se toda tentativa de comunicar e informar passa, portanto, pela mediação com o contexto e o meio onde está inserida e, ainda, como já mencionamos e como reforça Charaudeau (2012), que o ato comunicativo se configura enquanto processo e discurso, ela é, em sua essência, um ato de produção de tal discurso e não de reprodução.

2.3.7 Apontamentos sobre o risco de uma verdade única institucionalizada

Quanto ao que pode ser reconhecido como construção da verdade, nos reportamos novamente a Edgar Morin (1998), o qual nos leva a questionar a ciência como verdade única, partindo do princípio de que ela, neste caso, é uma verdade construída e que pode ser mudada a depender do contexto em que é tida como verdade. Segundo o teórico, existe a verdade das teorias científicas que imagina estar ancorada no universo dos fenômenos, “quer por observação dos observadores diferentes, quer por experimentações diferentes, essa verdade de fato é inteiramente distinta daquela outra, crenças que se julgam boas, sãs, necessárias e vitais para a sociedade” (MORIN, 1998, p.146). Este pensamento converge com o que está sendo discutido sobre a produção do conteúdo midiático, as formas de construir uma verdade absoluta sobre determinado assunto, neste caso sobre a região semiárida em estudo.

A imprensa nacional e os que escreveram sobre esta região, tendo como parâmetros apenas uma época do ano, ou apenas um ângulo da região, criaram uma caricatura do Semiárido. Os livros didáticos que circularam e circulam na nossa região afirmaram essa caricatura da região, onde o sujeito que vive no Semiárido é visto como o “matuto”, é um “sujeito sem saber”. (REIS, 2008, p.03).

Este é o perigo de uma “verdade única”, embasada na definição a partir de visões estreitas e, para, além disto, a disseminação desta verdade que passa conseqüentemente a se perpetuar como tal.

A verdade emerge primeiro sob uma forma absoluta, não só sob a forma absoluta das crenças religiosas ou mitológicas,mas também sob a forma das idéias dogmáticas. O aparecimento da idéia da verdade agrava a questão do erro, porque quem quer que se julgue possuidor de verdade torna-se insensível aos erros que podem ser encontrados em seu sistema de idéias e, evidentemente, tomará por mentira ou erro tudo aquilo que contradiga sua verdade. A idéia de verdade é a maior fonte de erro que pode ser considerada; o erro fundamental reside na apropriação monopolista da verdade, (MORIN,1998, p.146).

A reprodução da notícia, focada apenas neste recorte de enquadramento, acaba por dificultar como nos remete Albuquerque Junior (2011) a configuração de outras verdades. O pesquisador considera que a reprodução de uma verdade única sobre a região semiárida levou a constituir uma produção imagética discursiva, pensada de forma tão específica que acabou dificultando, até hoje, a produção de uma nova configuração de verdades, capaz de romper com os estereótipos. Parafraseando Morin(1998), sobre a sensibilidade de enxergar outras verdades,bem como da possibilidade de estar aberto a encontrar erros na constituição da sistematização das idéias,penso que é uma provocação para o distanciamento acerca do método de estudo,numa tentativa de separar as paixões, impondo um limite e construindo um olhar para além do que está posto.

A vontade de verdade definida por Faulcult (2001) é tida por ele como um sistema de exclusão do discurso e esta diretamente ligada a um “suporte institucional”, ou seja, a vontade de verdade se caracteriza por um desejo de se constituir “uma verdade única” embasada nas normas legais, das ordens e do status quo, a fim de ser confirmada embasada nas esferas de poder e da ordem. A exemplo disso Foucult (2001) descreve tais sistemas como: “o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas,os laboratorios”. O autor reforça que a vontade da verdade se apoia nestes sistemas ,aliando-se “sem dúvida, ao modo como o saber é aplicado em uma sociedade ,como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2001, p.17).

Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos-estou sempre falando de nossa sociedade-uma especie de pressao e como que um poder de coerção.Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio,durante seculos,no natural,no verossimil,na cinceridade, na ciencia tambem- em suam,no discurso verdadeiro. Penso igualmente, na maneira como as praticas economicas,codificadas como preceitos ou receitas,eventualmente como moral procuraram,desde o seculo XVI, fundamentar-se, relacionar-se e justificar-se a partire de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, numa teoria do direito depois a partir do seculo XIX em em um saber sociologico, psicologico, medico, psiquiatrico: como se a propria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada , em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 2001, p.18).

Foucault (2001) nos lembra que “por volta do seculo XVI e do seculo XVII (na Inglaterra sobretudo),apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteudos atuais ,desenhava planos de objetos possiveis ,observaveis,mensuraveis, classificaveis”. O mesmo define como uma vontade de saber, onde despertava no sujeito uma participação ativa “ver em vez de ler, verificar, em vez de comentar”. Era, de fato, uma outra vontade de verdade que contrapunha a esta vontade de verdade tida como um sistema de exclusão do discurso.

E a razão disso é talvez,esta:e que se o discurso verdadeiro não é mais ,com efeito,desde os gregos,aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder ,na vontade de verdade,na vontade de dizer esse discurso verdadeiro,o que esta em jogo,senão o desejo eo poder?. O discurso verdadeiro que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder,não pode reconhecer a vontade de verdade,essa que que se impoe a nós há bastante tempo,é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascara-la, assim so aparece aos aos nosso olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e inidiosamente universal. E ignoramos ,em contrapartida,a vontade de verdade,como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que,ponto por ponto,em nossa historia,procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocala em questão contra a verdade , ali justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura.(FOUCAULT,2001, 20).

Somos provocados aqui a pensar na possibilidade de outras verdades sobre a verdade que está posta, maquinada sobre uma estrutura de vontade de verdade que por hora exclui todas as outras versões de verdade. Podemos tratar, aqui, do que denominamos de “verdade única” sobre a égide de um enquadramento único, ou quando se trata do discurso jornalístico, a um determinado termo conhecido como imparcialidade. Todos eles acabam por potencializar o que Foucault nos alerta sobre o perigo da vontade de verdade, quando se trata de reconhecer, instituir e consolidar como verdade aquilo que está posto, sem dar outras possibilidades de enquadramento e abordagem. Se a mídia, como ressaltou anteriormente Fávero e Santos (2002), parece eleger apenas o recorte de um semiárido inviável, neste caso concordamos com Foucault (2001) ao falar de uma verdade institucionalizada, que recorre ao e se fundamenta no enquadramento imagético, de lavouras perdidas, vacas mortas, famílias famintas e ao aparelhamento discursivo, ao dar voz aos “flagelados” da seca, que por sua vez falam de suas dores e perdas. Este exemplo demonstrativo serve de base para entendermos esta “vontade de verdade”, como um dos sistemas de exclusão do discurso, assim como foi-nos apresentado por Foucault (2001, p.18) o exemplo do sistema penal que buscou, a partir do século XIX, apoiar seu discurso de verdade em um saber institucionalizado do campo do saber sociológico, psicológico, médico e psiquiátrico, os quais deram base científica a esta verdade.

No caso específico da veiculação das secas, há uma hipótese no nosso senso comum de que a mídia reproduz imagens e só mostra o lado catastrófico da seca. Morin (1998) ajuda-nos a trilhar o caminho da análise tomando como base esta representação social da seca, mas sem fazer juízo de valor, antes que as análises sejam feitas. Neste sentido, buscamos enfatizar a abordagem da seca pela mídia nos reportando o tempo todo ao campo da produção da notícia e da veiculação, ancorados nos referenciais teóricos e fazendo uma relação com o objeto em estudo, sem furtar de uma escrita crítica e propositiva, valores estes perseguidos pela Análise do Discurso.

A escolha do pesquisador de determinado objeto de pesquisa geralmente está ligada ao que gostamos ou, no mínimo, já depositamos em nossas hipóteses uma prévia das “verdades absolutas” que dali acreditamos poderem ser simplesmente comprovadas. Este é um erro que pode conduzir o pesquisador a um resultado frustrante. Na produção

acerca da visibilização do semiárido na grande mídia, o pesquisador está exposto a cometer visões equivocadas, previamente sobre o estudo, dada a aproximação do mesmo com a temática, onde o pesquisador escreve a partir do lugar em que está inserido. Por outro viés, não podemos nos iludir de que a nossa percepção e ideologia política são movidas o tempo todo pelas nossas crenças e descrenças, não podendo, isto, superar o rigor científico da pesquisa. Esta subjetividade se afirma no pensamento de Capra (1996).

Enquanto seres humanos usamos com frequência o conceito de informação e fazemos constantemente representações mentais das pessoas e dos objetos no nosso meio ambiente. Estas, no entanto, são características específicas da cognição humana, que resultam da nossa capacidade para abstrair, o que é uma das características-chave da consciência humana, (CAPRA, 1996, p. 210).

A Análise do Discurso, neste caso, tem uma característica desta cognição humana e pessoal. A análise de uma matéria pode ter um olhar próprio de um pesquisador que não invalida o olhar diferenciado do outro. A verdade, neste caso, não é absoluta, mas pode ter outras interpretações, tomando como princípio o objetivo que se quer alcançar. Somos o tempo todo como pesquisadores alertados a seguir métodos e percursos convencionais, mas também provocados a ir além do que está posto, exercitando o exercício de reconhecer a possibilidade de errar. Neste intuito, Morin (2003), nos alerta para o erro de subestimar o erro, esclarecendo que o erro estratégico está ligado a uma verdade pré-concebida ou a um padrão de verdade que nem sempre é tão verdade assim, pois deve-se levar em conta as alterações no contexto político de cada período.

Concordando com esta afirmativa Aguiar (2013), ao mencionar o método de pesquisa em comunicação, ressalta que se faz necessário que se considere nesse método o contexto, os atores sociais e as formas simbólicas para uma interpretação sobre o objeto em estudo. Assim, ao analisar duas secas dentro de dois contextos políticos diferentes, mas num mesmo cenário, a abordagem epistemológica, em sua fundamentação teórica do projeto, parte do princípio de fazer um recorte histórico sobre a existência destes dois períodos numa perspectiva de dissertar sobre a existência das secas e como elas têm sido tratadas por dentro do programa Globo Rural, no tempo e no espaço em que ocorreram.

Assim, tem-se revelado como novo enquadramento as abordagens que revelam que o semiárido não é só seca, mas é diversidade, fartura, festa, política e pesquisa. Esta, por sua vez, tem sido feita mais pelos meios de comunicação alternativa. Souza (2014) aponta que na programação jornalística da Rede Globo estas abordagens também aparecem, só que com delimitações voltadas para veiculação em horários de pouca audiência.

2.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias analíticas que compõe a metodologia de análise aqui elencadas são: TV, Seca e Política. Em TV construímos uma abordagem sobre as características deste veículo de comunicação de massa, como ele se desenvolve no Brasil, o conceito de enquadramento da notícia e os critérios de noticiabilidade. No caso do Programa de televisão em análise, o Globo Rural, fez-se necessário contextualizar a política de distribuição de conteúdo e alcance de audiência pela Rede Globo de Televisão, principalmente na região semiárida, onde por muito tempo só tinha acesso a este canal de televisão. A seca passa a ser tratada desde o seu conceito técnico até compreendermos como ela passa a ser utilizada como um discurso político para a “resolução” ou mitigação dos seus efeitos, bem como para a perpetuação do discurso do combate à seca, fortalecendo o que se convencionou de indústria da seca. Sobre política, nesta categoria discutimos como a seca passou a ser debatida no campo das políticas públicas e como avançaram no sentido de se transformarem em ações permanentes de convivência com o clima.

2.4.1 TV: acesso, distribuição e modelo de jornalismo no Brasil

Debruçamo-nos aqui, no esforço de caracterizar e apresentar o telejornalismo como um meio de comunicação de massa, seu percurso histórico no Brasil e a influência do modelo norte americano na sua definição e concepção ideológica, mais precisamente na Rede Globo de Televisão, onde se dá o recorte desta pesquisa. A discussão sobre a audiência do veículo, enquanto meio massivo de persuasão e conquista de um novo público, como foco na região semiárida, ocupa boa parte deste tópico, além de discutirmos a importância

da imagem no texto televisivo, como indissociáveis no processo de produção do discurso jornalístico. Ancoramos em estudos de teóricos respaldados e pesquisas acadêmicas acerca dos estudos do telejornalismo brasileiro.

A televisão chegou ao Brasil em 1950 e o primeiro telejornal da televisão brasileira foi ao ar em setembro do mesmo ano, sendo inaugurada pelo então jornalista Assis Chateaubriand. Destaca-se, em 1953, o primeiro programa jornalístico de reconhecido sucesso, o Repórter Esso, estreado na pioneira TV Tupi em São Paulo. Já neste período o programa seguia um modelo americano.

A televisão foi implantada no país no dia 18 de Agosto de 1950, pelo visionário Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Ele ousou e, contrariando as pesquisas de técnicos norte americanos, que apontava o Brasil como um país ainda muito incipiente para tal tecnologia, inaugurou a primeira emissora, que inicialmente chamou-se PRF-3 e algum tempo depois passou a ser a TV Tupi de São Paulo canal -4. Chateaubriand merece ser lembrado pela sua coragem e visão além de seu tempo (KNEIPP, 2008, p.40).

A Rede Globo, por sua vez, foi criada em 1965, tendo como primeiro telejornal o Tele Globo. Até então, os jornais tinham significativa influência dos patrocinadores. No caso da Rede Globo, esta dependência tem fim já no final da década de 1960, quando se inaugura o Jornal da Globo que dá lugar em 1969 ao Jornal Nacional; em 1969, com um novo formato, inclusive de imagens coloridas. (KNEIPP, 2008, p.14). Entre as décadas de 1960 e 1970, a TV Globo passa adotar o modelo americano, disseminando no seu primeiro telejornal em rede, o Jornal Nacional, que entrou no ar em 01 de setembro de 1969. Este é um período demarcado pela censura, onde o conteúdo do exterior passa a ganhar espaço na TV no Brasil.

Para a Televisão brasileira, que no seu início teve dificuldades de encontrar profissionais capacitados para lidar com este novo veículo, vê na década de 1980 uma oportunidade para resolver esta questão com a contribuição da academia, contando com profissionais capacitados e formadores de novos e um contexto de redemocratização do país. A década de 1990 é demarcada pela expansão da televisão em rede e o apogeu de novos aparatos tecnológicos, com destaque para a segmentação de conteúdo, formatos e a chegada da TV a cabo, abrangendo a permanência do sinal 24 horas (KNEIPP, 2008, p.

27 e 28). Vivemos agora a era da TV digital, a qual implica em debater a função e formação do jornalista, bem como o processo de regulamentação das comunicações com vistas a atender este novo contexto midiático.

Ao discutirmos o modelo de televisão adotado pela Rede Globo, percebemos e assistimos a uma campanha institucional pelo chamado “Padrão Globo de Qualidade”. Este padrão, inventado pela rede Globo, está intimamente ligado a este modelo, tendo em vista o uso maciço de sua influência para manter no ranking de audiência, além de garantir o mínimo de erros e de qualidade durante sua programação. Segundo Prado (1996), este padrão de qualidade era fortemente influenciado pelo modelo norte-americano, tendo como preocupação usar maciçamente o seu potencial de imagem, o que antes não era visto nos telejornalismos. O que está em voga é o padrão de qualidade de produção e não o padrão do programa ou de conteúdo.

A influência norte-americana na TV Globo remonta o tempo de sua fundação, tendo em vista que esta foi criada pelo jornalista Roberto Marinho, em parceria com o grupo americano *Time-Life*². De acordo com Kneipp (2008), esta parceria foi ao encontro com o que rezava a constituição, neste caso a Globo violou a Constituição, na medida em que

²**Time Life** é uma empresa norte-americana, sediada em Fairfax, Virginia. Foi fundada em 1961 pela *Time Incorporated*, como companhia especializada em marketing direto de música e livros, é controlada desde 2003 pela *Direct Holdings Worldwide*. Sua sede em Nova York é o edifício *Time-Life*, no Rockefeller Center. No Brasil, a Time Life é conhecida pelas suas relações com a Rede Globo de TV, na década de 1960. A empresa norte-americana contribuiu com alguns milhões de dólares para criação da emissora Globo, valor muitas vezes maior que o patrimônio do grupo de Roberto Marinho, à época. Os contratos firmados entre ambas previa ainda colaboração técnica, incorporação de tecnologia e *know-how* (conhecimento técnico-administrativo) e, até mesmo, participação de funcionários norte-americanos (como *Joe Wallach*) na direção da emissora. Sendo proibida criação ou participação de estados estrangeiros ou empresas estrangeiras na criação de emissoras de TV em território nacional, nos termos da constituição da época (a constituição atual mantém a restrição de participação de capital internacional em emissoras, e os motivos são evidentes: evitar interferência de estados estrangeiros nas decisões políticas e na soberania nacional, pelo potencial de controle da opinião pública exercido pelos meios de comunicação), foi instaurada CPI para investigação pelo congresso nacional. Os documentos relacionados são de domínio público, uma vez que constam dos inquéritos e relatórios produzidos pela CPI. A história foi amplamente denunciada por diversos autos, como *Daniel Koslowsky Herz*, em seu célebre livro sobre a história da emissora, intitulado: "A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO", em que faz uma minuciosa explanação das obscuras relações da Time Life com o grupo Globo. Também célebre é o documentário produzido pela BBC intitulado "MUITO ALÉM DO CIDADÃO KANE", que sugere um acordo político feito entre os EUA, através de órgãos de inteligência norte-americanos, e os militares brasileiros, durante a ditadura militar, que resultou no abafamento das investigações, em troca de apoio aos militares e propaganda feita pela emissora a favor da ditadura(Wikipédia,2017,p.1).

proibia que contratos fossem firmados com instituição ou pessoas sem antes haver uma consulta ao Conselho Nacional de Comunicações. Isto resultou na definição, pela Câmara dos Deputados, da instalação de uma CPI para apurar os contratos da Rede Globo com tal grupo. A concessão pública só foi liberada oito anos após o seu pedido, em 1962. Paternostro (1999) nos lembra que a partir de sua fundação a emissora passa a expandir seu canal por meio da compra ou contrato de emissoras afiliadas em todo o país. Isto justifica o que já explanamos sobre o processo de distribuição de conteúdo e o acesso ao canal Globo em lugares que até então só chegava ele.

De acordo com Kneipp (2008), o modelo de jornalismo europeu e americano atualmente tem poucas diferenças, mas no passado o nível de diferença já foi mais acirrado. Até o século XX o jornalismo europeu se identificava com um modelo mais libertário, engajado, partidário e analítico. Em outra linha, o jornalismo americano nos anos 50 tendenciou-se pela objetividade jornalística e a imparcialidade, como pressupostos de uma verdade única e imutável. Diante do que vários teóricos dizem e comparam acerca dos dois modelos de televisão, é possível afirmar que atualmente, com o processo de globalização, onde a TV é vista como uma janela aberta para o mundo, os dois modelos têm se aproximado de uma política mais liberal e, portanto, popularesca.

Importante destacar que a chegada da televisão coincide com o período da Ditadura Militar, assim, os jornalistas tinham que se precaver para ter um texto alinhado com o que rezava o sistema da época, a fim de não correr o risco de ter cassado o direito de transmissão. O ano de 1983, que marca o período de análise de nossa pesquisa, demarca justamente o começo de um novo tempo para a televisão brasileira, como pode ser visto: “Com a decadência da Ditadura Militar, a partir de 1983, a TV foi ganhando cada vez mais espaço e se consolidando como veículo de comunicação com forte apelo junto ao público. O estilo de jornal se aproximava cada vez mais do modelo americano” (MELLO, p.3). O modelo americano é o que vai ser reproduzido, como ressalta Piccinim (2008), que deixa claro que os nossos telejornais brasileiros passam a reproduzir uma cópia fiel deste modelo, desde a produção, os roteiros e as idéias.

Nesta mesma linhagem, Lusvargui2009 (apud Brant 2005), reforça que o “telejornalismo da Rede Globo, bem como seu padrão visual, contribui para a elaboração de uma

identidade nacional midiática, criando um modelo jornalístico baseado no modelo americano e uma imagem de país que reflete o carioca”. A telenovela, por sua vez, cumpre, segundo o autor, o papel de exportar esta identidade aparentemente centrada no eixo Sul e Sudeste do Brasil.

Tendo em vista que esta pesquisa se propõe discutir a veiculação midiática acerca da seca, numa determinada região do país, conhecida como Semiárido Brasileiro, onde a maior parte de sua concentração geográfica está localizada na região Nordeste, precisa-se discutir como a televisão tem operado no sentido de padronizar uma língua. No campo do entretenimento, isto tem acontecido nas novelas. No noticiário jornalístico vê-se, naturalmente, uma forma de abordar a notícia de forma neutralizada, ou seja, sem privilegiar nenhuma região. Mendes (2006) remete a esta estratégia em sua pesquisa a qual trata sobre o “falar do jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica”, a uma construção de fala ideologizada. Afirma que não há neutralidade, mas sim um falar construído e que isto está relacionado a uma idéia de nação, onde a televisão opera para que as pessoas das diversas regiões do país passem a adotar tal modelo que de neutro não tem nada, desconsiderando assim as variações lingüísticas presentes. A autora que cita o falar do Jornal Nacional como exemplo lembramos, que este “falar”, está diretamente ligado com o que acabamos de discutir, o padrão Globo de qualidade.

Temer (2012), se refere a um padrão de unificação da nação em torno dos valores de consumo, midiáticos pelo Governo Militar e pela Rede Globo de Televisão, por considerar que este foi o primeiro canal de televisão aberta a ter transmitido o primeiro Jornal aberto em Rede em nível nacional, o Jornal Nacional. Este processo de unificação, segundo a autora, foi uma tentativa de aproximar em torno dos valores de consumo o campo e a cidade e isto implicou em “mudanças de comportamento, alterações de hábitos de lazer e alimentação, relações políticas e de poder, modos de vestir e até nos tamanhos e na dinâmica familiar” (TEMER, 2012, p.10).

A televisão, que no seu início sofreu o descrédito da academia, sendo tachada de mídia menor, se solidifica e ganha força, tendo como um dos principais motivadores o uso da imagem que vai se evoluindo. Em pleno século conhecido como o da comunicação, estamos vivendo também a era da convergência midiática, dada pela possibilidade de

junção e/ou de aproveitamento de tempo e espaço de um determinado veículo em outro. Por exemplo, o jornalismo online, que entra o tempo todo na televisão e vice-versa. Em tal contexto, a televisão ganha adesão e força, possibilitando a transmissão de imagem no tempo presente com alta qualidade. Neste caso, Emerin (2010) defende que a fala na TV é essencial “pois na maioria das vezes é ela que oferece sentido ao que se vê. O que se postula é a necessidade de se respeitar a força da imagem, da informação visual, procurando construir um material que possa ser adequado ao entendimento de quem assiste à televisão”. Assim, imagem e texto devem andar consorciados, auxiliando de forma recíproca a compreensão da linguagem televisiva.

É pensando no que afirma Traquina (1993) ao dizer que o “acontecimento cria a notícia e a notícia também cria o acontecimento”, entendemos que o jornalista cumpre papel fundamental em criar cenários e representar a realidade a partir de seu olhar. Neste sentido, não nos iludimos de que a televisão é imparcial, nem tampouco neutra, já que a própria forma de dar um enquadramento a determinada notícia é determinada pelo olhar do jornalista, motivado por sua formação, sua ideologia política e editada conforme a linhagem editorial da empresa jornalística. Neste sentido é que a Análise do Discurso e a Análise Crítica do Discurso, enquanto métodos de análise desta pesquisa tornaram-se imprescindíveis. Leva-se em conta que estas são inerentes ao processo de cognição pessoal do pesquisador, o qual traz a análise bibliográfica como sustentáculo de suas afirmações.

2.4.2 A categoria seca: sentidos e conceitos

Começamos esta discussão perpassando por um conceito histórico, o qual também está imbuído de toda uma carga conceitual em que foi sendo constituída em torno da seca. O conceito da seca como fenômeno natural é defendido pelas instituições oficiais de assistência técnica como algo que está intimamente ligado à questão climática “No litoral leste, as chuvas são superiores a 1.000 mm e, à medida que se vai adentrando no Semiárido, passando pela zona Agreste e se dirigindo para o Sertão, as precipitações

diminuem e alcançam valores médios inferiores a 500 mm anuais” (EMBRAPA, 2005, p.39).

Diante disto, podemos concluir que se as chuvas no Semiárido têm variações de espaço e de tempo, ou seja, não são homogêneas e variam em termos de intensidade e localização, as secas conseqüentemente, por sua vez, também se apresentam de forma diversificada, tanto do ponto de vista de sua intensidade e sua distribuição. Duarte (2012) reforça isto ao mencionar que “uma seca pode caracterizar-se tanto pelo baixo nível de precipitação anual em relação à média de um ano de chuvas normais quanto pela sua distribuição irregular durante o período chuvoso, que dura de quatro a seis meses” (DUARTE, 2002, p.21).

Ao considerar estas questões de cunho técnico e climático, carece, pois, levar em conta as questões sociais causadas pelo fator seca. A questão do abastecimento de água, tanto para o consumo humano quanto animal, é uma problemática que em todos os períodos de seca torna-se relutante, tendo em vista que as políticas pensadas na práxis do combate à seca estiveram voltadas para ações emergenciais, como o uso do carro pipa e quando se pensou em ações mais permanentes não foram priorizadas as questões locais e de logística. “Historicamente, a localização dos açudes públicos foi orientada por critérios não científicos, visto que obedeceram a condicionamentos políticos ou simplesmente a vantagens locacionais para as obras de engenharia” (HIRSCHMAN, 1965, p.39) e (DUARTE, 2002, p.23).

As secas são definidas pelos órgãos de pesquisa como cíclicas e previsíveis. Duarte (2002, p.20) aponta em sua obra que em 1449 e 1500 a região Semiárida foi atingida por uma seca e, que já em 1587, surgiu o primeiro relato de uma seca nesta região, feito por Fernão Cardin. Isto só reforça que as secas sempre existiram e são históricas, em maior ou menor proporção. A previsibilidade de seca definida pelos órgãos de pesquisa nos leva a pontuar duas questões reflexivas. Uma, está voltada para o uso desta previsibilidade pelos governos, e a outra questão diz respeito ao uso desta pelos agricultores, para possibilitar-lhes desde o cultivo de culturas precoces até o aproveitamento de matéria verde no período chuvoso, para guardar para os períodos de estiagem para a alimentação animal e o manejo controlado dos recursos hídricos.

Na primeira questão, vê-se que historicamente os governos têm acesso aos dados sobre o clima com base num retrato cronológico sobre os grandes períodos de seca e as previsões contemporâneas. O que discutimos aqui é que, com todo este arsenal técnico informacional, os gestores sempre tiveram em mãos um instrumento em potencial para pensar políticas públicas permanentes para lidar com os problemas ocasionados pela estiagem prolongada. Como pontua Duarte (2002) a estratégia mais comumente utilizada nos últimos 50 anos para enfrentar os problemas ocasionados pela seca, tem sido de fato a transferência de renda por parte do Governo Federal e dos governos estaduais, por meio dos programas de emergência. Isto, como denuncia o próprio autor, só legitima ainda mais a fragilidade dos programas pensados a longo prazo.

Ações como construção de cisternas e outras tecnologias de captação de água de chuva tem mudado este cenário, mas ainda estão aquém de uma política que vai além da questão da água, já que a multiplicidade do SAB leva a demandar também outras ações que não estão ancoradas nestas políticas, como é o caso de políticas de geração de emprego e renda para a juventude camponesa.

Na segunda questão, problematizamos o fato de os agricultores puderem ter acesso a tais dados da previsão de seca. Com isso, há uma possibilidade de melhor se prevenir da escassez da água, do guardar o alimento para a família e para os animais no período de estiagem, beneficiar as pastagens a exemplo da produção de silagem e feno. Vale ressaltar que os agricultores contam, também, com o conhecimento empírico aprendido com seus antepassados sobre as previsões de chuva. Ao contrário do que se podia fazer, tendo em mãos a previsão das secas, os atores desta indústria, a exemplo de políticos, fazendeiros, coronéis, etc., por muito tempo se fartaram dos recursos destinados a estas políticas e, por sua vez, fizeram uso desta previsão de seca para executarem políticas emergenciais sem garantia de uma política permanente para as famílias do campo no intuito de perpetuarem no poder. Na conjuntura atual, o que vimos, é a apropriação do novo paradigma da convivência com o semiárido utilizado como escudo pelos gestores públicos municipais, tendo como base a declaração de “estados de emergência, quando das perdas consideráveis nas lavouras ou da estiagem prolongada das chuvas, podendo, estes, por sua vez, solicitar mais recursos do Governo Federal.

A decretação significa garantia plena da ocorrência de uma situação normal, em uma área do município, que determinou a necessidade de o prefeito decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública, para ter efeito “na alteração dos processos de governo e da ordem jurídica, no território considerado, durante o menor prazo possível, para restabelecer a situação de normalidade”[...]. Os critérios estão relacionados preponderantes estão relacionados com a intensidade dos danos (humanos, materiais e ambientais) e a ponderação dos prejuízos (sociais e econômicos), (MINAS GERAIS, DEFESA CIVIL, 2016, p.1).

Infelizmente, a previsibilidade de seca não tem sido utilizada para pensar e planejar políticas locais e regionais em longo prazo voltadas, por exemplo, para a capacitação dos agricultores, no sentido de aproveitar dos recursos naturais, e da forragem em forma de silagem para guardar para o período seco. Isto tem disputado o interesse político nas diversas instancias de governo, pela aquisição dos recursos voltados para estas políticas. Utilizam-se das estiagens, em sua maioria, como estratégia para apenas acessar o seguro safra e aumentar o número de beneficiários nos programas sociais, ações estas ainda alicerçadas numa cultura de dependência política e comodismo, protagonizadas pela indústria da seca que, mesmo com o avanço na política social do Governo Federal contemporâneo, ainda amarga os ranços do reducionismo da ação política local.

Para Albuquerque Jr. (2011), o discurso da seca é um dos responsáveis pela unidade dos interesses regionais e de práticas políticas e econômicas. Ele afirma, ainda, que o discurso da miséria e do flagelo tenta criar o imaginário de um lugar abandonado pelos poderes públicos. Por sua vez, este discurso tem a seca como a principal arma para dar visibilidade a um Nordeste miserável, pedinte e sofrido. Todavia, esta região sofreu forte influência, tanto do ponto de vista político como econômico, a partir da sua formatação enquanto região, que vai sendo definida pelos órgãos públicos. Albuquerque Jr. (2011) fala de uma “invenção do Nordeste”, tomando como base as diversas nomenclaturas e delimitações que foram sendo determinadas, bem como a intencionalidade política da época.

O Sul seria o fundamento da nação, em detrimento daquelas áreas onde dominavam as camadas plebéias, mestiças, profusa mistura de sangue bárbaros, inferiores psicologicamente, ou desorganizadas em sua oralidade. O destino do Norte era ficar cada vez mais subordinado à influencia dominadora dos grandes campos de atração do sul. O Norte estaria condenado pelo clima e pela raça à decadência. Discursos partidos de ambos os espaços explicavam assim o atraso do país e reivindicavam a

“realização providencial de injeção concentrada de sangue restaurador europeu, já que o nortista era geralmente pequeno e descarnado (ALBUQUERQUE, 2011. p. 70 e 71).

Percebemos que culturalmente as ações pensadas para esta região remetem a uma idéia de incertezas, o que pode ser comprovado com a quantidade de órgãos que passam a ser criados e não dão certo, primeiro pela falta de seriedade na gestão dos recursos e, depois, pela forma como são pensadas tais ações, sem um planejamento estratégico, como veremos adiante.

2.4.3 Categoria política: o estado da arte das políticas públicas destinadas à seca no SAB

Ao discutirmos anteriormente sobre a seca, concluímos que as ações pensadas historicamente para “resolver” os problemas da seca no Semiárido Brasileiro remetem a uma má utilização dos recursos públicos, a falta de eficiência na gestão, geradas por uma ausência de planejamento. Estas ações fizeram parte de uma política onde estava cunhada a “profecia “do combate à seca. Por outro lado discutimos mais adiante as ações que fazem parte de um contexto mais recente, as quais estão contempladas no paradigma da convivência com o semiárido. Na categoria política, discutimos como tais ações foram pensadas em cada período histórico e o que diferencia em termos de políticas públicas e de sua concepção ideológica.

Mencionamos, ainda, que tais políticas perpassaram por uma série de nomenclaturas, a saber, Políticas de Combate à Seca, Ações de Enfrentamento às Secas, Frentes Emergenciais Contra a Seca, Políticas de Mitigação da Seca e por último, Políticas de Convivência com o Semiárido. As diversas nomenclaturas e a substituição de diversos órgãos sinalizam para uma falta de definição e vontade política em resolver as questões estruturantes, ficando muitas destas reduzidas às ações de cunho emergencial e de curto prazo. Além destas questões, buscamos discutir como a mídia trata a existência destas políticas e como elas são afirmadas ou questionadas dentro da proposta de mitigação dos efeitos da seca.

As políticas, pensadas inicialmente no âmbito dos governos federais, estaduais e municipais, voltadas para a questão da seca no Semiárido, tinham como lema “o combate à seca”. De acordo com Carvalho (2011), já em 1909 começaram a serem pensadas e mapeadas as primeiras delimitações consideradas áreas afetadas pelas secas, tendo como marco a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (INFOCS), a qual é substituída em 1936 pelo Departamento de Obras Contra as Secas (DENCS), o qual vai delimitar a área de ocorrência das secas, conhecido, assim, como polígono das secas. Perpetuando até 1989, o termo polígono das secas, passa a dar lugar ao chamado Semiárido da SUDENE que, até então, delimitava a área de seca somente pelo quesito da pluviometria, desconsiderando outras questões estruturantes.

As delimitações do SAB sempre se pautaram pelos critérios pluviométricos, ou seja, pelos índices de chuvas, mas em 2004, com novos estudos sobre climatologia, definiu-se que somente a oferta de água numa região não lhe caracterizava como clima semiárido, mas sim, deveria estar associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resulta no fenômeno da seca. Sob a coordenação da ADENE- Agência de Desenvolvimento do Nordeste que substituíra a extinta SUDENE criou-se um grupo de trabalho Interministerial com vistas a redelimitar a área geográfica de abrangências das secas, partindo do pressuposto que havia uma inadequabilidade do critério anteriormente adotado, em vigor desde 1989, e definiu-se uma nova delimitação baseada em três critérios: o da precipitação pluviométrica (média anual inferior a 800 mm), o do índice de aridez (de até 0,5), e o de risco de seca (maior que 60%). Surge em 2005, o “Novo Semiárido Oficial”, cuja área é de 969.589,4 km², englobando 1.133 municípios correspondentes aos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mais o Norte de Minas (CARVALHO, 2011, p.18, apud, BRASIL, 2007).

Os órgãos federais que foram implementados com o intuito de mitigar a seca, persistiram por muito tempo no discurso do combate e continuaram a desenvolver as mesmas políticas sem efetivar de fato as mudanças necessárias. O direcionamento dos recursos voltados para programas de combate à seca sempre foram destinados às prefeituras municipais em forma de frentes de serviços, cestas básicas, carros-pipas. Isto fortalecia velhas práticas e favorecia grupos políticos e coronéis. Assim, os políticos detinham o poder do controle e mantinham seus eleitores numa constante dependência política. Deve-se muito a esta conjuntura, que se instalou no Nordeste, à visão de

desenvolvimento que foi sendo concebida, voltada apenas para uma problemática climática.

Ao considerar estas questões para o semiárido brasileiro e como se estabeleceu a relação natureza, território e desenvolvimento pode-se avaliar que essa trilhou no sentido de limitar a realidade à descrição da problemática climática, a seca, os seus efeitos socioeconômicos, combatidos e corrigidos via infra-estruturas hídricas, ou seja, desfocando as problemáticas dos reais mecanismos estruturais, criadores e reprodutores da concentração do poder e da riqueza, cujos expoentes, concentração fundiária, domínio sobre a água armazenada, e outros monopólios ficaram escamoteados pela presença fatídica da seca (CARVALHO, 2011, p.61).

A construção do imaginário popular reforçado pela grande mídia faz desta região e da seca, uma representação uniforme, homogênea, desconsiderando que existe uma diversidade de fauna, flora, solos e hábitos culturais e de cultivos diferentes. Uma das principais características do semiárido brasileiro é sua multiplicidade em se tratando de seca e chuva, ou seja, há uma diferenciação em termos de quantidade de chuvas e de distribuição da mesma de uma região para outra. Não se pode condenar toda uma região, tomando como base um período de seca ou uma determinada localidade. Para além do quesito seca, não é admissível atribuir a característica e os valores do SAB apenas ao espaço rural, delimitando-se à produção agrícola ou ao clima. E, mesmo tratando especificamente do fator seca, é preciso ter uma dimensão mais ampliada sobre sua caracterização:

Existem três modos de seca: a hídrica, pequena, dando suporte apenas para a agricultura e a pecuária de subsistência, a seca agrícola, ocorre quando há chuvas abundantes, mas mal distribuídas em termos de tempo e espaço e a seca efetiva, caracterizada pela baixa precipitação e má distribuição de chuvas, tornando difícil a alimentação das populações e dos animais (FAVERO e SEVERO 2002, p.73).

No que tange a cobertura midiática sobre este fator, percebemos que esta perspectiva não recebe tal enquadramento, caracterizando-o em sua singularidade, sem considerar suas especificidades de lugar, de tempo e de conseqüências. Se assim o for, a notícia e a imagem produzidas, tornam-se redundantes e estereotipadas. Com base em Duarte

(2002), data de mais de um século, ou mais precisamente 107 anos (1909-2016), as primeiras iniciativas governamentais no sentido de criar estruturas institucionais para a política de enfrentamento à seca.

A criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Secas (DENOCS), na década de 1990, confirma tal contexto. Todos estes nomes e conceitos dados a tais ações estão, segundo o autor, divididas em ações de longo e curto prazo. As de longo prazo podem ser caracterizadas pelas obras de engenharia, mais voltadas para adutoras, barragens, construção de estradas, açudes, perfuração de poços artesianos, construídos justamente pelo DENCS e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e da Parnaíba (CODEVASF) no final da década de 1940. Programas, projetos e demais instituições voltadas para atividades de cunho econômico e agrônômico também foram contempladas e criadas neste bloco. Para este fim, destacam-se como principais órgãos e programas:

O Banco do Nordeste, em 1952, a SUDENE, em 1959, o Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste- POLONORDESTE, em 1974, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste- PROJETO SERTANEJO, em 1976, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), em 1979, o PROJETO NORDESTE (1982), ao qual foi incorporado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), de 1985 e o Projeto ÁRIDAS de 1992. A Constituição Federal de 1988 criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, determinando que a metade dos recursos sejam aplicados na zona semiárida (DUARTE, 2002, p.38).

Duarte (2002) lembra que o cenário de institucionalização dos órgãos e de tais políticas não resolveu por si só as questões propostas para lidar com a condição de seca, presente em cada contexto histórico e político. Problemas de ordem política, e da própria logística em que se encontravam instalados tais projetos, impossibilitaram a contemplação de um maior número de beneficiários. Como já mencionado anteriormente, a locação das estruturas hídricas, como poços e barragens, em sua maioria, obedeceu mais a critérios políticos e técnicos do que mesmo a necessidade dos chamados “flagelados da seca”.

A seca, tida como calamidade pública, esteve diretamente ligada a perda de lavouras que, conseqüentemente, leva a alterar a auto-estima das pessoas, e na falta de garantia de permanência, já que as perdas nas lavouras acabam por repercutir no cenário econômico local. Independentemente de outros setores não viverem diretamente da agropecuária, o contexto está interligado à produção agrícola, sendo esta, na maioria das regiões, uma das principais fontes de renda local, ficando atrás apenas da renda proveniente das aposentadorias e do funcionalismo público.

A pobreza, que por muito tempo foi utilizada para justificar a “inviabilidade econômica”, dando lugar a invisibilidade das condições de diversidades de solo e de cultivos de que dispõe a região semiárida, esteve durante todo este percurso alicerçada em questões estruturantes como o acesso à terra e a questão agrária. “A pobreza em que vive a maioria da população do semiárido encontra explicação, também, nas condições de posse e uso das terras”. (DUARTE, 2002, p.31). Isto está conseqüentemente ligado à forma de uso da terra, ou seja, às relações de trabalho, onde em áreas maiores prevalece o trabalho assalariado, ou a forma de parceria, na qual o agricultor trabalha na área do grande proprietário para tirar, dali, parte da sua colheita.

Essa condição de trabalho acaba, por um lado favorecendo os grandes proprietários, que não tem obrigações trabalhistas e, por outro, não dá sustentabilidade ao pequeno agricultor, que trabalha e explora a atividade de forma sazonal, ou seja, apenas nos períodos de entressafra. A situação de seca se agrava ainda mais para esta camada social que não tem a posse da terra, restando-lhes apenas o acesso aos programas sociais do Governo Federal. Esta é uma realidade tida como uma das questões estruturantes que está muito além da questão da seca, e pode ser comprovada na reportagem que analisamos no período de 1983.

A questão do crédito agrícola é outro impasse gerado, conseqüentemente, também, pela falta da posse da terra. Os bancos, por sua vez criados para gerir e disponibilizar o crédito agrícola, a exemplo do Banco do Nordeste, atuam até os dias de hoje com um processo de burocratização do acesso ao crédito. A questão fundiária e a posse da terra, aliados ao tamanho mínimo da propriedade são tratados, aqui, como os principais gargalos. A reforma agrária tão difundida na reportagem de 1983 não foi efetivada pelo estado, mas a

divisão das propriedades em pequenas glebas para os filhos que vão formando famílias é uma realidade no SAB.

Ao depararmos com o discurso recorrente nas três reportagens sobre as perdas constantes das lavouras de milho e feijão, tidas como culturas anuais e carentes de um nível pluviométrico de chuva que está a cima do da região semiárida, consideramos oportuno apontar que, dentre as questões que influenciam a situação de seca e contribuem para estas perdas, está o mau uso ou a falta de informações sobre o zoneamento agrícola³, o qual determina quais culturas agrícolas são viáveis e se adaptam ao clima da região podendo, desta forma, direcionar ou não recursos em forma de crédito agrícola para os pequenos agricultores.

Na política de combate à seca esta questão nem sempre foi considerada, visto que em muitas regiões do Semiárido Brasileiro diversos recursos foram destinados ao plantio de grandes áreas de monocultivo de culturas anuais, como a cultura do feijoeiro, cultura esta de longo ciclo produtivo e com estimativas perdas nesta região. A título de exemplificação citamos dois casos: o cultivo do feijão no território de Irecê no Centro-Oeste da Bahia, região que foi por muito tempo conhecida como do feijão, tendo em vista as boas condições edafoclimáticas⁴; e o baixo índice de desmatamento até a década de 1980. Neste período, foi destinado um contingente significativo de recursos voltados para o crédito agrícola, tendo como incentivador o Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil (POLONORDESTE), em 1976 (PTDRS, 2010). Junto a isto, vários outros fatores impulsionaram o crescimento da produção agrícola na região, tendo destaque, nesta discussão, o incentivo ao crédito e ao Programa de Garantia da Safra.

³Zoneamento Agrícola, como o próprio nome faz menção, é uma área, uma zona agrícola definida pelos institutos de pesquisa agropecuária, os quais por meios de estudos e pesquisas definem quais culturas são viáveis e adequadas do ponto de vista climático para determinada região. No Semiárido Brasileiro, por exemplo, as culturas de ciclo longo como feijão carioca e milho não são enquadradas como culturas a serem cultivadas nesta região, tendo em vista a pluviometria local que é variável em quantidade e localidade. Recomenda-se assim o cultivo de culturas de ciclo curto, popularmente conhecidas como precoces. O Zoneamento serve ainda para definir políticas de incentivo ao crédito agrícola Rural (EMBRAPA, 2011).

⁴ Edafo diz que condições do solo para o cultivo e climáticas está relacionado ao clima. A junção da palavra significa condições de solo e clima.

A partir do final da década de 1960, a economia da região passa por uma grande expansão agrícola, devido à intensa exploração do plantio consorciado de mamona, milho e feijão, sendo que a exploração maior era a do feijão¹, fato este obtido devido ao farto crédito rural (altamente subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural– SNCR), fácil escoamento da produção, devido ao asfaltamento da BA – 0522, a criação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), o qual cobria todos os prejuízos obtidos pelo produtor (em função de atividades climáticas ou ataque de pragas e doenças), e a natural fertilidade do solo. Em decorrência disso e a região passa então a ser conhecida como Pólo do Feijão, sendo a maior produtora de grãos do Nordeste e a maior produtora de mamona do Brasil (MACHADO, 2014, p.6).

O investimento do governo na década de 1970 na região de Irecê demarcou a política impositiva conhecida como ações definidas “de cima para baixo”, ou seja, na política desenvolvimentista do Nordeste as ações eram definidas nos gabinetes, sem consulta popular ou um prévio diagnóstico das vocações culturais de cada região. Borges (2006) destaca que esta prática, introduzida por meio do incentivo ao crédito pelos bancos oficiais, resultou numa drástica mudança regional, tanto do ponto de vista do incentivo ao desmatamento de áreas extensas de caatinga, quanto para o cultivo da monocultura de culturas como o feijão, milho e mamona, além de alterar significativamente a dinâmica natural e cultural do policultivo em pequenas áreas, sem afetar de forma prejudicial os recursos naturais. Segundo Machado (2014) este modelo passa a dar sinais de fragilização a partir de 1995, tendo como principais fatores a “dependência econômica dos agricultores, ineficiência na aplicação de tais recursos, devido ao uso indevido do crédito agrícola, aumento do êxodo rural devastação do bioma caatinga e empobrecimento do solo”. A dívida agrícola, por conseguinte, passou a ser uma realidade na vida dos produtores.

Com o PROAGRO, neste período, muitos agricultores acessaram o crédito para plantar milho, feijão, palma e capim e comprar maquinários agrícolas. A vistoria técnica feita pelo órgão de assistência técnica do estado, em sua maioria, dava as lavouras como perdida para receber o dinheiro. Aqui, merece destaque o que pontua Duarte (2002) sobre a má utilização dos recursos aplicados no combate à seca. Com isto, começou o processo de endividamento agrícola e um número elevado de suicídio. O tripé palma, milho e capim, aliado ao monocultivo de grandes áreas, principalmente de feijão e milho, potencializou o início de um período marcado pelo desmatamento de áreas de caatinga, abrindo

trincheira para o assoreamento, envenenamento e empobrecimento do solo pelo uso de agrotóxicos, que, por conseguinte deu abertura para a cultura irrigada.

Este cenário repercutiu por muito tempo em várias regiões do SAB. Com isto, muitos projetos e órgãos acabaram sucumbindo às custas da própria forma de gestão e de como eram tratados os recursos. Um exemplo claro disto pode ser comprovado na quantidade de órgãos, nomenclaturas e projetos que iam surgindo e sendo em pouco tempo substituídos por outros, a exemplo do INFOCS pelo DENOCS, do termo polígono das secas por Semiárido da SUDENE. Aliado a isto, comprova-se uma falta de seriedade na gestão das políticas e a indefinição política geográfica desta região. O mapa fixo do Semiárido passa a ser definido apenas em 2005, como já mencionamos. Como nos lembra Oliveira (1981), muitas das estradas e barragens construídas nas frentes de emergências eram em sua maioria feitas em propriedades particulares de coronéis e grandes latifundiários do Nordeste.

Os programas e projetos criados entre os anos 70 e 90 tiveram as suas ações prejudicadas, em maior ou menor grau, pelas injunções a que estiveram sujeitas as políticas públicas destinadas à região Nordeste, a saber: cortes ou irregularidades na liberação das verbas, ingerência política na gestão, corrosão, pela inflação, do valor real das verbas, e, sobretudo falta de determinação para a implementação efetiva e eficiente daqueles programas e projetos. Soma-se a isto a inexistência de uma política de reorganização fundiária na região, a par dos problemas enfrentados pelo Banco do Nordeste, acima mencionados, para ampliar o volume de créditos à produção agropecuária no semiárido, (DUARTE, 2002, p.39).

Constata-se com este quadro que as políticas voltadas para tratar a questão da seca sempre existiram, portanto esbarravam em questões de gerência e gestão, da falta de vontade política e do mau uso dos recursos, ficando aquém das necessidades dos beneficiários. As ações de curto prazo estão contempladas principalmente pelas frentes de serviço. Duarte (2002) pontua que as ações emergenciais acabam por certificar a fragilidade e o insucesso das políticas de longo prazo. “A sobrevivência das frentes de trabalho é o mais eloquente atestado do insucesso das políticas de longo prazo para a atenuação dos efeitos da seca”.

Tal atestado certifica uma política de combate à seca que esteve o tempo todo direcionado para atender questões pontuais, propagando deste feito uma política de indústria de seca, de onde fez coronéis e políticos se perpetuarem no poder. O carro Pipa, a cesta básica, a frente de trabalho são instrumentos desta política que repercutiu até o final da década de 1990, sendo, a partir de 2002, com a eleição do governo LULA, substituída por programas sociais, a exemplo do programa Bolsa Família. No campo das tecnologias hídricas, destaca a partir deste governo, a articulação junto às Organizações Não Governamentais, capitaneadas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), de políticas públicas voltadas para a captação e aproveitamento de água de chuva a partir de tecnologias sociais, como cisternas de produção e consumo, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, bombas d'água populares, dentre outras.

Tais ações vão ao encontro de uma prática desenvolvida no Semiárido Brasileiro desde a criação do DENOCS, em 1909, a qual era por sua vez focada em ações emergenciais e como denuncia Oliveira (1981) e Duarte (2002); havia, por parte de tais órgãos, uma ingerência na aplicação e gestão dos recursos, sem necessariamente priorizar os “flagelados da seca”. As políticas de aproveitamento hídrico das águas de chuva desenvolvidas pela ASA partem do princípio do aproveitamento da água e de que no “Semiárido não Falta água, Falta justiça”. Neste sentido, a concepção dos projetos desenvolvidos em torno desta questão vai além de uma simples instalação de uma tecnologia social, como uma cisterna, mas ganha sentido a partir da agregação de valor à organização e mobilização social dos sujeitos envolvidos, com vistas a promover uma transformação social, não só de acesso à água, mas da auto-estima, da participação e da dignidade humana; valores estes renegados na antiga política do “combate à seca”.

Além disto, segundo a ASA (2003), estão impregnados valores voltados para o resgate do trabalho em mutirão nas comunidades atendidas pelos projetos de construção de cisternas, a formação das famílias por meio de cursos de capacitação para o bom uso desta tecnologia e da água, bem como o controle social. Busca-se, por meio da análise das matérias, evidenciar tais mudanças do ponto de vista da operacionalização destas políticas dentro do contexto histórico e político nos anos de 1983 e 2012.

A luta dos movimentos sociais, que resultaram na articulação de políticas públicas entre governo e sociedade civil, não é uma questão recente. Ela começou muito antes do

governo LULA, que mesmo encontrando resistência em outros governos, continuou a pressionar os gestores por ações mais enérgicas voltadas para o cenário de seca. De acordo com Macedo (2004), a seca de 1992-93, despertou na sociedade civil organizada por meio de sindicatos, cooperativas, associações, um espírito de organização, reivindicação e pressão aos gestores públicos. De lá para cá destaca alguns momentos históricos que demarcam a presença desta organização, cunhados nos pressupostos da chamada convivência com o semiárido.

Do ato público em Recife em 1992 e a ocupação da sede da SUDENE criam-se o Fórum Nordeste, apresentando o Documento-proposta “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido brasileiro”, no qual se firma as possibilidades da convivência do homem com a semiaridez (CARVALHO, 2011, p.63).

Ainda de acordo com Carvalho (2011, apud, BRASIL, 2006) em 1999 por ocasião do Fórum das ONGs que ocorria paralelamente à 3ª Conferência das partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em Recife-PE, a proposta acima citada ganha força e resulta na construção de um documento conhecido como Declaração do Semiárido: propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e combate à Desertificação, surgindo, neste mesmo momento, a ASA. Percebemos que as organizações sociais percorreram um longo caminho para consolidar um novo paradigma conhecido e reconhecido de “convivência com o Semiárido”, visto que já se tinha registros de experiências anteriores como o Mutirão Nordeste e uma articulação no Semiárido no estado da Paraíba ainda na década de 1980.

Este movimento em torno deste novo paradigma não esteve isolado, envolveu entidades e organizações de agricultores rurais, igrejas, bem como universidades, mobilizando, deste feito, um contingente significativo de atores e atrizes sociais em torno desta causa. É neste cenário que vai nascer em 2000 a Rede de Educação para a Convivência com o Semiárido (RESAB), discutindo propostas para uma educação contextualizada (CARVALHO, 2011, p.64). E é desta trajetória e do acúmulo forjado tanto nas lutas e experiências dos agricultores e organizações, bem como do suporte intelectual de pensadores e ativistas, que emerge a idéia e o paradigma da Convivência com Semiárido,

indo ao encontro, como já pontuamos, de toda uma prática incorporada na política do antigo paradigma do Combate à Seca.

A convivência com o Semiárido (CSA) perpassa pela construção de um novo paradigma que vai de encontro com o ultrapassado paradigma do combate à seca, tomando como base a já mencionada articulação de movimentos populares e organizações da sociedade civil (DOURADO, 2012, p.81). O sentido da Convivência se ancora neste processo articulado de forçar diversas, sujeitos e lugares de fala que passa a dar sentido a uma nova concepção sobre a natureza, o território, o clima, a cultura e os processos identitários do SAB, sem se limitar a um remoto pensamento que pensa esta região somente a partir do clima ou do foco agrícola produtivo.

Esta conjuntura resultou no fortalecimento deste movimento em torno da criação de redes articuladas, enquanto “guarda-chuvas”, proponentes de tais ações. Neste caso, destaca a criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Rede de Educadores do Semiárido (RESAB) as quais ancoram discussões voltadas para as questões de gênero, produção agroecológica, economia solidária, dentre outras. Com este capital organizativo e intelectual, ganham sentido as proposições aos governos, de políticas públicas capazes de darem conta de tais anseios. Daí nasce o processo de disseminação e valorização dos inventos dos agricultores conhecidos como tecnologias sociais idealizadas a partir do uso e da necessidade aliada ao contexto local.

O programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido-Um Milhão de Cisternas, desenvolvido pela ASA, é notoriamente um exemplo da apropriação por parte das Organizações Não Governamentais da tecnologia de construção de cisternas inventada por um pedreiro do Semiárido, que viu nesta a viabilidade social e econômica para a captação e aproveitamento de água de chuva. A partir deste, podemos mencionar tantos outros exemplos com o mesmo princípio voltado para o aproveitamento da água de chuva como as barragens subterrâneas, as cisternas de produção ou de enxurrada que concilia com o debate do acesso a terra. Explicando melhor, o projeto Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) contempla as cisternas de 16 mil litros voltadas para o consumo humano. Já o projeto intitulado de “Uma terra e Duas Águas (P1+2)” ancora a construção de cisternas de 50 mil litros adaptadas ao aproveitamento da água de

enxurrada e se propõe à produção de pequenos quintais e canteiros produtivos. A concepção inicial do projeto era contemplar a discussão acerca do acesso a terra para a produção de alimentos, só que não avançou, ficando apenas na construção de tal tecnologia.

Além das tecnologias hídricas estão contempladas, neste paradigma, outras frentes produtivas, como o aproveitamento de frutas da caatinga como o Umbuzeiro, com a produção de doces, geléias e compotas, o que tem fortalecido a organização dos agricultores e agricultoras para a comercialização destes produtos dentro de uma lógica de Economia Solidária. A Cooperativa de produção e beneficiamento da agricultura Familiar em Canudos, Uauá e Curaçá na Bahia (COPERCUC), é um destes casos.

Para dar conta destas ações estratégicas e com uma proposta diferenciada das que historicamente foram detentoras da má utilização de recursos públicos, como a construção de barragens e frentes de serviço na década de 1980, as quais acabavam por beneficiar propriedades particulares de coronéis, como ressalta Oliveira (1981), as organizações que estão à frente deste trabalho comungam de uma nova dinâmica. Trata-se da assessoria aos agricultores, o que antes era conhecido como assistência técnica desenvolvida pelos órgãos de extensão rural, também ganha outro sentido, como ressalta Pontes (2011).

O paradigma da convivência também difere, historicamente, no tocante à gestão, pois apenas o Estado orientava as políticas para o Semiárido com o viés do combate. Nas últimas décadas, as organizações da sociedade civil ganharam espaço orientando-se pelo conceito da convivência e têm conseguido ganhos nas políticas públicas para o Semiárido. Nas estratégias de convivência, estas organizações atuam na concepção de que assessorias técnicas, diferenciadas das estratégias de combate, devem lidar compreendendo a realidade na qual se inserem as famílias agricultoras e em sua transformação (PONTES, 2011, p.5).

Esta nova maneira de pensar as ações, tanto do ponto de vista da proposição quanto da própria execução, tem ajudado a construir um cenário, onde é capaz construir outros valores envolvendo agentes e sujeitos numa ambiência que leva a congregar a autonomia destes sujeitos na própria definição e execução das tecnologias, empreendimentos e

projetos, antes definidos “de cima para baixo” por quem não habitava o Semiárido. Neste caso, a transição paradigmática não é tão somente de um discurso de flagelo e fatalismo da seca, mas da formação de um novo saber que culmina com a auto-estima e a apropriação de um novo discurso e independência política destes sujeitos, desarticulando, por esta via, um discurso pedinte, sofrido e conformista.

No processo da educação contextualizada a RESAB comunga do princípio de que se faz necessário articular os múltiplos saberes aos conhecimentos produzidos ao longo da existência (RESAB, 2004). Por isto, a Rede atua a partir de quatro referenciais prático-teóricos, a saber: “A gestão compartilhada, o currículo contextualizado, a formação continuada e a produção de materiais didáticos e paradidáticos contextualizados incentivando a implementação de políticas educacionais que gerem uma educação significativa para crianças e os adolescentes”, (DOURADO, 2012, p.84). Mais uma vez é o modelo de educação e de currículo que foi instituído de forma colonizada que influenciou diretamente numa concepção reducionista do Semiárido, ao invés de contribuir para o desenvolvimento local reproduziu estereótipos e contribui com uma propagação negativa desde a forma como esta região aparece nos livros didáticos à forma de como também é veiculada na mídia Sulista.

Os currículos descontextualizados da realidade semiárida e propagadores da idéia de que as outras regiões são melhores do que o Semiárido funcionou sempre como um passaporte para a saída e para o inchaço nas periferias urbanas, aumentando os bolsões de miséria nos principais centros urbanos do país, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, fato pelo qual é possível afirmar que o problema dos grandes centros passa pela melhoria e possibilidades de se viver bem no Semiárido Brasileiro (RESAB, 2004, p.5).

Esta afirmação me faz lembrar a repetição da fala de muitos educadores que vivenciei durante o Ensino Médio, os quais insistiam em lembrar aos estudantes da zona rural que eles estavam na escola era para estudar, ser alguém na vida e ao final perguntavam: ou vocês querem voltar pra roça como seus pais? Aqui está implicado a visão rasteira de um semiárido reduzido à imagem de seca, como fruto de um currículo alheio à sua

diversidade e a roça como o purgatório aos “desagregados filhos de Eva”⁵. A ASA tem, ao longo de sua existência, trabalhado junto às organizações sociais e proposto junto aos governos a execução de projetos a partir dos recursos públicos, tendo assim conseguido pautar as políticas públicas para a convivência com o Semiárido e conseguido articular tais políticas junto ao Governo Federal.

A RESAB, neste sentido, tem articulado junto a suas organizações, ações voltadas para pensar a educação contextualizada. Tais ações vão desde a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, à discussão em relação ao currículo contextualizado, bem como à proposição de cursos de graduação e pós-graduação junto às universidades. O curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o semiárido e o Programa de Mestrado em Educação cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) são frutos deste acúmulo.

Ao nos referirmos sobre as práticas de convivência com o Semiárido, forjadas nas tecnologias sociais, e no jeito criativo do bem viver dos homens e mulheres do sertão semiárido, estamos falando de que num mesmo espaço de produção de sentidos voltados para um discurso da inviabilidade econômica, da impossibilidade de povoamento, demarcada pela própria visão de atraso ou do tradicionalismo, como menciona Albuquerque Junior (2011) se dá também, neste mesmo espaço, as práticas e tecnologias sociais aplicadas ao desenvolvimento local, acima já citadas, tendo como foco a permanência com dignidade das pessoas nesta região. Optamos por usar o termo região, ao invés de campo ou espaço rural, tendo em vista a aproximação com o debate que se tece acerca das novas territorialidades semiáridas, já que este desenvolvimento não está somente focado no espaço rural, ou mais precisamente tão somente para a produção

⁵O purgatório na concepção cristã diz do lugar do castigo, onde os cristãos ao sair do plano terrestre e suas obras na terra não forem compatíveis com o merecimento de salvação, passa obrigatoriamente por um período no purgatório. Na mesma linha de raciocínio o degredo se refere a expulsão, o exílio de Adão e Eva do paraíso como castigo, por ter desobedecido a ordem de Deus e comido da fruta proibida, (ver Genesis 3.21-24). Neste caso na fundamentação bíblica (ver Gênesis 3.21-24) Adão e Eva são enviados à terra e como castigo, o mesmo enquanto homem deveria trabalhar e viver do seu próprio suor, a mulher no entanto viveria sob o domínio do seu esposo. Liga-se aqui a expressão de degredados como expulsos do paraíso e purgatório como castigo (GENESIS, 3.21-24).

agrícola, ou restritamente a uma discussão de clima, como já nos alertou Fávero e Santos (2002).

Pensa-se, neste sentido, num semiárido viável a partir das experiências cunhadas nas estratégias que seu povo encontra para permanecer nele; estratégias estas espalhadas no espaço rural, com as tecnologias sociais de convivência com o clima e também no espaço da educação contextualizada, em projetos inovadores voltados para discutir o espaço Urbano, a exemplo do Projeto Conviverde, desenvolvido pelo NEPEC- Núcleo de Pesquisa e Estudos voltados para a convivência com o Semiárido no Departamento de Ciências Humanas da UNEB em Juazeiro, Bahia. Outra experiência é a de hortas urbanas desenvolvida no Projeto Cidades Sustentáveis realizado pelo Centro de Assessoria do Assuruá em Irecê, Bahia, em 2010. Todas estas ações são emancipadas por atores sociais que compõe os espaços da contextualização local.

Mas, infelizmente, o nosso segundo exemplo vem dentro de todo este contexto em que também se dá o paradigma da convivência com o semiárido. A edição do Globo Rural que foi ao ar no dia 25 de dezembro de 2016, traz uma reportagem recente sobre a seca no SAB, onde a repórter Neide Duarte trouxe uma abordagem sobre muitas das questões que já discutimos aqui, inclusive perdas de lavouras, dificuldade de acesso à água. A transposição do Rio São Francisco, não diferente de outros grandes projetos discutidos desde a reportagem que analisamos de 1983, aponta este projeto como uma das soluções para o problema da falta de água em algumas regiões do SAB. Parece um discurso novo, mas não é, dado o estado da arte das grandes obras desenvolvidas pela SUDENE, DENOCS e CODEVASF e como elas foram gestadas e para que finalidade.

O que nos surpreendeu foi a abordagem trazida sobre um plantio de coqueiros na região da Paraíba, através de um projeto financiado por um Banco público. Na fala de um dos agricultores beneficiários, o banco só fornecia o crédito para aquele tipo de cultivo. Percebemos que as questões antigas sobre a dificuldade do crédito podem ter sido mais sensibilizadas, porém, ainda permanece uma prática impositiva, onde por muito tempo e, neste caso recente, as instituições financiadoras ditavam o que os agricultores deviam cultivar. Este caso é ainda mais gritante porque se trata, mais uma vez, de uma

insensibilidade num cenário político em que se discutem as práticas de convivência com o semiárido, mas que ainda aplica recursos para cultivar uma cultura altamente exigente de água, que certamente está fora do já citado zoneamento agrícola.

Diante do contexto em que se inserem as políticas de convivência com o semiárido, estas enquanto paradigma é abordada aqui numa perspectiva interrogativa a fim de entendermos como o termo convivência apareceu nas reportagens. É tratada, de fato, como um novo paradigma inovador, como uma possibilidade de diálogo sobre as condições ambientais desta região e outra forma de fazer agricultora, a exemplo do processo de transição agroecológica? Ou se tornou um termo usual dentro desta nova configuração? O GR apropria-se dos conceitos de diversidade semiárida ou se mantém no discurso do lugar da seca, recorrendo para isto a imagens clássicas de solo rachado, vaca morta, dentre outras?

2.4.3.1 Como as políticas públicas são tratadas pela mídia televisiva

Diante deste cenário posto, onde é possível distinguir as ações voltadas para o combate à seca e a convivência com o Semiárido em períodos e contextos políticos diferentes, buscamos entender como a mídia televisiva tem abordado a existência destas políticas. Como já mencionamos o carro pipa e as frentes emergenciais de trabalho fazem parte de um contexto de ações que foram desenvolvidas no SAB em torno de um discurso de combate à seca, onde está contemplado o período de 1983, o qual analisamos enquanto período de seca.

Este período é veiculado pela mídia com forte apelo imagético sobre as condições em que vivem as famílias no período de estiagem. Trazemos como exemplo desta abordagem, a matéria intitulada de “Viúvas da Seca” que foi ao ar na seca de 1983, na Rede Globo Nordeste, com reportagem de Francisco José e, em 2013, a equipe de reportagem refez o caminho da reportagem a fim de enxergar quais mudanças foram efetivadas neste cenário após um intervalo de 30 anos. Como o próprio nome já faz menção, trata-se de mulheres que permaneceram no polígono das secas, enquanto que seus maridos foram deslocados para as frentes de serviço, como a construção de barragens. São viúvas de maridos vivos.

Mesmo compondo o cenário das matérias que abordam o discurso do combate à seca, esta matéria faz uma tentativa de mostrar as diferenças de um contexto para o outro, ou seja, quais as mudanças percebidas num intervalo de 30 anos, já que a reportagem traz depoimentos e imagens de dois momentos (1983 e 2013), na mesma região. As fontes são agricultores chamados de sobreviventes da seca, eles falam sobre a intensidade da seca que naquele ano considerava a pior dos últimos tempos. As viúvas da seca são representadas nas personagens femininas “abandonadas” pelos seus maridos vivos que tiveram de deixar a região para ir trabalhar fora, com forte apelo para o êxodo rural. Uma das “viúvas da seca” é apresentada pelo repórter com as seguintes características: Ela é séria, sofrida, o marido voltou de Goiás assim que viu o sofrimento da família. Mostra uma frente de serviço do programa de emergência que atingiu um milhão de pessoas na construção de serviços. A repórter afirma que a partir de ações como estas surgiu daí uma campanha nacional em busca de soluções para a seca que vitimava os nordestinos (SOUZA, 2014, p.28).

Ao discutirmos o tratamento dado pela mídia sobre as políticas públicas voltadas para a seca vimos no caso desta matéria que a imagem e o texto enquanto discursos televisivos levaram a construir no telespectador uma expectativa sobre possíveis mudanças provocadas pelos governos naquela região e, portanto, mostra, ao final da matéria, que a única mudança para algumas daquelas famílias foi o acesso à aposentadoria, o que para uma delas não representa muita mudança porque a aposentadoria é uma das únicas, senão a única fonte, que tem que suprir todas as necessidades.

Por outro lado, as fontes entrevistadas são apenas agricultores, o que mostra que, em sua maioria, o enquadramento midiático sobre a execução das políticas públicas no Semiárido não problematiza as fontes institucionalizadas sobre a execução das mesmas. Neste contexto de seca prevaleceram as grandes frentes emergenciais de serviço como ações salvadoras, enquanto que as mesmas, como foi mostrado na matéria, não transformou a realidade local das pessoas que continuaram no lócus da seca. O êxodo rural nos parece uma solução para os que vão trabalhar, enquanto que as mulheres e crianças permanecem a mercê da ajuda dos governos.

Por outro lado, as políticas de convivência com o semiárido, como as tecnologias sociais de captação de água de chuva, de beneficiamento de alimentos da agricultura familiar e

animal, de acordo com o que nos lembra Souza (2014), são disseminadas com mais intensidade nos veículos de comunicação alternativos, como as rádios comunitárias, os meios impressos e audiovisual das entidades que trabalham com projetos voltados para a convivência com o semiárido. De outro modo, este conteúdo também aparece na programação televisiva da grande mídia, porém ocupando os horários da grade, menos acessíveis. No caso da Rede Globo, temos o exemplo de duas grandes reportagens, uma sobre as tecnologias desenvolvidas pelo IRPAA, que foi ao ar no Programa Globo Cidadania em 2012. Na época, o programa ia ao ar às seis horas da manhã. A outra experiência foi sobre o beneficiamento de subprodutos do Umbu, desenvolvida pela COPERCUC em Uauá, exibida no programa Profissão repórter em 2013, que vai ao ar a partir das 23 horas (SOUZA, 2014, p.36).

Temos assim, dois retratos trazidos acerca da abordagem da mídia televisiva sobre as políticas públicas voltadas para a seca no SAB Brasileiro. Ao concluirmos este subitem, percebemos que as políticas públicas voltadas para o Semiárido Brasileiro, no intuito de resolver as questões causadas pelas secas, são referidas por nós dessa forma, porque, como vimos, a maioria destas políticas sempre foram efetivadas após um período de seca, as conhecidas frentes emergenciais. Por outro lado, percebemos que as políticas avançaram com a mudança no cenário político. Este cenário diz respeito tanto à mudança de governos como, também, à mobilização social das organizações e entidades de classe que optaram em suas lutas, pela definição de um novo paradigma, conhecido como a convivência com o Semiárido. Portanto, diante deste percurso histórico de tais políticas, questionamos se elas estiveram e se mantêm com um objetivo mais voltado para ações pontuais, como, por exemplo, resolver a questão do acesso a água para o consumo humano e animal, mesmo executando ações permanentes, como a construção de cisternas, ou se estas políticas tem ajudado a pensar e criar uma cultura em que pense a relação homem-natureza?

3 METODOLOGIA DA PESQUISA: PRODUZINDO SENTIDOS

Ao nomearmos com este título o presente capítulo que trata da metodologia, consolidamos aqui todo o percurso desta pesquisa, reafirmando seus objetivos e o aporte teórico, tendo por meio do itinerário metodológico a resposta às hipóteses, a problemática e a consecução dos resultados, tomando como base a AD⁶. É com este desafio que passamos a descrever neste capítulo a trajetória metodológica desta pesquisa, apresentando para isto a opção pelo método e como se caracteriza tal estudo.

Optamos pelo estudo de um caso comparado, neste particular trata-se de comparar o discurso telejornalístico de dois períodos de seca de um programa televisivo, o Globo Rural, tendo como instrumento três grandes reportagens deste programa. A primeira intitulada “Especial sobre a seca no Nordeste (1983)”, compõe o período em análise de 1983. A segunda reportagem, intitulada de “Bahia tem a pior seca dos últimos anos”, faz parte do cenário de 2012. Por fim, a terceira e última reportagem, que foi ao ar já no final de 2012 e início de 2013, e têm como título “Globo Rural em Remígio (e solânea): técnicas de convívio com a seca (cisternas -- canteiros econômicos -- palma forrageira) e feira agroecológica de Remígio”. Todas as matérias são de domínio público, com licença padrão do *YouTube*, têm entre cinco(05) a quatorze (14) minutos de duração. As duas primeiras representam os dois períodos de 1983 e 2012 em análise com seus respectivos discursos e a terceira contempla, por sua abordagem, elementos presentes nos dois contextos. Optamos por abrange-la, nesta análise, por oferecer subsídios e elementos que contribuem para a análise do discurso do programa sobre a temática seca, em evidência neste estudo e nas matérias recorrentes.

Partimos da perspectiva de que o estudo de caso proporciona em si mesmo, uma descrição acerca dos fatos que estão ali postos. “Os estudos de caso estão muito longe de ser apenas uma estratégia exploratória. Alguns dos melhores e mais famosos estudos de casos foram tanto exploratórios, quanto descritivos” (YIN, 2005, p.22).

⁶Verificar lista de siglas.

O método de análise do objeto em estudo é a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, utilizada na coleta dos dados, ou seja, na análise das reportagens jornalísticas e dos resultados da pesquisa. Ao revisarmos bibliograficamente as tendências e correntes da AD, fizemos a escolha pela vertente francesa por encontrar, nesta, um abrigo para o que propomos em termos de análise de discurso telejornalístico, tomando como base a sua construção crítica e consolidada com o contexto em que se dão os discursos, questões estas, muito presentes em nosso estudo.

Tida como um campo de pesquisa já consolidado no Brasil, a AD tem a mídia como um dos objetos de investigação, o que por sua vez acaba por agregar valor tanto ao campo da mídia como da análise de discurso, campos estes complementares e indispensáveis na análise crítica e de produção de significados (GREGOLIN, 2007)

Um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (GREGOLIN, 2007, p.3).

É pensando nesta perspectiva que a AD permeia no processo metodológico desta pesquisa, voltada especificamente para analisar o discurso midiático da seca de 1983 e 2012. Aqui temos o Programa Globo Rural como caso em estudo, junto com as matérias selecionadas. Assim, para evidenciar o discurso presente em tais matérias carece:

analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia. (GREGOLIN, 2007p.3).

Justifica-se neste caso a escolha por dois períodos consideravelmente distintos a fim de analisar e compreender a existência, predominância ou mudança dos discursos em tempos e contextos diferentes. Para nos auxiliar na análise do campo contextual em que

estão inseridas as reportagens e,consequentemente, o seu discurso jornalístico. Trazemos, ainda, como aporte teórico, a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Ao acrescentarmos junto a AD a ACD, observamos o fato de ela oferecer subsídios de discussão e aprofundamento acerca da crítica social e a contemporaneidade, visto que este trabalho atribui de uma discussão sobre dois contextos diferentes. Por este viés, ela é tida aqui como um instrumento analítico capaz de relacionar o contexto com o texto si, como de fato a mesma se propõe ser. Por isto, recorreremos aos teóricos desta linha quando fizermos a análise do discurso contextual, e da mesma forma que se deu na AD, também buscaremos dialogar com tais teóricos a fim de solidificar as conclusões do pesquisador. A ACD implica, aqui, enquanto um aprofundamento referente à análise crítica do discurso, tendo este como indissociável do contexto social.

A ACD surge como um movimento por dentro da perspectiva da AD Francesa, por isso é reconhecida como uma teoria ainda jovem, que segundo Costa (2016) não elimina a AD, mas se volta mais para uma análise lingüística e social do objeto em análise. De acordo com Melo (2009), a ACD tem como bases epistemológicas “os estudos anglo-saxões sobre discurso na década de 70, as teorias neomarxistas, especialmente as de Gramsci, os estudos da escola de Frankfurt”. Dentre os principais expoentes da teoria da ACD destacam-se Teun Van Dijk, GinterKress e Norman Flairclough, além de outro importante teórico que motivou esta linha de analise: Bakhtin (1929), o qual aponta que não existe discurso sem ideologia. A palavra, segundo Bakhtin, está sempre carregada de sentido e valor ideológico. ACD pode ser assim definida,

Constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas praticas na vida social. Situada na interface entre a Lingüística e a Ciência Social Critica, a ACD procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos lingüísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. Para tanto as análises empíricas em ACD deve movimentar-se entre o lingüístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma de pratica social,modo de ação sobre o mundo e a sociedade (RESENDE e RAMALHO, 2004, p.185).

Nesta perspectiva, a ACD assume aqui um papel importantíssimo ao se fazer presente em nossa análise sobre a comparação do discurso em dois períodos distintos (1983 e 2012), tendo em vista que, como ainda afirma Resende e Ramalho (2004), os “discursos variam segundo os domínios sociais em que são gerados”. Fairclough (1992), ao criar uma dimensão tridimensional do discurso, define que o discurso se compõe de três elementos: textual, discursivo e social. Deste feito os discursos estão imbricados numa ordem contextual de discursiva e social, a qual não pode ser menosprezada ou desconsiderada ao operacionalizar uma análise de discurso.

Concordando com Tilio (2010), a ACD se ocupa de focar as desigualdades sociais e como os textos são e estão construídos a partir de uma lógica emancipada no poder e na ideologia. Neste caso, partimos da idéia de que não há uma construção do discurso televisivo desprendida desta ordem e que ao compreendermos esta relação fica mais evidente de como a Análise Crítica do Discurso se faz necessária para “descrever e explicar como o abuso de poder é incorporado, reproduzido e legitimado pelo texto e pelo discurso de grupos e instituições dominantes” (VANDIJK, 1996).

Ao tratar aqui da AD e ACD fazemos a opção por trabalhar com os teóricos Teun A. VanDijk, (1990, 1993, 1995, 1996) com algumas obras, como: “Da Gramática do texto a Análise crítica do discurso”; Dominique Mainguenu (1997 e 2015), com suas obras respectivamente “Discurso e Análise do Discurso” e “Novas tendências em análise do discurso” Norman Fairclough (1988 e 1992) com a perspectiva do discurso social. Precusores de escolas diferentes foram utilizados na pesquisa na medida em que seus estudos convergiram. VanDijk (1990 e 1993) é contemplado na pesquisa por fazer opção por um recorte de cunho mais social e propositivo em suas análises, visando denunciar a ausência ou a presença de determinados aspectos no discurso midiático ou ainda a forma como estes são representados ao se fazerem presentes nas matérias. Já Dominique Maingueneau (2015), apresenta em seus estudos uma preocupação mais voltada para a linguagem presente nos discursos. Neste caso, ele se faz indispensável para a realização da análise a respeito da presença da linguagem regional das fontes ou, ainda, da padronização ou não de uma linguagem televisiva enunciada pelos repórteres e âncoras. Os estudos de Norman Fairclough (1997 e 2015) ajudam-nos a entender a construção

dos discursos para uma vertente tridimensional compondo-se de texto, discurso e espaço social.

Aliado a AD, lançamos mão da análise bibliográfica, da qual nos possibilitou relacionar o discurso jornalístico do GR com as discussões teóricas, contribuindo, desta forma, para um aprofundamento embasado nas teorias existentes sobre discurso, da quais utilizamos neste percurso, a fim de ancorar o pensamento crítico do pesquisador. A análise bibliográfica aliada às teorias de AD auxilia na aproximação e conhecimento de forma mais aprofundada do contexto em que se insere o objeto em estudo, da qual o autor-pesquisador dialoga com o tempo todo com as categorias de análise. Dialoga, além disso, com os elementos que vão compondo tal discurso, a exemplo das fontes entrevistadas nas matérias, do texto jornalístico e das imagens e ao final traz sua abordagem crítica e dialógica sobre tal análise. Auxilia, ainda, na interpretação e discussão acerca das questões de cunho social, político e contextual que estão explícitas nesta investigação. As matérias jornalísticas se caracterizam como objeto de pesquisa, que se configura enquanto lócus da coleta dos dados e operacionaliza a análise do discurso midiático.

A interação da AD com a análise bibliográfica proporcionou, para este estudo, a possibilidade de uma descrição sobre os processos sociais imbuídos nos contextos das secas e pode contribuir para um campo de discussão sem distanciar do processo metodológico, em consonância com o aporte teórico. Para ficar claro, exemplificamos como se deu esta mediação: ao fazer a análise do discurso das reportagens, foi feita uma apresentação, seguida da análise na qual foi abordada a percepção do pesquisador, mediada pela descrição de partes das falas do repórter e do âncora. Posteriormente, esta etapa analítica foi fundamentada e fortalecida por meio de citações diretas e indiretas dos teóricos que trabalhamos na pesquisa.

A pesquisa tem ainda inspiração no método dialético, visto que na perspectiva da AD, a mesma corrobora o tempo todo para uma construção analítica embasada no diálogo do pesquisador com o produto em análise e o aporte teórico, que hora nos auxilia nesta perspectiva dialógica. Em conformidade com o que afirma Richardson (1999), a perspectiva dialética tem forte inserção na interpretação dos fenômenos sociais que

envolvem categorias de análises. O estudo de caso aliado a AD, ao método dialético e aos procedimentos e técnicas da pesquisa, como a catalogação e análise das matérias, se relaciona com o contexto em que está inserida a investigação. Tal contexto diz das secas de 1983 e 2012 contempladas nas reportagens selecionadas, períodos estes que nos proporcionaram considerar a realidade histórica e política dos mesmos. Por meio da comparação, foi possível entender os processos contextuais, históricos e políticos que influenciaram no próprio discurso jornalístico do Globo Rural em cada período de seca e atingir o objetivo esperado quando se deseja trabalhar com um estudo de caso comparado, o qual visa “compreender determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos” (OLIVEIRA, 2003, p.59).

A pesquisa se caracteriza como pesquisa documental e bibliográfica. É documental por mergulhar no campo da investigação de documentos produzidos pelo Programa Globo Rural em formato de matérias jornalísticas e, como menciona Oliveira (2013), este tipo de pesquisa se baseia “pela busca de informações em documentos como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. E tem caráter bibliográfico já que está embasada na análise documental de origem e domínio científico, tendo como principais fontes: livros, artigos publicados em revistas científicas e eventos científicos a partir de autores que pensam e escrevem acerca dos conteúdos em evidencia nesta pesquisa, além de trazer como mediação do estado da arte do objeto de pesquisa exemplos e discussões contidas em teses e dissertações.

A revisão bibliográfica foi utilizada dentro da análise dos dados (reportagens jornalísticas) e na apresentação dos resultados, por meio da inter-relação que se fez entre o discurso jornalístico presente nas falas do repórter e do âncora, amarrando com o aporte teórico a fim de embasar e consolidar as conclusões e inferências do pesquisador. A bibliografia até aqui consultada foi, de acordo com Santos (2003), indispensável ao tratarmos da realização de uma pesquisa que se dedicou ao estudo de períodos históricos.

Quanto ao tipo, esta pesquisa não se define enquanto qualitativa ou quantitativa, pois entendemos que interage com estes dois tipos. Reafirmamos isto quando fizemos o

processo de catalogação e definição da quantidade de reportagens necessárias, bem como a quantidade de períodos em análise, considerando suas características do ponto de vista quantitativo. Quanto à etapa de análise do material catalogado, junto à revisão bibliográfica e à interpretação destes dados pelo pesquisador, esta está submetida e compreendida como um processo de cunho qualitativo. Nesse sentido, respaldamo-nos em Oliveira (2013, p.59) que fala de uma possível interatividade entre dados qualitativos e quantitativos. Assim, as técnicas e os procedimentos de análise se relacionam com os dois tipos.

O programa Globo Rural, ora aqui referido como GR, foi escolhido levando em conta a sua característica totalmente voltada para um setor e um público específico, o que define assim o seu telespectador modelo e, conseqüentemente, o seu modo de endereçamento. Ao escrever sobre metodologias de análise em telejornalismo, Itania Maria Mota Gomes (2011) nos permite entender o modo de endereçamento como aquilo que caracteriza de forma prática e específica um determinado programa e como este busca utilizar de tais formas e características para lhe dar e relacionar com o seu público, no sentido da recepção de seu discurso.

O conceito de modo de endereçamento surge na análise fílmica, especialmente aquela vinculada à *screen theory* e tem sido, desde os anos 80, adaptado para interpretação do modo como os programas televisivos constroem sua relação com os telespectadores. [] Na nossa perspectiva, o conceito de modo de endereçamento tem sido apropriado para ajudar a pensar como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais (GOMES,2011,p.18).

O GR, pela sua característica e pelos seus pressupostos fundantes, deixa claro que o conceito de endereçamento está presente em sua estrutura e isto se configurou como um elemento importante ao analisarmos o programa, o que nos deu base para entender o direcionamento de seu discurso e a distribuição de conteúdo para um público específico. Na revisão bibliográfica, identificamos que há no formato do GR uma tendência em produzir matérias mais prolongadas. Este tempo no ar, conhecido como espaço de publicação, possibilita um maior aprofundamento das narrativas o que dá, tanto ao

telespectador quanto ao pesquisador, condições de análises mais aprofundadas e densas, o que também nos motivou a escolher o GR.

Além disto, nos interessa analisar o contexto sócio histórico em que está inserido o programa, tendo em vista que ele perpassa pelos dois períodos (83 e 2012) de seca em análise e é uma experiência inédita do telejornalismo, com uma abordagem voltada para o espaço rural, quando do seu surgimento em 1980, num cenário de expansão das fronteiras agrícolas. Espaço este de onde nos inspira entender o tratamento que é dado às secas na região semiárida, bem como acessar o material produzido sobre este lugar, a abordagem, a linguagem jornalística, o tratamento das fontes, em se tratando de um programa diferenciado e das múltiplas expressões lingüísticas do país contempladas nas reportagens.

Além dos teóricos da AD e ACD já citados, disponibilizamos de uma bibliografia fundamentada em Michel Pêcheux (1997), Foucault (1978) e (2001), Pinto (1999) que trazem uma discussão sobre formação discursiva, da qual advêm diversos conceitos, como interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas, conceitos de verdade e vontade de verdade, etc. Ainda, inspiramo-nos em Bakhtin (1970) com uma visão sobre a construção ideológica do discurso. O enquadramento da notícia é trabalhado nesta pesquisa de forma aligeirada, no entanto não é menos importante para entendermos como são construídas as notícias e as escolhas feitas pelas redações jornalísticas, para determinar de que forma determinada “verdade jornalística” deve ser concebida e recortada e, ao mesmo tempo, consolidada pela massificação da notícia. Trouxemos para discutir este indispensável conceito teóricos como Christofeletti (2010), Beteson (1972), Tuchman (1978), Gofman (1974).

Na Análise Bibliográfica, visitamos e revisitamos os teóricos do campo da comunicação social e das áreas remetentes às categorias analíticas (**seca, política, TV, e semiárido**, esta última discutida por dentro de todas as três categorias anteriores), a fim de auxiliar na compreensão de tais conceitos e discussões, bem como ser parte da análise do objeto de estudo, tomando como base a análise bibliográfica (grifo meu).

Ao discutir a televisão como veículo de comunicação de massa tendo como inferência a análise do discurso da mídia, nos reportamos aos seguintes teóricos: Emerin (2010), que

discute a importância da fala na TV aliada à imagem. A partir da autora, com inspiração num provérbio chinês que diz que “uma boa imagem vale mais do que mil palavras, porque a imagem diz o que a palavra não traduz”, compreendemos a essência do uso da imagem também como elemento textual discursivo. A imagem também é texto discursivo que carece de ser problematizada dentro da análise e que será também explorada dentro da pesquisa; Paternostro (1999), nesta mesma linha de raciocínio, sugere que o texto na Televisão deve estar o tempo todo ancorado ao uso da imagem. Do mesmo autor debruçamos na obra: “O Texto na TV” publicada em 2005, a qual nos auxilia no entendimento sobre o texto televisivo e como ele se configura.

Em relação à história do Telejornalismo, a trajetória da Rede Globo e a influência do modelo norte-americano no telejornalismo brasileiro postulam como referenciais o trabalho de Keneip (2008) e Piccinim (2008). Ainda no campo da comunicação, enfatizamos Nelson Traquina (1993) com sua contribuição no tocante à produção da notícia e o conceito de acontecimento jornalístico. Elizabete Bastos Duarte (2003) colabora com os estudos a respeito dos gêneros, formatos e produtos televisivos, e ajuda-nos a compreender especificamente o formato do programa em análise, deixando mais nítido o que diferencia e o que padroniza em relação aos outros. Itânia Maria Mota Gomes (2011) auxilia a respeito do método na análise do telejornalismo.

A questão cultural que permeia o programa de pós-graduação se faz presente neste trabalho por meio de uma discussão voltada para a questão da padronização cultural da língua enfatizada pela mídia do Sul e Sudeste do país. Buscamos entender tais questões e como elas estão presentes ou ausentes nas matérias em análise. Contamos com os trabalhos de Leonardo Brant (2005) a respeito da Diversidade cultural, globalização e culturas locais e de Temer (2012) com o trabalho sobre a importância da história da televisão e do telejornalismo na padronização cultural no interior do Brasil.

No campo discursivo sobre a seca, os referenciais teóricos são oriundos de instituições governamentais e órgãos de pesquisa a exemplo da Embrapa e do IRPAA que nos ensinam que as secas são cíclicas, porém possíveis de serem previstas. Além de contar com Duarte (2012) que traz em sua obra um retrato acerca das obras e políticas de combate à seca; Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), por meio de sua

emblemática obra *A Invenção do Nordeste*, fala de um discurso produzido e ratificado de seca como unidade de interesse, de práticas políticas e como fator delimitante sobre a região semiárida.

Na categoria política e de semiárido nos apoiamos em Carvalho (2011) que traz uma descrição clara e propositiva sobre a delimitação geográfica e política do Semiárido, destacando a criação dos órgãos governamentais no intuito de potencializar uma política de mitigação de seca, com foco em ações emergenciais. O debate em relação aos paradigmas do combate à seca e da convivência com o semiárido, a importância da articulação dos atores e atrizes sociais em redes, a exemplo da ASA e da RESAB, foi enfatizado pelos autores Duarte (2002), Carvalho (2011), ASA (2011) e Macedo (2004). Além disso, pontuaram a importância da articulação dos atores e atrizes sociais do paradigma da convivência com o semiárido em redes, a exemplo da ASA e da RESAB.

O trabalho desenvolvido por Nivalda Aparecida Campos (2003) intitulado: *A grande seca de 1979 a 1983: um estudo dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do Nordeste do Brasil*, no qual é realizado um estudo de caso a partir dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do nordeste do Brasil e que contempla o período escolhido para esta pesquisa, é trazido aqui como base teórica para entendermos os períodos de estiagem em que estamos pesquisando e mencionando no decorrer deste estudo. Fávero e Santos (2002) dão relevada contribuição à investigação ao destacarem que historicamente foi concebida uma delimitação conceitual de desenvolvimento rural focado apenas para o setor da agricultura que tinha, por conseguinte, o Semiárido com a visão do atraso, por ter sido concebido o tempo todo apenas como o espaço rural.

3.1 A ANÁLISE DE DISCURSO ENQUANTO MÉTODO DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Como ressalta Sampaio (2016), as diferentes abordagens, atores, métodos e filiações a respeito da AD reforçam o quantitativo de estudos e pesquisas debruçados sobre este assunto. Mas, independentemente destas variações e complexidades, o que fundamenta

a AD é a possibilidade de partir da estrutura do texto, da saída deste lugar para a sua contextualização, do lugar do social. (PINTO, 2002, p.9)

Parafraseando Orlandi (2003), a AD nos instiga a sair da zona de conforto da inocência para estabelecer uma relação menos ingênua com a linguagem, cuja opacidade não permite neutralidade nem mesmo ao mais corriqueiro ou cotidiano dos signos. A autora destaca o caráter permanente e irremediável do simbólico, frisa o quanto estamos comprometidos com o sentido e com o político e destaca o fato de que os discursos acontecem em contextos sociais, num espaço-tempo das práticas humanas e, portanto, “os sentidos estão sempre administrados, não estão soltos” (ORLANDI, 2003, p.10). Enquanto importantes construtores da vida social e dos lugares de fala dos interlocutores, os discursos não têm início demarcado nem final definitivo. É reconhecendo esta função social do discurso que utilizamos a AD como método de análise dos dados.

Como afirma André (2005), a análise é parte presente durante várias etapas da pesquisa, desempenhando um papel mais sistemático e mais formal quando dá por encerrado o processo da coleta de dados, ou seja, de posse do material catalogado, a análise passa a ser o principal instrumento metodológico da pesquisa, até a etapa final de apresentação dos resultados a fim de verificar se os objetivos foram atingidos e a problemática alcançada.

A construção do discurso esta alicerçada na intencionalidade da empresa jornalística, ou seja, é definida pela linha editorial, a qual é também influenciada por pressões externas, inclusive do capital que orienta tanto a indústria cultural, como de consumo. Como afirma Gregolin (2007), o discurso não é transparente, dado o seu processo de construção social, “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em certo momento histórico”, estando por trás deste, uma teia, que impossibilita os sujeitos e telespectadores a visão de uma totalidade significativa. O que se enxerga e se vê na particularidade de um discurso são resultado de toda uma construção discursiva, pensada e estruturada por inteiro pelo veículo de comunicação. Assim, o telespectador pode “interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social. O efeito de coerência e unidade de cada texto é construído por agenciamentos

discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos” (GREGOLIN, 2007, p. 06).

Parafraseando Gregolin (2007), o que fica claro no texto midiático é a construção de uma falsa unidade de sentido, conduzida pelas estratégias de aproximação do telespectador com a realidade. Esta última não é apresentada, mas recortada e representada simbolicamente que, por sua vez, a mídia utiliza das teorias de persuasão e certificação para convencer o telespectador sobre esta “verdade única”, trazendo presente a memória e o esquecimento. Quem ainda nos fala sobre a função social da Análise do Discurso é Maingueneau (2015) que afirma que o interesse específico que rege a AD é justamente a relação que se faz da estrutura dos textos construídos aos lugares e espaços sociais, no nosso caso, o Semiárido Brasileiro e que,

pensar os lugares independentemente das falas(reducionismo sociológico) ou pensar as falas independentemente dos lugares dos quais são parte pregnante (reducionismo lingüístico) é permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso.Quer entremos no discurso pelo véis de sua inscrição social ou pelos dos funcionamentos lingüísticos,somos levados,de um modo ou de outro,a encontrar sua outra vertente (MAINGUENEAU, 2015, p.47).

Situar a análise do discurso por dentro de um estudo de caso comparado, tendo como estudo dois períodos históricos de seca, leva-nos a recorrer dentro da própria análise e das considerações do pesquisador a pontuar o lugar de fala das fontes e da produção do discurso imagético e textual da mídia sobre o lócus Semiárido. A Análise do Discurso perpassa pela observância da construção textual com o contexto e em se tratando da mídia televisiva, da relação que se faz deste texto com a imagem, a fala das fontes, o contexto em si ali “recortado”.

Assim, ao mencionar sobre a coerência semântica do discurso e da relação do texto com o contexto, Van Dijk (1995) explica que “do mesmo modo em que uma gramática da oração explica porque seqüências arbitrárias de palavras não definem orações, uma gramática do texto necessita dar conta do fato de que tais seqüências de oração não definem um texto” (VAN DIJK, 1995, p.3), assim deixa claro que a composição das orações deve ter uma coerência dada a relação entre os fatos e os significados de tais

orações, onde um complementa o outro. Este autor traz grande contribuição ao nos alertar sobre a necessidade de um olhar que perceba o discurso como um todo complexo. “É estranho ver que ainda hoje gramáticas do discurso que só operam em um nível “linear” de orações ou proposições subseqüentes e que ignoram completamente as estruturas globais principais (macroestruturas, superestruturas) que definem o significado e a forma geral dos textos”, (VAN DIJK, 1995).

A própria construção do discurso jornalístico também segue esta lógica das gramáticas do discurso, já que o enquadramento da notícia tem sido feito de forma linear, seguindo um modelo padrão sem dar maiores possibilidades de interpretação ao leitor-telespectador. De acordo com Van Dijk (1995), esta construção tanto do texto gramatical quanto do discurso midiático está relacionada a uma psicologia do processamento do texto e, citando Walter Kintsch (1974), destaca que “o objeto de estudo de uma psicologia cognitiva do entendimento jamais deveria ser orações isoladas e sim textos completos” (VAN DIJK, 2005, p.4). Desta forma, o que se vê comumente na apuração e produção de uma matéria jornalística é uma série de informações que são levantadas, inúmeras imagens que são feitas, mas o que vai ao ar não deixa de ser um recorte de determinada realidade, orientado pela política de enquadramento do veículo.

Supõe-se que o discurso das notícias tenham uma estrutura canônica ou “esquemas de notícias” que organizam, e enfatizam o fato de que também a produção de notícias é em grande medida uma forma de processamento do texto, isto é, de muitos textos fontes (escritos ou falados) que o jornalista usa quando escreve uma notícia (VANDIJK, 1995, p.13 e 14).

A mídia explora, neste caso, o que Van Dijk (1995) considera de “memória em curto prazo”, a qual está ligada a uma teoria psicológica de processamento mental com capacidade limitada que necessita ser esvaziada regularmente. Neste caso, a retomada do discurso a cada período de seca, trazido como algo novo, leva o telespectador a tratar a seca como fator novo e ocultar outras questões de cunho político e social que estão em voga no mesmo contexto histórico.

3.2 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS: CATALOGAÇÃO, ESCOLHA E ANÁLISE DAS REPORTAGENS

As matérias a que interessam enquanto objeto de pesquisa para este trabalho foram acessadas e buscadas em sítios de domínio público, como o *Youtube*. Inicialmente, o trabalho estava sendo pensado noutra perspectiva que partia da catalogação de todas as matérias sobre seca que foram ao ar nos anos de 1983 e 2012 para, depois, operacionalizar um processo de escuta, escolha e sorteio aleatório. Para que isto ocorresse teríamos que ter acesso ao arquivo da Rede Globo, já que este contingente de material não estaria disponível nos sites de domínio público. O contato foi feito antecipadamente, conforme anexo (2), portanto até a aproximação do prazo final de entrega da primeira versão deste trabalho, os contatos não avançaram, levando-nos, eu e o orientador, a optar por analisar três matérias jornalísticas do Globo Rural.

As três matérias foram encontradas no sítio de domínio público *Youtube* durante pesquisa realizada entre os meses de Janeiro a Junho de 2016, sendo duas delas reportagens especiais sobre as secas de 83 e 2012, justificando, desta forma, o critério de escolha pelo viés do formato igual de duas matérias em períodos diferentes, bem como o conteúdo que tem como foco uma descrição sobre o estado da seca em cada período. O critério de escolha que prevaleceu foi a característica do formato das matérias as quais, enquanto grandes reportagens, representam bem o foco da abordagem, já que ambas na visão do pesquisador conseguem dar conta da demanda proposta para análise, tendo em vista a expansão que as referidas reportagens abarcam, pois fazem um balanço generalizado da situação de seca naquele momento histórico, dando foco a uma diversidade de lugares e fontes oriundas de diversas regiões do Semiárido.

Neste caso, não é a quantidade que é representativa, mas a percepção em relação à composição do conteúdo discursivo, recortado nestas três matérias, objeto que nos interessa neste momento. Existem outros trabalhos de análise de Programas Jornalísticos que tem como objeto de estudo um único programa, é o caso de Florentino (2007), que ao analisar o programa Globo Repórter, levou em conta no seu critério de escolha a audiência, a abrangência e a atualidade do programa. Enquanto jornalista e pesquisador, eu poderia enveredar-me por este viés, mas optei por fazer a análise das matérias levando em conta os critérios de formato das reportagens, o contexto histórico e a

flexibilidade discursiva do programa, presente na última matéria. Isto porque trata-se de elementos que julgo necessários e mais acertados para o que se propôs esta pesquisa.

A terceira Reportagem que foi ao ar em 2012 foi escolhida levando em conta que ela mescla discursos presentes nas duas matérias e amplia para outra perspectiva de enquadramento, dando condição de o pesquisador poder fazer comparações na composição deste estudo de caso como o mesmo se propõe. Entendemos que a quantidade destas três matérias deu conta de ancorar os objetivos desta pesquisa, já que são possuidoras de um nível de conteúdo que contempla e representa os contextos históricos, a possibilidade da presença ou ausência de discursos novos, sendo possível operacionalizar uma análise comparada do Discurso Midiático.

A primeira reportagem de setembro de 1983 intitulada de *Especial sobre a Seca do Nordeste* (1983) tem 14:03 (quatorze minutos e três segundos); a segunda reportagem de 2012 com o título: *Bahia a pior seca dos últimos anos* tem duração de 05:10 (cinco minutos e dez segundos) e a terceira e última que recebe o nome de *Feira Agroecológica de Remígio e Tecnologias de Convivência com o Semiárido na Paraíba* se compõe de 08:19 (oito minutos e dezenove segundos). Para entender como se dá de fato a análise de um programa jornalístico de televisão nos baseamos nos trabalhos de dissertação de mestrado desenvolvidos por Arlei Alberto Florentino (2007), Eliane Deák Silva (2011), Júlio César Degl Iesposti (2009), além de artigos científicos nesta área desenvolvidos por Dantas e Gomes (2008) e Mônica Martinez (2010). Estes trabalhos são apresentados na introdução desta pesquisa ao tratarmos do estado da arte deste tipo de estudo.

Contudo, estes são exemplos de trabalhos que foram ao longo da pesquisa estudados e observados a fim de dar subsídio para compreendermos como tem operado neste campo a análise metodológica de um programa televisivo. No entanto, este estado da arte em relação ao que já se tem em termos de análises deve servir aqui como exemplos, mediações para com o olhar crítico e embasado na proposta metodológica deste trabalho com o intuito de possibilitar que o pesquisador seja capaz de tecer seu próprio percurso metodológico. Além destes pressupostos, usamos como referência o trabalho de monografia do curso de especialização em Educação contextualizada para a convivência

com o Semiárido brasileiro, onde se desenvolveu a análise de Discurso de cinco programas tele jornalísticos da Rede Globo de Televisão sobre o combate à seca e o paradigma da convivência com o semiárido. Este trabalho foi desenvolvido pelo pesquisador em 2013 e 2014.

As matérias selecionadas tiveram como processo de análise a apresentação técnica da matéria, informações sobre tempo de duração, repórter, dia e mês, localidade. Em seguida, deu-se a análise do discurso jornalístico tomando como base as informações contidas no texto e nas imagens da matéria, fechando com uma conclusão crítica e aprofundada do autor. Toma-se como base os referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa. Tal análise ocorreu primeiro com a reportagem de 1983 e as de 2012 respectivamente.

O estilo redacional perpassou pelo uso da seguinte metodologia: ao analisar as matérias o pesquisador de posse do texto transcrito, elaborou suas inferências, recorrendo o tempo todo a trechos do texto jornalísticos, descrevendo-os desta forma entre aspas, a fim de identificar a fala do interlocutor (âncora ou repórter). Para auxiliar a sua análise o pesquisador utilizou da mesma estratégia, aliando sua análise ao discurso jornalístico e aos fundamentos teóricos. Tendo em vista que a Análise do Discurso é cognitiva e pessoal, o pesquisador utilizou de tal estratégia a fim de não fugir do rigor científico, nem tampouco ser confundido com uma análise de cunho militante. A análise compôs o quinto capítulo da pesquisa, ficando assim organizada: Resultados da Pesquisa: Análise das Matérias - onde o pesquisador apresenta a Análise do Discurso e adentra nas questões de fato analíticas, apontando trechos das reportagens e ancorando com os teóricos; Análise geral das três matérias – Neste tópico, são apontadas as conclusões gerais do pesquisador a fim de dar resposta à problemática e aos objetivos propostos. Nesta parte, ainda são apresentadas as questões comparativas em relação aos períodos em análise, por se tratar de um estudo de caso comparado.

Nas considerações a respeito da análise, o pesquisador pontuou se houve alguma mudança no discurso e quais discursos permanecem intocáveis ou repetidos. As reportagens foram analisadas considerando que se trata de um produto audiovisual, o que

significa que todos os elementos, tanto sonoros como imagéticos, foram levados em conta na análise, e que todos estes foram tratados nesta pesquisa como processos de produção do discurso e, por conseguinte, corroboraram na construção de sentidos em torno de si. Além disto, foi observada a construção histórica e contextual das reportagens, com o aparato das teorias de AD e ACD, sendo fundamentada à luz da análise bibliográfica. A interpretação dos dados coletados considerou o princípio de que, ao desenvolver uma pesquisa, não pode partir apenas de um cruzamento de dados ou de uma tradução quantificada, já que os dados estatísticos não têm relevância alguma se estes não estiverem relacionados com uma interferência crítica e propositiva do pesquisador a respeito de sua validação, relacionando ao contexto.

A escolha do veículo está muito além do que tal emissora se convencionou enquanto identidade de empresa jornalística e posicionamentos políticos e ideológicos. Neste sentido, tenho enveredado pela prerrogativa proposta na problemática desta pesquisa que é de ver o lugar de fala e do discurso midiático em contextos de secas, extremamente diferentes. Tem sido esta a motivação que nos fez chegar até aqui, tomando como base os estudos no campo do Telejornalismo, da Análise do Discurso a fim de chegar aos resultados propostos.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANALISANDO O DISCURSO JORNALÍSTICO DO PROGRAMA GLOBO RURAL: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E A PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A SECA NO SAB

Este capítulo tem como objetivo coletar dados sobre o objeto de estudo, tendo como instrumento metodológico a Análise do Discurso jornalístico do programa Globo Rural de televisão, com foco em três grandes reportagens que foram ao ar nos anos de 1983 e 2012, períodos estes escolhidos para compor tal análise. A primeira parte trata-se da Análise do Discurso Jornalístico das três reportagens, onde se articulou a AD com a Análise Bibliográfica e o texto jornalístico. Ao concluir esta etapa, apresentamos uma análise geral conclusiva das reportagens, apontando aqui as questões trazidas pelo pesquisador como resultados conclusivos sobre tal análise.

4.1.1 Reportagem 1: reportagem especial sobre a seca de 1983

O cenário do GR em 1983 transmitia uma mensagem que estava relacionada à vida do campo, com fotografias de plantas, sementes e trabalhadores rurais na abertura. Isto é perceptível ao observarmos o cenário voltado para o aspecto rural (MEMORIA GLOBO, 2016): após a chamada do âncora, “Rede Globo apresenta Globo Rural”, esta representação fica nitidamente comprovada com imagens de sementes e frutos que aparecem no telão. As manchetes são chamadas utilizando o recurso de pequenas vinhetas e de recortes das sonoras das fontes que entrarão depois na programação, a fim de prender a atenção do receptor. Na apresentação do âncora sobre a primeira matéria, ele diz: “os assuntos de hoje no globo rural são os seguintes: no Piauí o desperdício das águas que jorram dos poços e é mal aproveitada, uma água limpa que não beneficia a maioria dos agricultores da região seca. O termo seco é mal-empregado, já que o clima

que predomina esta região é o semiárido, que por sua vez, advém de uma composição onde semi significa meio e árido seco.

A imagem difundida do Semi-Árido, como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a idéia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos (MALVEZI, 2007, p.11).

Na segunda manchete: “No Ceará uma proposta dos agricultores para enfrentar o problema da seca, eles pedem desapropriação das margens dos rios e mudanças das frentes de trabalho”. Há uma promessa que não se cumpre e provoca um desnivelamento na composição da reportagem, pois se nas demais matérias, sempre recorre-se a um pequeno recorte do texto que vai entrar depois, nesta aparece a imagem de agricultores reunidos em assembléia, portanto este evento não compõe a reportagem, mas apenas a imagem de agricultores de forma isolada. A cena imagética centraliza nos projetos de barragens e das frentes de trabalho, como ações emergenciais que precisam de melhorias reivindicadas pelos trabalhadores. Este é um cenário social do contexto da seca de 1983, onde predominava as obras emergências gestadas pelos órgãos públicos criados para este fim como a SUDENE e o DENOCS. A forma de gestão destas obras e o desvio de função de seus objetivos são denunciados por Duarte (2002) e Oliveira (1981), como ineficiência dos órgãos criados para tal finalidade.

Na terceira manchete: “E no Rio Grande do Norte, um açude enorme, o maior do Nordeste que deveria fornecer água para quase três mil pequenos agricultores, mas o projeto ficou só na construção da barragem”. A imagem que predomina é do açude e encerra com a imagem de um pé de mandacaru cinzento e numa perspectiva de seca. Observamos que a imagem de uma mesma planta é recorrente pelo mesmo programa ao tratar de seca e ao tratar também de uma vegetação verde e alegre, percepção esta presente na terceira reportagem. Sobre este ponto de vista, Souza (2014) esclarece que as mesmas estratégias comunicacionais para abordar jornalisticamente o discurso do paradigma do combate à seca são as mesmas utilizadas pela mídia televisiva quando é para abordar o paradigma da convivência com o Semiárido.

Estas estratégias dizem respeito ao tipo de enquadramento daquilo que o discurso deseja mostrar, o recorte da imagem no primeiro caso ao mandacaru seco, a vaca morta e no

segundo caso um recorte para o mandacaru verde e o quintal produtivo. No caso do GR, este formato não se aplica em pelo menos uma reportagem, no caso da terceira, questão esta que será desdobrada especificamente ao analisarmos a terceira reportagem. Por se tratar de um clima onde o bioma predominante Caatinga tem características de adaptação de sua fauna e flora, verifica-se que o mandacaru ao ser retratado de forma diferenciada, buscou-se explorar no primeiro caso a bravura de uma planta que resiste à seca, mas também reforçou o estereótipo imagético de que o Semiárido é um lugar que só o mandacaru persistiu. No segundo caso, o mandacaru verde reforçou um discurso de que, numa mesma região que sofre com a seca, há uma vegetação altiva, forte e que muda se adapta e transforma com o período chuvoso.

Na última chamada o âncora emite uma opinião: “bom, além destas reportagens, o Globo Rural ouviu muitos nordestinos: agricultores, artistas, donas de casa, governadores, padres, técnicos autoridades, cada um deu o seu ponto de vista, sua sugestão, mais uma coisa é certa qualquer solução para funcionar de verdade vai exigir a participação real de todos os brasileiros e principalmente dos próprios nordestinos, por isto a palavra é deles”. Neste texto, o âncora emite sua opinião e conclama os brasileiros e principalmente os nordestinos para uma participação ativa a fim de resolver o problema da seca. Há um apagamento, conceito trazido por Foucault (2001), acerca do papel dos gestores públicos, transmitindo esta responsabilidade para os brasileiros.

Há nas matérias um forte apelo religioso, direcionando a resolução dos problemas da seca para Deus: O repórter pergunta: “O que o sinhô acha que dá pra fazer pra resolver o problema da seca?”, seu Raimundo Rodrigues, maestro da banda, responde: “eu no meu pensamento eu acho que só quem pode resolver muito certo é Deus”. A fé do homem sertanejo em Deus, movida pela esperança da chegada da chuva, não pode ser aqui confundida com falta de responsabilização dos governos. O discurso televisivo, por sua vez, tem recorrido a este lugar de fala, como meio de audiência e de apelo e produz estereótipos sobre determinado grupo, uma cultura, um clima, um lugar que fica à mercê da vontade de Deus, sem se mobilizar para as questões locais e possíveis de serem alternadas.

As duas fontes seguintes, também agricultores, o seu Francisco Batista e o seu colega, ambos de Alcântara no Ceará, apresentam em suas repostas outras perspectivas:

agricultor 1: “quem resolve é da de comer a nação que tá tudo passando fome, não tem água pra beber, não tem pra tomar banho e precisa é dá de comer o povo que tão passando mau!” (Agricultor não identificado). O Agricultor 2: diz que precisa “é ter água, água suficiente pra gente trabalhar” (fonte identificada apenas pela função que desenvolve). Dona Maria Gaudina, agricultora entrevistada segue no mesmo raciocínio, porém ainda reforça a ajuda aos flagelados: “o que eu acho que possa se resolver meu amigo é se trabalhando, o governo dando mais trabalho e também a gente achando as pessoa boa que ajude e que também não roube o suor do pobre por completo”.

É um discurso trazido pelo Programa que reforça por um lado a passividade, a espera pelo governo, como se os próprios agricultores naquele cenário não pudessem criar ali suas próprias condições de vida. Por outro lado, é um apelo social de urgência, de reconhecimento sobre a obrigação dos gestores em cuidar dos flagelados da seca, sem ter que somente delegar a “culpa” e a responsabilidade a Deus. A água representa, em qualquer situação de seca, o discurso da integração do desejo de quem está passando por uma situação de falta de água e a mídia televisiva usa muito deste recurso.

Uma das fontes oficiais de pesquisa é o representante sindical Raimundo Sales de Floriano no Piauí, que nos traz novamente a questão da água, o qual, a nosso ver, agrega todos os discursos em torno da seca. Portanto, aqui, o discurso é de que a água existe na região tida como seca pelo âncora no início da reportagem, o que mostra uma contradição no seu discurso que vai se repetir mais a frente quando ele mostra os poços jorrando e dizendo que ali há água de qualidade. Mas, retomando a resposta do sindicalista, ele aponta que existe água em abundância e denuncia a falta de políticas efetivas e da “falta de ajuda”, como por exemplo, a abertura de poços nas localidades rurais, ao invés da manutenção do carro pipa. Aponta, também, a exclusão do trabalhador rural às políticas públicas. “Nós temos muita água, não se pode é explorar né, porque nós não temos condição, o trabalhador rural infelizmente é um homem sofrido que vive sem ter condição nenhuma, sem ter ajuda”.

A abordagem que segue, vai na mesma direção de denúncia, além da falta de alternativas para explorar a água que tem debaixo do subsolo, já que água existe, um outro problema detectado na fala do Secretário de Agricultura do Ceará, Alfredo Lopes Neto, é a falta de terra para trabalhar, “O grande problema do nordeste e do Ceará é que grande parte dos

agricultores não tem terra, ou seja, eles são pobres com seca ou sem seca”. Ao retratar esta realidade, mexendo numa questão histórica, alicerçada na forma de ocupação e exploração da região Nordeste do país, que se trata do latifúndio, o qual prosperou como uma das bases de exploração da mão de obra barata e em muitos casos, escrava, o GR consegue mostrar um diferencial com sua abordagem de denunciamento nesta reportagem, deixando claro que o problema da seca não está por si só arraigado na falta de chuva.

Esclarece que não se trata tão somente de um fator climático que é recorrente em um período do ano: não se pode atribuir a ausência da chuva para todos os problemas ocasionados na estiagem, sendo que o uso apropriado de técnicas que possa aproveitar a água de chuva seria suficiente para viver bem no período de estiagem. Roberto Malvezzi, em sua obra *“Semiárido: uma visão Holística”* afirma que o Semiárido Brasileiro “É o Semi-Árido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano (MALVEZZI, 2007, p.10).

Quanto as alternativas, elas não estão restritas a apenas ao uso de tecnologias, mas ao cultivo de sementes crioulas precoces de ciclo curto, ao manejo adequado das lavouras, ao aproveitamento em períodos chuvosos de forragem para os animais, como a silagem e o feno, à recuperação e manejo das fontes naturais de captação de água de chuva, como os barreiros, os tanques de barro e de pedra; à proteção, criação e perpetuação de espécies nativas e de raças de animais nativos de pequeno porte, adaptados ao semiárido. Fávero e Santos (2002) apontam que por muito tempo prevaleceu a idéia de Semiárido atrelada somente à agricultura e esta, por sua vez, atrelada a de atraso do espaço rural, prevalecendo a concepção da inviabilidade econômica dada pela forma rústica do cultivo agrícola que, até então, antes da mecanização agrícola, se dava de maneira manual e com baixa exploração dos recursos naturais. O processo de industrialização da agricultura segundo as autoras no início do século XIX proporciona uma nova visão sobre este lugar.

A expansão das fronteiras agrícolas na década de 1980, cenário onde surgiu o Globo Rural, contribuiu decisivamente para a aposta neste setor. Ao trazermos este breve histórico da agricultura e do conceito que se tinha em torno do semiárido, queremos dizer que as alternativas tecnológicas ajudam a construir uma unidade de sentido discursiva, que nos faz enxergar que o semiárido não está somente ligado ao cultivo de lavouras

anuais de milho e feijão, como comumente aparece nos noticiários, quando são evidenciadas as lavouras perdidas, sendo estas as que mais predominam. Isto reforça, também, a idéia do manejo de animais de pequeno porte que aqui foram se adaptando e que os produtores foram aprendendo que criar animais pequenos como o bode, a cabra, a galinha é mais viável do que criar gado, levando em conta a diferença no consumo de água. Este último também é recordista em matéria de seca.

A pobreza, neste caso bem enfatizada pelo secretário, não é fruto apenas de uma questão climática, se os agricultores “são pobres com seca ou sem seca”, fica claro que o que falta são as bases para a produção já mencionadas: a terra e água e o uso de tecnologias adequadas.

O discurso voltado para as possibilidades de exploração das águas dos rios localizados na região semiárida do Ceará é reforçado pelo Secretário de Agricultura como a salvação contra a seca: “uma das soluções para o Ceará, seria, por exemplo, a utilização mais intensiva destes vales úmidos que nós temos, por exemplo, aqui no rio Jaguaribe no rio Acaraú, então a utilização dessas manchas úmidas que hoje somam 100 mil hectares, nós teríamos condições de alimentar a população do Ceará com seca ou sem seca. De fato, nós temos hoje em disponibilidade 100 mil hectares quando apenas 12 mil hectares estão sendo aproveitadas”

Há, portanto, uma negação discursiva acerca das experiências dos grandes projetos de distribuição e armazenagem de água que já existia neste período. A construção da barragem de Sobradinho, por exemplo, localizada no Semiárido baiano, construída na década de 1970 foi pensada apenas para a produção de energia, expulsando, dos quais, muitos até hoje não foram indenizados. Ao contrário disto os grandes projetos na fala do secretário parece ser um milagre anunciado: “nós teríamos condições de alimentar a população do Ceará com seca ou sem seca”. Num cenário mais atual, convivemos com o drama da transposição do Rio São Francisco, que após dez anos de idealização, de políticas reivindicadas pelos ribeirinhos e pelas entidades de atingidos por barragens e de organizações populares, pouco ou quase nada foram efetivadas. Um exemplo recente trata-se da abordagem feita pelo próprio Globo Rural na edição do dia 25 de dezembro de 2016, em que se referiu a este projeto como uma das soluções para parte das regiões do Semiárido que continua “sofrendo” sem o acesso a água para produção.

Distribuição de renda reforma agrária, assistência técnica são reivindicações presente nos depoimentos das fontes que se misturam no mesmo cenário com o apelo social de ajuda vinda de “pessoas boas”, a assistência por parte do governo, Deus como única esperança, a chuva como saída. Nas respostas das fontes a seguir podemos perceber esta diversificação do discurso: “Um dos primeiros passos para que o nordestino deixasse de sofrer tanto, era uma reforma agrária que chegasse às mãos do homem trabalhador, a terra com assistência para ele trabalhar e tirar da terra a produção, o alimento pra ele com sua família (o líder sindical, José Expedito da Silva de São Tomé-RN);“ a solução é os maiores proteger os pobre que tão sofrendo, né?”(vendedor, - Natal RN, sem identificação do nome).

As fontes trazidas, por sua vez, nesta reportagem, são como porta-vozes de uma resposta aos problemas da seca, o que fica claro na entonação do âncora que “qualquer solução pra funcionar de verdade vai exigir a participação real de todos os brasileiros e principalmente dos próprios nordestinos, por isto a palavra é deles”, ratifica uma responsabilização destes sujeitos,os quais externam em suas falas os diversos sentimentos e opiniões sobre a seca.

A questão do acesso à água passa a ser tratado com muita veemência na seguinte matéria, que é assim chamada pelo âncora: “No Piauí a seca e a fartura de água convivem lado a lado, na verdade é como se fossem dois nordestes diferentes, um deles existe muita água, água sobrando, água que nem é aproveitada, no outro, um Nordeste seco, onde a grande batalha diária é a busca da água para matar a sede das pessoas, os limites destes dois nordestes se confundem, se misturam, dentro de uma só região ,de um só município”.

Aqui o âncora mostra o caráter denunciativo que esta matéria tem, na medida em que ela traz uma abordagem sobre o descaso de num mesmo município, onde as pessoas sofrem com a escassez de água para todas as atividades, enquanto que este bem precioso sobra nas grandes propriedades. O caso mostrado é no município de São João do Piauí – PI,todas as dificuldades mostradas giram em torno do acesso à água, enfatizando que se houvesse água disponível, as famílias,como a de Anita Cavalcanti,mulher que peregrina todos os dias com a lata d’água na cabeça,ou como ela mesmo diz,quando o carro pipa passa,para buscar água,como a de seu Brás que vai buscar água numa fonte distante,

em dois jumentos, com o auxílio de seu filho, como a família de seu Raimundo que caminhou 30 km transportando as ovelhas de seu irmão para não morrerem de sede, teriam como viver sem maiores dificuldades naquele espaço rural.

O enquadramento feito sobre estas realidades demonstra uma realidade difícil, massificando o discurso da inviabilidade de continuar naquele lugar, como se não houvesse ali outras realidades, apenas as marcas da seca. De acordo com Christofeletti, (2010), o enquadramento deve proporcionar ao receptor a possibilidade de enxergar outras realidades a fim de que este possa formar sua própria opinião. Se assim não transcorrer, a notícia pode se tornar restrita e distorcida. Os enquadramentos estão postos como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (GONÇALVES, 2005, p.160).

O que está em evidência não é mais a seca, mas a falta de estrutura hídrica pública. Os poços que são mostrados e que jorram água são de propriedades particulares, portanto trazidos para exemplificar que existe água naquela região, como é mostrado no mapa o potencial do lençol freático em oitenta por cento do território do Piauí, não tirando o mérito dos gestores públicos em resolver as questões locais. Servem, também, para denunciar o modelo de crédito agrícola vigente que só privilegiava os grandes proprietários, possibilitando perfurar poços em suas propriedades, enquanto que para o pobre e sem-terra este direito permanecia inacessível por uma série de questões ali levantadas, começando pela burocracia à falta de terra e de titulação das terras quando a estes pertenciam. Porque, quando o agricultor trabalha na propriedade alheia, não há possibilidade de fazer qualquer investimento financiado, já que o banco “quer a terra como garantia”, como enfatiza o agricultor José Jurandir que toma conta de uma grande propriedade.

Ao entrevistar o agricultor José Jurandir e o engenheiro agrônomo da EMBRAPA, o repórter faz perguntas que por si só já são afirmações colocadas na boca da fonte, apenas para serem confirmadas por ele. Por se tratar de uma fonte oficial, há neste sentido uma confiança na confirmação da resposta, além disto, mostra que depois de conviver com tantos cenários e afirmações das fontes, o repórter está diretamente envolvido com o cenário e as fontes e, portanto, faz o seu juízo de valor; esta aproximação é uma

característica marcante do programa. Nilson Lage (2001) considera ao classificar as fontes em fontes oficiais, oficiosas ou independentes, que elas são mais ou menos confiáveis que tal confiança dá-se no processo de conquista. Segundo o mesmo, as fontes oficiais são aquelas mantidas pelo estado em suas organizações, as oficiosas são ligadas a entidades ou pessoas, porém não são autorizadas a falar em nome delas, já as fontes independentes dizem respeito a organizações não institucionalizadas.

A característica de aproximação presente nesta reportagem, levou-nos a entender que, dada a convivência de Sérgio Roberto Ribeiro, tanto como repórter quanto âncora, o mesmo estava convencido de que já tinha uma resposta para aquela situação vivenciada e que ela devia ser colocada na boca de um especialista. Destacamos que, durante toda a reportagem, apenas dois repórteres apareceram nas coberturas: José Hamilton Ribeiro e Sérgio Roberto Ribeiro. Este último, agora na condição de repórter, faz a seguinte pergunta ao engenheiro agrônomo da EMBRAPA, José Herculano: “quer dizer que o problema do Nordeste não é água”? A fonte, categoricamente, responde: “Não, absolutamente, o problema do Nordeste não é água, água é apenas um componente do problema do Nordeste, existe muitas outras coisas que fazem com que a seca seja este flagelo no Nordeste. Não se pode creditar isto, simplesmente a água.

De forma conclusiva o programa faz uma escolha assertiva, ao optar por deixar para o final uma fonte que tem conhecimento de causa, que pesquisa dentro da área debatida durante toda a reportagem e que fecha ancorando com muitas das fontes, que também concordam e justificam que o problema do Nordeste vai além de um fator climático, tido como seca, sem desmerecê-las. O discurso, nesta reportagem do contexto de 1983, assume uma natureza de denúncia sobre os contrastes encontrados, como afirma o âncora “num só Nordeste”, voltados principalmente para a escassez e o desperdício de água. Após esta conclusão, a reportagem encerra com a exposição de imagens que contrastam as diversas realidades mostradas em um só cenário, como o poço que jorra e desperdiça água nas grandes propriedades e os homens e mulheres que peregrinam com a lata d’água na cabeça ou com os jegues e crianças que buscam água nos carros pipas ou nas fontes longínquas e escassas. O discurso imagético aqui presentificado consolida toda a produção discursiva, ao concordarmos com Paternostro que afirma que a imagem fala mais que o próprio texto.

Coincidência ou não, as adversidades trazidas desde o início da reportagem, presentes nas diferentes fontes, e os lugares de onde falam, que por si só transmitem e produzem o seu discurso, confundem com a adversidade de imagens contraditórias trazidas ao final da reportagem que, também por elas mesmas, emitem o seu discurso e produzem sentidos.

O gênero opinativo é identificado em dois momentos da reportagem pelo âncora. No primeiro, ele ressalta que “qualquer solução pra funcionar de verdade vai exigir a participação real de todos os brasileiros e principalmente dos próprios nordestinos”. No segundo, ele faz uma inferência propositiva sobre uma forma alternativa de captar água dos poços artesianos, “em alguns lugares é preciso uma bomba pra puxar a água como num poço, uma bomba que poderia ser movida por um catavento, por exemplo, sem gastar combustível”. Neste caso, a notícia ganha um valor de interpretação, que além de informar, também orienta. Analisamos que neste particular o GR se desloca do padrão “Globo de qualidade” o qual, segundo Prado (1996), está ideologicamente voltado para manutenção de uma estética de qualidade influenciado pelo modelo norte-americano. Tal qualidade está também relacionada ao seguimento das normas padrão de um telejornal, como por exemplo, não fugir nem emitir opinião para além do que está descrito no *teleprompter*⁷. Neste caso, a figura do âncora agrega valor à informação por não ser considerado dentro da programação do GR como um mero apresentador ou um modelo de

“apresentador-ventríloco”, descrito por Eliseo Véron (1983), em que o apresentador é considerado como um mero ponto de passagem do discurso informativo, um suporte neutro que não utiliza qualquer operador de modalização. Os apresentadores do *Globo Rural* exploram, ainda que de modo restrito, o espaço físico do estúdio com a exibição de cartas, folhas, sementes e produtos do campo, ao lado da movimentação corporal provocada pelo manuseio desses itens (MAIA, 2011, p. 107).

Ao analisarmos esta reportagem do ano de 1983, imaginávamos que o discurso que mais se apropriaria seria o do conceito de seca como fenômeno naturalizado, um discurso de apelo. Identificamos discursos controversos e diversos, o que recorre ao apelo da seca e o que denuncia o estado de seca como indústria de manutenção desta situação.

⁷Equipamento ótico acoplado à câmera para permitir a reprodução do *script* diante da lente. Possibilita a leitura do texto pelo apresentador sem que ele tire os olhos da direção do telespectador.

Agricultores, pesquisadores, lideranças apontam questões estruturantes, como a inexistência de uma Reforma Agrária, de uma política de crédito agrícola, como soluções para o problema da falta d'água e de alimento. Concluimos que, para o contexto político da época, esta reportagem trouxe uma característica peculiar, muito à frente de seu tempo, ao compararmos, por exemplo, que em 2012, ainda no mesmo programa, há questões que continuam presentes no discurso e que para o contexto contemporâneo consideramos ultrapassadas, como o discurso dos grandes projetos, a transposição do Rio São Francisco e etc.

4.1.2 Analisando a reportagem 2: Bahia tem a pior seca dos últimos 30 anos

Trata-se de uma grande reportagem que traz um panorama anunciado pela âncora, de como as pessoas estão vivendo com a seca no ano de 2012, considerada a maior dos últimos 30 anos pela mídia. Diferente da reportagem anterior, esta envolve um número maior de repórteres e as coberturas abrangem quase todos os estados da região Nordeste.

O cenário que é mostrado é de um lugar que está verde, reforçado pela abertura do repórter: “a terra molhada indica que choveu a poucos dias”. No fragmento a seguir deste texto já notamos uma questão que está diretamente ligada ao discurso das perdas de lavouras anuais, como milho e feijão que são recorrentes em todas as secas. Ao analisarmos este texto: “no entanto para os agricultores de olheiras no Piauí a chuva veio tarde demais. Pequenos produtores como Seu Antonio José vão colher alguma coisa. Mas a roça de milho rendeu bem menos do que ele esperava”. De acordo com Malvezzi (2007) no semiárido não chove pouco, a chuva que é irregular e má distribuída no tempo e no espaço, ou seja, é comum cair uma chuva em uma localidade e próximo a esta localidade não chover nada e quanto ao tempo, pode chover numa noite o que estaria previsto para um ano todo.

Em quase todo o Semiárido baiano, por exemplo, choveu muito no mês de janeiro, enquanto que passou o resto do ano sem chover; o município de Barro Alto registrou mais

de 700 milímetros de chuva só em janeiro. Então, quando o repórter diz que a chuva veio tarde demais, ele deixa de problematizar a questão das culturas adequadas para o cultivo no semiárido, pontuar que há culturas de ciclo curto que produzem com menos chuva e que o milho e o feijão a depender da variedade não há chuva suficiente em algumas regiões do Semiárido que garanta a conclusão do seu ciclo produtivo.

Só para exemplificar, o território de Irecê, conhecido mundialmente como a capital do feijão, cultivou em larga escala até o final da década de 1990 as variedades de feijão carioca, uma variedade tardia e que exigia muita chuva, mas por conta da alta qualidade dos solos e das chuvas até então regulares conseguiam produzir com sucesso. Quando houve uma alteração no ciclo das chuvas e uma diminuição das lavouras devido ao manejo violento e descontrolado do solo com maquinários agrícolas aliado ao uso dos agrotóxicos, os agricultores começaram a mudar suas práticas depois de muitos anos de perdas consecutivas. Atualmente esta variedade de feijão quase não é mais cultivada, sendo substituída pelo feijão vargem roxa, o feijão de corda e o caupi, todos estes de ciclo curto e mais adaptados ao clima.

A abordagem do GR sobre as lavouras perdidas ainda não avançou para problematizar como tem feito em outras questões, a fim de mostrar por meio de fontes especializadas, as implicações técnicas que estão implícitas no discurso midiático sobre tais perdas, prevalecendo ainda como vilão a falta de chuva. De acordo com Malvezzi (2007) o Semiárido Brasileiro é o mais chuvoso do mundo, assim, se os agricultores plantassem cultivares adaptadas para as adversidades do clima, amenizariam os problemas causados pela irregularidade das chuvas, a qual ocasiona em perdas de lavouras inteiras.

A citação abaixo retrata bem o que mencionamos sobre a irregularidade das chuvas no SAB e novamente o cultivo de culturas, como o milho, que precisa de chuvas em maior quantidade e de forma regular: “as chuvas no Piauí costumam ocorrer em Dezembro, mas este ano não foi isto que aconteceu aqui na região de Oieiras, no mês de fevereiro praticamente não choveu, são 19 mil agricultores prejudicados com perdas superiores a 90 por cento. O seu Antonio Inácio plantou milho pela terceira vez e perdeu, agora ele aguarda a chuva para semear a lavoura de novo”. Os discursos do flagelo das lavouras perdidas, da falta de água, são tidas no senso comum como reprodução do discurso, conceito este que não reconhecemos sua existência, concordamos que há uma repetição

de discurso, já que a rememoração do passado segundo Gregolin (2007), ajuda a construir uma materialidade contemporânea.

A decretação do estado de emergência dos municípios é noticiada como algo positivo, quando parece que estes municípios vão receber recursos para resolver os problemas causados pela seca. A notícia não via além para questionar que tipo de incentivos ou políticas são atendidas pelo “estado de emergência” que beneficiarão os municípios. O repórter Isaias Malhado, ao falar da situação de seca em Feira de Santana Bahia, questiona o agricultor se ele não têm seguro safra. O agricultor responde que não. Isto não contribui em nada para a matéria, já que ao questionar se o agricultor tem o seguro safra, ele deixa claro que existe esta política e se o agricultor não tem quais motivos que fizeram com que ele não tivesse acesso?

Recursos como infográfico e mapas, dando a localização dos lugares de onde está falando, é um importante recurso imagético utilizado pelo programa para apreender a atenção do telespectador. A sonora do meteorologista representa algo diferenciado no GR. Dificilmente, ou quase nunca, o programa tele jornalísticos trazem especialistas para falarem das causas de uma seca, como esta análise trata-se apenas do GR, atemos aqui para ele. As causas que tem provocado a falta de chuva são informadas tecnicamente pelo profissional da área, deixando claro que temos neste particular um problema relacionado ao clima.

A falta de água de qualidade para beber é abordada na matéria feita em Alagoas. Aqui o contexto em que se inserem as fontes e as imagens se faz presente, ao falar das lavouras, das fontes de água inadequada para o uso doméstico. Para Van Dijk (1990, 1993) o contexto assume uma importante função na produção do discurso e na recepção do conteúdo, pois ajuda na configuração imagética do lugar em que está falando. Ao chamar o outro repórter para dar a notícia da seca no estado de Pernambuco, o GR explora o recurso da câmara, ela percorre em movimento por um solo todo rachado, é um plano fechado e se tratando de um plano fechado, esta imagem pode ter sido a imagem de uma fonte de água que secou e, pela sua característica, por ser um terreno onde acumulou água por muito tempo, ao secar abre fissuras no solo.

Quando o discurso não é claro, o analista pode por meio da AD crítica e da perspectiva dialógica, questões presentes nesta pesquisa, trazer o seu ponto de vista. No caso citado a cima, recorremos a Gregolin (2007) que nos tranquiliza ao afirmar que “ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente”. Sendo isto, acusamos uma supervalorização da imagem que capta apenas um recorte e não uma área por inteira. A falta de clareza no enquadramento leva-nos a levantar suposições permitidas num processo de análise e debruçar sobre a possibilidade de mais de uma escolha de abordagem, expectativa defendida por Christofeletti (2010), que defende que o enquadramento não deve ser restrito, parcial ou distorcido.

Sobre o uso da imagem, Kossoy (1999) faz menção aos modos de captação da imagem; ele fala de um campo imaterial, o qual possibilita elaborar uma idéia mental ou culturalmente. O aspecto mental tem a ver com o enquadramento voltado para o apelo psicológico (BETSON, 1972) explorado pela mídia sob a perspectiva da persuasão. Já o que está implícito na construção cultural, relaciona-se justamente com a produção, rememoração e repetição (Gregolin,2007) do discurso midiático, aspectos estes que o torna oficializado. Assim, a imagem do solo rachado recorre aos estereótipos da terra seca, inviável, improdutiva. Passavento, (2008) e Aumont, (1994) também concordam que fazemos a leitura de uma imagem a partir do que está guardado em nosso imaginário e que, quando a olhamos, logo ativamos esta percepção. Se as manchetes e chamadas, ao noticiarem a seca, recorrem a uma imagem padronizada que sobe para o telão e que historicamente tem sido a imagem utilizada, concordamos com os autores a cima, que esclarecem que a mídia recorre aos aspectos psicológicos e da memória.

Ao falar do estado de seca em Floresta PE, o repórter Franklin Portugal é incisivo na apresentação do discurso de flagelo sobre a seca, deixando claro que se trata de uma situação dramática, utilizando adjetivos como “no dia a dia difícil da seca” para dar valor a esta dramaticidade. Charaudeau (2006) enfatiza que a informação tratada como espetáculo leva ao risco de ultrapassagem das instruções do contrato que está posto, que é informar, reduzindo ao discurso propagandista e promocional, portanto ao considerar o telespectador como sujeito ativo no processo de comunicação, ele também o responsabiliza pelo tipo de abordagem: “Se olharmos para o público que se informa,

reconhecemos que ele é co-responsável do processo de espetacularização do mundo que as mídias nos propõem” (CHARAUDEAU 2006, p.253).

É recorrente o discurso da inviabilidade pecuária e agrícola no SAB, as fontes que aparecem ou são plantadoras de feijão e milho, ou são criadoras de gado, como dona Clara, seu Severino, seu Ulisses. Por um lado, isto reforça o discurso de que não é viável continuar cultivando lavouras inapropriadas e animais de grande porte que consome muita comida e água. Por outro, quando estas questões aparecem com um discurso recorrente de falta de comida, de água e que resulta num triste fim, que é perda de lavouras ou perda dos animais, sem dizer que existem outras formas de criar e plantar nesta região, o discurso jornalístico reforça o estereótipo de que a região é castigada, inviável, improdutiva e sem condições de habitá-la. Albuquerque Júnior (2011) fala de um distanciamento do lugar de fala da mídia para o lugar em que está falando ao se referir ao Semiárido Brasileiro. O “lá” no Sertão Semiárido, muitas vezes assim referenciado, denota uma visão do lugar atrasado, inviável, com dificuldades inclusive de acesso. Ainda sobre este aspecto do discurso recorrente e repetido, Pinto (2002) ratifica que o discurso jornalístico se constitui da hibridez de outros discursos que o antecedem.

Ao tratar da comida para o rebanho, deixa claro que o criador buscou alternativas de explorar um tipo de alimento que resiste à seca e é rico em água, o mandacaru. “Na fazenda de seu Ulisses esta cena virou comum, o gado com fome e sede para de reagir ao auxílio, a saída é queimar mandacaru, um tipo de cacto da caatinga, na alta temperatura os espinhos deixam de ser uma ameaça para o rebanho. O mandacaru é servido junto à macambira, o alimento é disputado com desespero pelos animais. A nota pé⁸, estratégia muito usada pelo GR, ajuda a fazer a relação do assunto que está em discussão, a fim de dar uma resposta, quando não consegue entrevistar os responsáveis por determinadas informações. No final da matéria, os âncoras apresentam duas notas do Ministério da Integração Nacional e do Ministério da Agricultura. A nota pé é uma

⁸Pequena informação lida pelo apresentador para complementar alguma informação que não foi veiculada na matéria ou chegou de última hora na redação, serve também para fechar a informação dada por determinada fonte, como forma conclusiva da redação (INSTITUTO FEDERAL, 2016, p.2).

informação complementar que é lida pelo apresentador ao final da matéria (METODISTA, 2016, p. 01).

Se tivéssemos que já neste tópico tecer uma análise comparando as duas reportagens, diríamos que a de 1983 é mais progressista do que a de 2012, tendo em vista que o discurso da falta de água, num cenário mais propício de desenvolvimento de políticas públicas, ainda foi recorrente. A abordagem insistente da seca como catástrofe com foco nas lavouras perdidas, nos animais em processo de dessedentação, apontaram para a permanência do discurso da seca como natural, em que mesmo depois de considerarmos que este contexto faz parte do que está implicado o paradigma da convivência com o semiárido, parece que neste sentido pouca coisa avançou ao produzir este discurso.

4.1.3 Reportagem 3: feira agroecológica em Remígio e tecnologias de convívio com a seca ,Solânea – Paraíba.

Esta terceira e última reportagem têm como gancho jornalístico a abordagem sobre as tecnologias de convivência com o Semiárido. Ela mostra os dois lados de um mesmo semiárido, “castigado” pela seca. Apresenta “os dramas dos agricultores”, bem como um Semiárido viável e produtivo por meio das tecnologias consideradas pela ancora de “técnicas simples e barata mesmo com tanta escassez de água”. O discurso do GR apropria-se inicialmente de uma situação já conhecida, de uma abordagem comumente feita nos telejornais sobre a seca. Leitão e Santos (2011) atribuem isto a um fenômeno que está posto para agradar a opinião pública e conformá-la dentro de um discurso padronizado. “A seca parece ser o único tema, a categoria central na qual todos os questionamentos sobre o sertão devem encaixar-se para ser mostrado nos jornais sem chocar ou frustrar o modelo pré-estabelecido pelo senso comum.” (LEITAO e SANTOS, 2011, p.153). A mesma autora justifica que a materialidade do discurso jornalístico, ao recorrer a outros discursos, tem em vista a rememoração que tem como objetivo extrair do discurso do passado, inclusive já consolidado, a interpretação contemporânea.

Ao abrir a reportagem que vai falar de tecnologias para a convivência com os semiárido, recorrendo primeiro ao discurso da seca como flagelo, percebemos o risco da antecipação (Pêcheux, 1995) do telespectador, o qual pode já extrair suas conclusões precipitadas de um semiárido seco e sem vida, caso não tivesse acesso ao conteúdo de toda a reportagem. Brandão (2002, p.36) diz que “em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso”.

Aqui reconhecemos que ao trazer duas abordagens em uma mesma reportagem, este discurso propicia ao telespectador conhecer o cenário de seca comumente mostrado todos os anos nos veículos de comunicação, portanto dá uma opção de enquadramento, onde o telespectador possa tirar suas conclusões e fazer seu juízo de valor ao ampliar este cenário de seca, para um ambiente também verde, como predomina nesta reportagem, os lugares de fala das fontes, onde prevalece ali as inúmeras maneiras encontradas pelos agricultores, testadas, intercambiadas e consolidadas enquanto tecnologias eficientes, “adaptadas, simples e eficaz”, como enfatiza a repórter Beatriz Castro. O enquadramento utilizado neste caso proporciona, segundo Beteson (1972), a uma abertura de possibilidades de enxergar o contexto midiático a fim de que o telespectador tenha condições de formar sua opinião e tirar suas conclusões sobre o assunto.

Por outro véis, não consegue romper de antemão com um discurso historicamente reportado nos veículos de televisão sobre o SAB, então primeiro atende a este apelo midiático, reportando à calamidade, à miséria e ao flagelo, para só depois abordar o que há de novo e diferente em meio a toda esta desgraça causada pela “seca”: “Terra seca, pouco pasto, açudes e barragens sem água, a estiagem não dá trégua”, estamos no semiárido da Paraíba, região que desde o ano passado vem sofrendo com a forte estiagem, agora em Março deveria estar em plena época de chuvas, o chamado inverno que vai até meados do ano, deveria, mas o que choveu até agora por aqui ainda não foi suficiente para animar os produtores para o plantio”. O semiárido paraibano tem sido um cenário recorrente presente nas reportagens que abordam a seca, tanto do ponto de vista

deste discurso crônico da seca, bem como do discurso moderno sobre a convivência com o Semiárido.

Ao produzir os dois discursos sobre a seca, Gregolin (2007) lembra que a mídia é um dispositivo social que, ao mesmo tempo em que opera no sentido de produzir deslocamentos e desterritorializações, também cumpre funções sociais básicas, que estão no campo do tradicional, sendo desempenhadas por alguns mitos, como a reprodução de imagens culturais; neste caso podemos citar uma imagem recorrente nos discursos de seca, que é a imagem do agricultor plantando e olhando para os céus e pedindo a chuva, característica presente na segunda reportagem; o outro mito é a generalização, característica muito presente no discurso da seca na primeira e segunda reportagem, onde a seca é tratada nesta perspectiva como um mal generalizado que provoca todas as mazelas, o terceiro mito é a idéia de integração social dos indivíduos; essa se dá pelo sentimento de miséria causado pela seca que traz o apelo principalmente focada em campanhas e ajudas ao povo do Nordeste, vimos este mito ser potencializado na primeira reportagem.

Gregolin (2007) nos lembra que: “esses modelos de abordagem do discurso midiático estão assegurados em um processo de ritualização, ou seja, há um modelo definido para isto, os quais “são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. (GREGOLIN, 2007, p.17). Todo este processo corrobora para a permanência dos estereótipos. Percebemos que à abordagem de uma perspectiva nova, como a da convivência com o semiárido, está contemplada na idéia de deslocamento e o discurso recorrente que se repete busca cumprir uma função básica, já esclarecida por Gregolin (2007). A esta relatividade discursiva, Foucault (2002), pontua:

Ninguém entrara na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências, ou se não for de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente, nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição previa, a disposição de cada sujeito que fala ((FOUCAULT, 2002, p.37).

Assim, fica claro que o discurso da convivência é um tema que precisa estar relativizado com o discurso da seca como flagelo, este último, por sua vez, no nosso entendimento, é caracterizado como uma região do discurso aberta a todos os ventos, como classifica Foucault (2002). A imagem da vegetação e dos animais reforça este discurso do lugar comum e estereotipado da seca. Prevalece, neste sentido, como prioridade, os valores-notícia, indispensáveis à seleção e construção da notícia. Mauro Wolf (2002) afirma que os valores-notícia são critérios utilizados pelos jornalistas para escolher um acontecimento que vai virar notícia, em detrimento da exclusão de outro. De acordo com Traquina (2005), o valor - notícia que definiu o critério de noticiabilidade e levou o GR a veicular em primeira mão a seca como catástrofe e só depois retratar o aspecto da convivência, foi o valor - notícia caracterizado como relevância, aquele que provoca um impacto sobre as pessoas, uma região ou nação.

“Os efeitos da pior seca dos últimos anos, por toda região, foram sentidos em menor ou maior quantidade pelas famílias, em tempos difíceis assim, o que faz toda a diferença é a tecnologia, adaptada, simples, mas muito eficaz”. A partir daqui a repórter traz o mote do que ela quer mostrar, portanto, necessitou recorrer primeiro ao discurso institucionalizado, presente na vontade de verdade, explicitado por Foucault (2001). Os cenários antes de vegetação seca morta, de vacas magras e lavouras perdidas agora passam a ser substituídos pelas cabras e vacas gordas na cocheira, pelo campo verde e a palma verde, pela casa da família estruturada.

Plantas forrageiras e nativas da região como a palma são utilizadas pela família de seu Erenilson e dona Marinalva como ração animal, mostrando que é possível aproveitar a forragem em períodos de chuva, enquanto está verde para fazer o silo e guardar comida para o período de seca, que chega todos os anos com maior ou menor intensidade. A tecnologia de guardar alimento no Semiárido é explicada por Carvalho (2014) como a cultura do guardar tida como uma prática antiga nas comunidades rurais. As sementes guardadas, trocadas, também originam desta prática. O que era feito de forma cultural pelos agricultores e agricultoras agora é incentivado por entidades, sindicatos e associações de agricultores para guardá-lo das sementes crioulas, ameaçados pela indústria das sementes transgênicas.

Uma passagem interessante ao mostrar o agricultor Erenilson dando comida produzida por esta cultura do guardar aos animais trata-se de uma imagem de um boi gordo na cocheira. Reafirmamos o tempo todo o discurso do manejo de animais de pequeno porte no SAB, portanto este exemplo serve para fazermos uma leitura sobre as condições que o agricultor implementou em sua propriedade para ter comida suficiente e água para criar animais de pequeno porte. O que tem sido combatido no discurso da convivência é a forma como a maioria dos pequenos produtores cria gado nesta região, sem criar as condições básicas.

Neste caso, precisa-se tomar cuidado com a afirmação de alguns discursos ainda impregnados no paradigma da convivência com o semiárido a respeito deste, por exemplo, é possível que o agricultor crie gado sim no SAB, desde que passe a utilizar técnicas viáveis, como já faz seu Erenilson. Nesta mesma linha não se pode, por exemplo, ficar preso ao discurso da cultura tida como um patrimônio tradicional, por exemplo, o ato de pilar milho no pilão, carregar água na cabeça, dormir à luz de candeeiro, sendo que todas estas práticas recorrem a um tempo em que eram tidas como únicas tecnologias e que ao surgirem outras mais viáveis, os agricultores foram se adaptando, como sempre fizeram em seu cotidiano rural, a partir das invenções a fim de melhorar sua vida. Podemos ter um pilão, um alforje, um barril em nossa casa, portanto estes objetos estão muito mais presentes no cenário urbano, como utensílios de decoração do que no espaço rural, porque as pessoas que estão no campo sabem muito bem as lembranças que estes trazem e em que circunstâncias foram usados.

Da mesma forma é a imagem que se produz sobre o mandacaru, a vaca morta, a caveira e o solo rachado, são geralmente as imagens mais expostas em lugares externos ao SAB, porque para quem habita esta região, este tipo de imagem recorre a calamidade, sofrimento, fome, êxodo e não carecem ser lembradas. Acreditamos que com o paradigma da convivência com o semiárido que possibilitou outro olhar sobre esta região, também tem tendenciado uma produção de outra imagem por quem povoa e vive deste lugar.

O manejo das galinhas de forma diferenciado, os dois modelos de cisternas para a captação de água de chuva, os canteiros econômicos e uma horta de jirau⁹, tida pela repórter como “uma obra de engenharia”, que aproveita toda a água, pois a água que cai na horta de cima que seria desperdiçada é reaproveitada por uma horta que fica embaixo, são trazidas como técnicas simples que fazem parte de uma concepção de aproveitamento de todos os recursos disponíveis na propriedade.

Além destas tecnologias, todas as demais apresentadas, como a barragem, a silagem, o tanque de pedra, cerca de pedra, cerca viva como na propriedade do agricultor Luis, são enfatizadas na pergunta da repórter a fim de entender de onde vem este saber, os agricultores e agricultoras respondem que é fruto de intercâmbios, feiras e visitas com outros agricultores, os quais são reconhecidos pela ASA (2011) como agricultores experimentadores. Ao dá ênfase às tecnologias simples e baratas, lembramos que o GR surge num contexto em que as fronteiras agrícolas estavam se expandindo e por muito tempo as abordagens do GR estiveram somente voltadas para o Agronegócio, com narrativas sobre gado leiteiro, produção de soja, grandes criatórios de frangos e de peixe, entre outros. Isto fica claro na análise de Jussara Maia (2011).

o mundo reconfigurado pelas escolhas de abordagem dos assuntos revela nuances que favorecem a identificação do homem do campo mais restrito às regiões do país onde o desenvolvimento tecnológico, que foi apagado lá do aspecto visual do programa, foi empregado para industrializar os sistemas de plantio, colheita e comercialização. É para este perfil de audiência que o programa se destina de modo especial, ao abordar as modernas tecnologias de manejo e de cultivo, atenta às inovações que colaborem com a produtividade do campo. É um olhar que se volta para a perspectiva de grandes produtores que há duas décadas se localizavam mais especificamente no Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste e, através das exportações e a partir das exigências do mercado internacional, inscreveram as inovações tecnológicas na sobrevivência de seu negócio. Nos últimos anos, com a crescente profissionalização do campo e a ampliação das fronteiras agrícolas, a atuação dos agricultores vem se estendendo, gradativamente, para o resto do país. Por isso, o referencial de homem do campo endereçado pelo *Globo Rural* não é, preferencialmente, aquele típico do interior do Norte e Nordeste, sozinho, adepto da agricultura familiar, distante da estrutura organizada das cooperativas, desprovido de escolaridade e cheio de dificuldades para desenvolver sua produção. Este, quando aparece, é para exemplificar os

⁹ Horta erguida sobre uma camada feita de varas e madeiras, com o intuito de ficar suspensa do solo, para se proteger do ataque de pequenos animais, como galinhas. A água que cai em baixo do jirau, já molha a segunda horta que fica em baixo.

desacertos em contraposição com os casos de outros agricultores, mais bem-sucedidos, que souberam buscar o apoio dos especialistas em institutos de pesquisa, universidades e órgãos públicos (MAIA, 2011, p.18).

Portanto, a temática sobre a seca no semiárido Brasileiro pauta o programa já no seu início com a reportagem especial sobre a seca de 1983, da qual analisamos. Não podemos aqui adentrar numa análise que venha a questionar sobre o que mais predomina ou em que frequência a seca é debatida no programa, visto que o objetivo deste estudo é apenas analisar o discurso da seca. Ao discordar de Maia (2011) sobre o tipo de análise que a mesma opera ao tratar dos pequenos agricultores na programação do GR, afirmamos que o modo de endereçamento do programa também tem contemplado o pequeno agricultor com suas experiências e inventos, devendo-se inclusive ao que já mencionamos no início desta investigação, ou seja, ao atendimento de uma demanda de um público novo; neste caso, a agricultora familiar, tendo em vista a corrida da TV pública pela disputa e conquista de sua audiência.

A experiência da feira agroecológica em Remígio - PB reforça o discurso da viabilidade econômica e da qualidade de vida das pessoas que vivem e produzem no campo de forma alternativa. A autonomia e a auto-estima são valores presentes na fala dos sujeitos envolvidos nesta atividade. A agricultora dona Marinalva fala que é dali que ela tira o seu dinheiro e ajuda na complementação da renda familiar: “Esta feira representa muita coisa, foi um meio de um ter meu dinheirinho e melhorar a qualidade de vida em casa com meus filhos, mim sinto valorizada e muito”. Isto desconstrói o discurso da dependência e da espera pelas medidas paliativas do governo ou a ajuda de outras pessoas, como aparece de forma intensiva na reportagem 01(um).

A fartura, bem como a feira, é tratada na reportagem como resultados de um trabalho alternativo, diferenciado, que envolve toda a família e que acumula o saber partilhado com outras famílias agricultoras. “São tecnologias simples como esta que estão garantindo a seu Luis e dona Eliete um bom estoque de comida na dispensa e mesa farta, mesmo em época de seca severa”. O final deste texto é autoexplicativo, mesmo num período crítico, adjetivado de “severo” pela repórter, o Semiárido é viável e produtivo, considerando outra perspectiva de enxergá-lo e de estar aberto, no caso dos agricultores, para experimentar uma nova cultura do saber, consolidado na qualidade de vida que resulta no que reforça

dona Eliete, a esposa de seu Luis: “aqui a gente não passa fome não e nunca falta, sempre tem né, graças a Deus”.

Retomando o que falamos sobre o cuidado que devemos ter com a afirmação de alguns conceitos, Deus, por exemplo, faz parte de uma categoria de análise em todas as reportagens e da mesma forma que não podemos condenar a todo custo a criação de gado no semiárido, não podemos analisar o apelo a Deus, da mesma forma que analisamos, como ele aparece aqui na fala de Eliete, por tratar de concepções e contextos diferentes. Esta é a única reportagem, dada a sua narrativa e seus elementos, em que Deus aparece no discurso como uma forma de agradecimento. Aqui ele está posto considerando uma cultura de fé do povo sertanejo, mas que se trata de uma fonte que fala do mesmo, sem recorrer ao apelo, porque diferente das outras fontes, ela fez a sua parte de sujeito ativo no cenário da seca, que não ficou esperando pela ação governamental e nem dirigiu a responsabilidade de mudança a este Deus.

A opção de encerramento da reportagem foi pela passagem de imagens, uma característica predominante do GR, nas reportagens que analisamos. Imagens do facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), planta típica da Caatinga da família das cactáceas, verde e vistoso ao lado do tanque de pedra produzem sentido sobre a vida naquele lugar. As cabras, a casa da família bem estruturada, pintada, com antena, bica luz elétrica, moto, enfatiza que o SAB não é mais o lugar do atraso, da invisibilidade, da imagem cinzenta e inóspita. A imagem do mandacaru já foi analisada na primeira reportagem, ao compararmos como a imagem tem sido utilizada como enquadramento discursivo ao se tratar da seca como flagelo e ao se tratar das viabilidades do lugar.

Os elementos imagéticos que retratam a infraestrutura da família, como casa, transporte, antena, geladeira remetem a uma discussão trazida por Albuquerque Jr. (2012) que ao discorrer sobre como se deu o processo de formação do semiárido, vai deixando claro que este é o lugar produzido e concebido para o tradicionalismo, enquanto que o Sul e o Sudeste estão para o modernismo, cunhado no desenvolvimento local. Infelizmente, como afirmou Fávero e Santos (2002), o conceito de Semiárido ainda está muito voltado para o espaço rural, o lugar do atraso e à luz de Albuquerque Jr, (2012) é possível trazer esta comparação para mais próximo da nossa realidade, onde é produzido um desnivelamento

discursivo entre campo e cidade, mesmo os dois fazendo parte do contexto da semiaridez e se complementam.

Isto é visível na distribuição das políticas públicas e na produção do discurso arraigado a um semiárido do atraso, da invisibilidade atribuída diretamente ao meio rural. E esta questão retoma outras que já fizemos aqui, por exemplo, o discurso da cultura tradicional das formas de vida no campo, num passado bem recente, como a falta de energia, para quem está na cidade, ali é o lugar do sossego, mas não quer experimentar viver as dificuldades da falta de luz e infraestrutura mínima.

Encerramos a análise desta última reportagem evidenciando a presença novamente de dois discursos, o que diferencia é que nesta há uma definição clara do paradigma da convivência com o semiárido, como uma forma nova de abordar a seca, ampliando o enquadramento sobre as viabilidades do SAB, ficando claro que não é a falta de chuva que piora as condições de vida do lugar, mas a continuidade de práticas que já estão ultrapassadas, que deram certo em outro contexto, mas que neste não se aplica mais. Para tanto, a família necessitou descobrir novas maneiras de enfrentar a seca quando tem de enfrentar, mas com as alternativas adaptadas a palavra não enfrentamento deixa de existir, assumindo o lugar da convivência, da observação, da experimentação.

Consideramos que o discurso da convivência com o semiárido está ancorado numa estratégia midiática definida por Gregolin (2007) que diz que “o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico”. Aqui, consideramos a convivência como um momento histórico, onde dissipa do discurso do combate. Desta forma, a mídia tem buscado capitalizar este novo discurso como estratégia de abordagens novas e de endereçamento voltado para um novo modelo de agricultor, voltado para a prática agroecológica.

4.2 ANÁLISE GERAL CONCLUSIVA DAS REPORTAGENS

No cenário da seca de 1983, percebe-se que o programa produz sentido sobre a seca no semiárido, reforçando valores traduzidos na maioria dos telejornais da TV brasileira, como apelo social para ajuda aos flagelados da seca, a responsabilização a Deus, os usos generalizados do termo Nordeste, o termo região seca, questões estas percebidas muito fortemente na primeira reportagem. Portanto, neste mesmo cenário, outros discursos são traduzidos de forma muito clara tanto pela maioria das fontes entrevistadas: sindicalistas, agricultores, especialistas, representantes do governo, como pelo próprio *script* (texto jornalístico) apresentado pelo âncora e repórter, trazendo uma denúncia ao sistema fundiário, à falta de políticas de crédito, ao dilema dos grandes projetos estruturantes, como a construção das barragens e a falta de uma reforma agrária que garantisse a terra, como base produtiva familiar. Neste caso, percebemos a presença de dois discursos que se contradizem em uma mesma reportagem, como já lembramos, em Leitão e Santos (2002), isto deve-se a uma estratégia recorrente da mídia em se reportar a um discurso que já está posto, a fim de não ir de encontro com o padrão estabelecido, nem provocar uma ruptura na percepção já produzida, de seu público alvo.

Já no cenário da seca de 2012, alguns destes discursos ainda aparecem de forma mais tímida; trata a seca, como já visto, a partir da delimitação do Nordeste e não do semiárido, já que a seca que é mostrada não diz respeito a toda parte geográfica do Nordeste. Carece, pois, deixar claro, a delimitação da região definida como semiárida, dada a sua definição justamente levando em conta a precipitação pluviométrica principalmente. Assim, não fica claro que, por exemplo, o estado do Maranhão localizado no Nordeste não faz parte do semiárido e que o norte de Minas Gerais que não está no Nordeste compõe o Semiárido brasileiro. Por outro lado, o apelo social sobre as campanhas para o Nordeste, o discurso religioso, Deus como centro da resolução dos problemas e a espera pelos governantes, não aparecem mais.

Concluimos, então, que no discurso da seca de 2012, o homem e a mulher do campo aparecem como protagonistas de sua história, sem tirar a responsabilidade dos gestores na inserção de políticas públicas como o Garantia Safra, o acesso às tecnologias, o carro pipa ainda como uma saída pontual para o abastecimento de água; portanto é evidente que, ao contrário do discurso sobre o cenário de seca de 1983, as pessoas se auto

afirmam como sujeitos que buscam saídas. Aqui está clara a mudança nítida do discurso jornalístico da primeira e da segunda reportagem para a terceira.

Conclui-se que o discurso do semiárido como região totalmente seca e o termo Nordeste tratado de forma generalizada, como o lugar de ocorrência das secas (o polígono), se faz presente nas três reportagens com questões e conceitos que foram sendo ditos ao longo destes períodos de seca como conceitos de verdade. Questões estas que se devem à forma como foi concebida as primeiras delimitações políticas e geográficas do SAB. Assim, prevalece, aqui, uma vontade de verdade trazida por Foucault (2001), já que o telejornalismo recorre ao discurso institucionalizado, a exemplo dos órgãos técnicos de pesquisa, do saber científico e do próprio discurso midiático para produzir este sentido sobre esta região. Por outro viés, conceitos com forte inserção ao apelo religioso, o discurso da passividade do sertanejo como aquele incapaz de recriar condições de sobrevivência, não se fazem presentes na terceira reportagem. Nesta, o discurso traz como elemento novo a capacidade de invenção tecnológica e o ambiente rural do semiárido como lugar de possibilidades, não mais de sobrevivência, mas de qualidade de vida e bem-estar.

Ainda prevalece o forte apelo religioso, mas por outro lado denuncia as questões estruturantes da época e que muitas delas permanecem atuais, mostrando que a mudança de paradigma e de governo não mexeu nestas grandes questões estruturantes, como a reforma agrária, o latifúndio, o acesso ao crédito, o programa P1+ 2, por exemplo, proposto pela ASA, em sua proposta inicial, tinha a pretensão de discutir a questão agrária, o que fica claro pelo próprio nome do programa, mas o que vimos é que só a questão da água avançou, sem problematizar o acesso à terra.

Os grandes projetos tidos como solução do Semiárido, exemplificados na primeira reportagem com a proposta de exploração das manchas úmidas dos rios Jaguaribe e Acaraú no Ceará, se mantêm dissociados da contextualização das grandes obras que foram operacionalizadas neste contexto de seca, como as barragens construídas nas frentes de serviço, as quais muitas delas foram transferidas para propriedades dos coronéis, como denuncia Oliveira (1981), além de projetos como a construção da barragem de Sobradinho localizada no SAB e que já existia na década de 1980, e o projeto em curso da transposição do Rio São Francisco. Percebemos que o discurso

destes grandes empreendimentos, é apresentado na primeira reportagem ou como solução ou mesmo falta de ação política para executá-los, sem problematizar os que já existem e como foram pensados.

Nesta mesma ordem, concluímos que, ao mesmo tempo em que há um discurso voltado para alternativas apropriadas para a convivência com o semiárido, dando destaque para as tecnologias, menos impactantes ao meio ambiente e ao modo de manejo das criações de pequeno porte, permanece ainda forte o discurso da cultura da criação de gado e da monocultura na primeira e na segunda reportagem. Por outro lado, o discurso dos grandes projetos em que o agricultor reforça o tempo todo que não tem condições para executar, como abertura de poços artesianos e a construção por parte do governo de grandes empreendimentos, como barragens, transposição, é substituído pelo discurso das tecnologias simples e baratas, e como mesmo reforça a repórter Beatriz Castro, “a tecnologia, adaptada, simples, mas muito eficaz”.

Ao tratar as fontes da primeira reportagem como porta-vozes de uma resposta para a seca, o que prevalece é a reivindicação por ações assistencialistas por parte do estado, como abertura de poços, o “dar de comer a nação”, água e trabalho aos pobres; em segundo lugar ecoa muito forte a denúncia por parte de agricultores, sindicalistas e gente do governo sobre as questões históricas estruturantes, como a falta de uma reforma agrária, o crédito agrícola e, por fim está presente o discurso da seca como flagelo; neste mesmo nível o pedido de socorro às vítimas, o apelo religioso, onde Deus e o destino são responsabilizados, inclusive a palavra destino é reportada pelo âncora.

Fica evidente que o GR optou por mostrar as diferentes opiniões, concessões e contradições por meio de fontes diversas sobre o problema da seca, o que deu qualidade em termos de conteúdo, bem como reforçou alguns estereótipos, mas acrescentou debates considerados ricos para o momento político e histórico de 1983 na primeira reportagem analisada. Percebemos que o nível das respostas das fontes tem a ver com seu lugar de fala, por isto fizemos uma comparação logo acima sobre a concepção de seca por duas fontes completamente distintas.

Rios secos, lavouras perdidas, gado passando fome, falta de água para beber e para dar os animais, irregularidade das chuvas, foram os principais assuntos debatidos na primeira

e segunda reportagem. São questões inalteradas no percurso do discurso das secas de 1983 e 2012. Ao compararmos a primeira e segunda reportagem, identificamos que prevalecem questões, como as intempéries do clima, esta, por sua vez, é fortemente valorizada como causa única do fator seca e suas conseqüências, como o insucesso das lavouras e a falta de água. Portanto, prevalece, também, o discurso mantenedor de velhas práticas em desacordo com o clima, como o cultivo de culturas inapropriadas e a criação de animais não adaptados ao clima, como o gado, falta de aproveitamento da água de chuva. Seja por falta de esclarecimento das entidades de assistência técnica, seja por falta da própria divulgação nos veículos de comunicação, em programas como o GR, ou por uma cultura ainda muito vista no Semiárido de práticas que deram certo no passado, mas que hoje não são mais viáveis, como o caso do feijão em Irecê Bahia, o discurso de que o agricultor pode ser protagonista de uma nova história, sustentado nas práticas alternativas da convivência com o semiárido, está presente na terceira reportagem, portanto na primeira há um princípio desta enunciação, ao trazer fontes que indicam que o que precisam é de água e terra para produzir com seca ou sem seca.

Compreendemos que o discurso do GR permeia por duas perspectivas contraditórias, como já ressaltamos, enfatiza a seca como desastre e já respondemos que isto se dá em virtude de não ir ao encontro com um padrão de critério de noticiabilidade, como também mostra o que há de novo, como alternativas de convivência com o semiárido. Mesmo tendo nascido com um viés ao agronegócio, o modo de endereçamento do GR contempla o agricultor familiar ao veicular não só seca, perdas de lavouras e rebanhos, mas ao mostrar os modos encontrados por eles para continuarem vivendo em suas terras, por meio das tecnologias sociais na terceira reportagem. Esta perspectiva, por exemplo, dissocia do que apontamos anteriormente, de que não há uma inferência na segunda reportagem sobre o agricultor como protagonista ativo. O direcionamento (endereçamento) ao pequeno agricultor familiar deve-se, também, a uma estratégia da TV Globo em atender uma demanda de um público novo, tendo em vista a corrida da TV pública pela disputa e conquista de sua audiência.

Experiências como a feira em Remígio e a veiculação de uma refeição em família, mostrando a fartura do semiárido são exemplos que resumem a viabilidade econômica e

sustentável do Semiárido, portanto conclui-se que esta é considerada uma mudança de discurso da seca de 1983 para a de 2012.

A transição paradigmática não se configurou como um discurso midiático, ela está posta na confirmação das falas das fontes e dos lugares e elementos veiculados. Concluímos que ela resultou como subsídio e contribuiu para algumas mudanças no cenário político do acesso a políticas públicas de convivência com o semiárido, porém permaneceram intocadas as questões estruturantes como a reforma agrária, o acesso ao crédito e não rompeu com algumas práticas de cunho assistencialista, como o uso do carro pipa.

Ainda sobre o paradigma da convivência com o semiárido percebeu-se que, ao analisarmos as três matérias, apenas uma tem como gancho jornalístico a convivência com o semiárido, concluindo e concordando com Souza (2014) de que este discurso é veiculado em menor quantidade, quando se relaciona com o discurso padronizado da seca como fenômeno natural. Questionamos, portanto, se isto se deve às poucas, porém significativas, experiências desenvolvidas no SAB em torno da convivência ou se há uma intencionalidade do programa em dá maior visibilidade ao outro discurso? Respondemos que há uma pretensão maior da veiculação da seca como catástrofe, por agendar mais os veículos de comunicação, do que alternativas de sucesso. Não é por acaso que até a reportagem que mais trata sobre a convivência, abre com esta perspectiva. Por outro lado, ficou claro também que o paradigma da convivência está posto como um novo modelo, portanto não é ainda comparado em relação ao outro, visto e distinguido pelos agricultores como o mais apropriado para o setor produtivo. O discurso está sustentado com mais força nas tecnologias, carecendo, portanto, avançar para outras perspectivas de convivência com semiárido. Saindo da limitação produtivista, aparece muito timidamente algumas falas sobre os intercâmbios, uma fonte ou outra fala representando as organizações, mas não explicita de que movimento ou força maior surgiu estas experiências. As demais, como o trabalho voltado para a educação desenvolvido pela RESAB, a perspectiva pedagógica no trabalho feito com hortas pedagógicas nas escolas, as cisternas nas escolas, dentre tantas outras, ainda permanecem silenciadas.

Assim, a veiculação de mais casos de insucesso com a seca parece coincidir com a maioria dos agricultores que ainda seguem uma lógica tradicionalista do cultivo de culturas inapropriadas, por exemplo. Por outro lado, os casos de sucesso, focados nas

tecnologias ,quando veiculados são ainda tratados pelo programa como algo novo, bem como pelos telespectadores.

Refletimos sobre qual discurso está mais vivo na programação do GR, respondemos que tanto o discurso da seca como algo naturalizado, em que as “mazelas “da seca é algo decorrente daquele lugar e que não pode ser alterado, por isto é recorrente o discurso das perdas, da falta de comida e de água (na primeira e segunda reportagem), bem como o discurso novo de uma nova perspectiva produtivista e da denúncia sobre a ineficiência ou falta de políticas públicas voltadas para o trabalhador da agricultura familiar. Aliado a isto, está presente o discurso de que com seca ou sem seca as pessoas podem viver bem no semiárido (terceira reportagem), a partir da cultura do guardar e da aposta às novas possibilidades de cultivo, produção e consumo.

O modelo de apresentação do GR valoriza a figura do âncora, o qual é participe da programação e não é tido apenas como um mero profissional que intercala as chamadas com as matérias. Tem peso nisto a possibilidade do desfecho reflexivo que o mesmo faz e trata sobre as matérias, como por exemplo, na matéria que o âncora faz referência ao catavento como alternativa de captar água dos poços, percebe-se que é algo que se caracteriza mais com o envolvimento dele com o tema do que algo que está posto no script jornalístico.

O GR, mesmo apropriando-se das tecnologias de convivência com o SAB, prioriza os valores-notícia e define seu critério de noticiabilidade a partir da relevância, tendo em vista que nas três reportagens analisadas a abordagem dos efeitos da seca com adjetivos trazidos pelos repórteres como “seca severa”, “pior seca”, “destino”, dentre outros são ainda recorrentes, sendo só depois abordada a narrativa da convivência. Houve, por exemplo, um considerável avanço conceitual do programa de uma seca para outra, ao passar a tratar de Semiárido Nordeste, Semiárido paraibano, as regiões mostradas nas duas últimas reportagens, já que na primeira e até na segunda aparecem ainda o termo “seca do Nordeste”.

Ao mencionar o trabalho de pesquisa sobre o discurso da convivência com o semiárido e da indústria da seca em cinco programas tele jornalísticos da Rede Globo, incluindo o Globo Rural, Souza (2014) afirma que é possível identificar no mesmo meio de

comunicação um discurso mais voltado para a seca no campo da apelação e do castigo, culpabilizando as condições climáticas, bem como identificar outro discurso capaz de dar visibilidade as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, enquanto políticas públicas. Ele sugere que a diferença está no tempo e no horário da abordagem, ou seja, a perspectiva do combate à seca é veiculada em horários nobres, enquanto que a da convivência acontece em programas de pouca audiência. Neste sentido, o autor afirma que tanto a temática do combate à seca, como a da convivência agendam os veículos da grande mídia, como temas de valor-notícia, o que diferencia é a intensidade com que vão ao ar, considerando as questões acima implicadas.

O discurso das secas ainda prevalece como sendo as maiores secas da história, portanto concluímos que a abordagem que aparece destas secas é geralmente aquela que é novamente veiculada em outras reportagens, como o mesmo enquadramento. Neste caso, questionamos o que define o conceito de maiores secas, se é a decretação de estado de emergência? Respondemos que resposta não justificaria, já que todos os anos praticamente os mesmos municípios decretam situação de emergência. Se for a falta de água para abastecimento humano e animal, também não justifica, porque esta é uma realidade histórica da falta de estruturas permanentes de abastecimento de água e a imagem do caminhão pipa continuam fazendo parte dos cenários de seca, mesmo com a efetivação de políticas de construção de cisternas, barreiros, etc.

A seca foi desmistificada como algo natural, por meio do caráter denunciativo da reportagem de 1983, das faltas de condições dos agricultores em cultivar o solo, justificada pela falta de políticas de acesso ao crédito, reforma agrária e regularização fundiária e ainda pelas possibilidades encontradas pelos agricultores, refletidas no uso de tecnologias sociais.

4.2.1 Questões comparativas sobre os períodos de seca em análise

Buscamos, resumidamente, apresentar algumas questões que ficaram nitidamente claras sobre o aspecto da abordagem discursiva e do contexto histórico, onde estas se dissociam de uma para outra reportagem.

Sobre o contexto sócio-histórico, que contemplou as políticas de emergência no “combate à seca”, percebemos que na primeira reportagem há a predominância do cenário das frentes emergenciais de serviço, como a construção de estradas e barragens abordadas por Oliveira (1981). Na segunda, ainda há um apelo social recorrente do discurso da seca como flagelo, a dificuldade para encontrar água, por exemplo, mas não aparecem mais as frentes de serviço, portanto, prevalece ainda a questão do abastecimento de água por meio de carros pipa com investimento do MDA. Fica clara a mudança de cenário de uma seca para outra, explicitada no discurso das políticas públicas, como a existência do Seguro Safra. Ao ser questionado pelo repórter, um dos agricultores diz não ter o Seguro safra, questão que não foi explorada pelo repórter, que poderia investigar por quais motivos ele não tem, mas ficou notório a existência de uma política de garantia para os agricultores que perderam suas lavouras, portanto pouco explorada no discurso desta reportagem. Na terceira, as frentes emergenciais de serviço perdem lugar para o uso das tecnologias sociais, como garantia de vida digna no campo, inclusive no período de estiagem.

Quanto a questão do acesso à água, a primeira reportagem enfatizou de forma insistente e denunciativa o discurso do difícil acesso a água potável para os animais, o difícil acesso, o transporte precário pra buscar água, a presença duvidosa do carro pipa. Na segunda reportagem o mesmo cenário prevalece e ficou claro que, depois de quase 30 anos, ainda tem famílias bebendo água de má qualidade, sem tratamento adequado. Há um discurso não dito sobre a falta de acesso destas famílias às tecnologias de captação de água de chuva, já que neste cenário diferente do outro, além das políticas paliativas, como o carro pipa, já existia programas de construção de cisternas capitaneados por organizações não governamentais, com financiamento do Governo Federal e Estadual em alguns estados, como na Bahia com o Programa Água Para Todos. Não há uma denúncia para a questão da saúde pública, quando a matéria foca famílias bebendo a única água que tem de cor esverdeada.

Sobre o aspecto da auto-estima de encontrar saídas e alternativas, a primeira reportagem avança na denúncia aos contrastes sobre a questão da água no Piauí e a questão do latifúndio e da ausência de políticas públicas; portanto, ainda recorre ao discurso do mito religioso e da ajuda aos menos favorecidos pelos mais fortes. Na terceira, são os próprios agricultores que se organizam, inventam e recriam outras situações sem a ajuda dos governos, encontrando maneiras de viver bem no semiárido, através dos inventos e tecnologias que garantem qualidade de vida e renda no campo. Deus aqui não é lembrado como apelo ou pedido de socorro, mas enquanto agradecimento, presente na mística e na religiosidade do homem e da mulher sertaneja.

Quanto à aposta nos grandes projetos como salvação “da lavoura” para o Semiárido Brasileiro, há na primeira reportagem um forte apelo pela abertura de poços para resolver os problemas da seca, tanto presente no texto do âncora, como na retomada das fontes. Na terceira reportagem, o poço artesiano não aparece como discurso recorrente que precisa ser efetivado para solucionar o problema da água, não é necessariamente a tecnologia mais apropriada para o semiárido, tendo em vista que é uma das formas de exploração do lençol freático que mais impacta o meio ambiente e no semiárido há outras maneiras mais práticas. Alternativas encontradas pelos agricultores para ter acesso à água para o consumo humano e para os animais, a exemplo das cacimbas, dos centenários tanques de pedra, onde muitas destas fontes representaram no passado a formação da comunidade em torno delas, vão dando o tom deste novo paradigma. Estas tecnologias foram sendo melhoradas pelos agricultores e por órgãos de pesquisa e assistência técnica, que motivaram a construção de outras dentro da perspectiva da convivência com semiárido, como a barragem subterrânea, as cisternas calçadão, os barreiros trincheiras, o melhoramento dos próprios cacimbões comunitários e dos tanques de pedras (ASA, 2011). Estas perspectivas estão presentes na terceira reportagem.

Sobre a imagem do mandacaru, este aparece nos dois cenários: primeiramente na segunda reportagem se faz presente no cenário da calamidade provocada pela seca e, em seguida, no discurso da convivência na terceira reportagem. Ao comparar as abordagens do discurso imagético, percebemos que o tipo de enquadramento recorrente é o mesmo utilizado para veicular qualquer uma das perspectivas, ou seja, se fala de convivência, os aspectos mostrados se tratam e se enquadra só nesta perspectiva. No

caso do mandacaru verde, traduz o discurso de uma planta que consegue se revigorar com o período verdejante. Ao falar dos males da seca, a imagem do mandacaru seco transmite uma imagem recorrente de uma planta resistente, reforçando a idéia de que ali só ele resiste.

Concluimos este capítulo considerando que a análise do discurso aqui empregada privilegiou os aspectos e conceitos da comunicação, da produção do discurso jornalístico e trilhou também pelos três níveis do discurso apresentados por Pinto (1999). O primeiro deles, que se trata do contexto situacional, buscou enfatizar o contexto em que se deu as reportagens e como viviam as fontes e famílias envolvidas, além de pontuar o contexto histórico e político a fim de desvendar a seca para além do conceito posto de naturalizado. O segundo nível do discurso, o qual refere-se ao contexto institucional, foi bastante enfatizado ao tratarmos o discurso da seca como institucionalizado, o qual está embasado nos órgãos, nas políticas historicamente criadas para resolver “o problema” da seca.

No terceiro e último nível, o contexto sociocultural, tratamos das questões sociais contempladas na discussão da seca, as políticas públicas criadas com o viés da manutenção do estado da seca, bem como aquelas que de fato contribuíram para a auto-estima dos sujeitos que vivem nos cenários de seca, além dos programas sociais. A título de conclusão, reafirmamos que esta análise se fundamentou na afirmativa de que para a análise do discurso todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja a autoria fica marcada ou não, vinda de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado (Pinto, 1999, p.26 e 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui com o desafio de problematizar duas secas no contexto Semiárido que, considerando o histórico das secas, é um número tido como pequeno, portanto, ao fazer o recorte para dois períodos situados em contextos históricos diferentes, abrange outra dimensão que nos levou a trilhar no percurso da pesquisa, fazendo o tempo todo ancoramentos em torno do contexto social e político e da produção discursiva de sentido, dada neste cerne e no programa televisivo que analisamos, a saber, o Globo Rural.

Ao analisar três reportagens do Globo Rural da Rede Globo de Televisão, percebemos que prevalece um discurso ainda contraditório no GR, ou seja, ficou nitidamente explícita a presença do discurso da seca como flagelo e aspecto natural, mas ao mesmo tempo, inclusive numa mesma reportagem, como no caso da terceira, está presente também um novo discurso, o de que a problemática da seca não se trata somente de uma questão climática, mas está relacionada com questões políticas, ideológicas e institucionais. Isto levou-nos a considerar que a seca é uma categoria carregada de conceitos, dos quais o pesquisador definiu como: seca como aspecto natural, ideológico, institucional, político e hídrico.

Neste mesmo discurso, aparecem os aspectos de um novo conceito, onde a seca anteriormente tratada como seca do Nordeste, passou a ser chamada de seca no Semiárido nordestino, semiárido Paraibano, etc. E, nesta nova tessitura conceitual, aparece o paradigma da convivência com o semiárido como um discurso novo sobre uma nova configuração no espaço rural, dada pela invenção, adaptação e inserção de tecnologias sociais.

Assim, entendemos que esta pesquisa conseguiu dar o retorno esperado, respondendo sua problemática de que de fato, mesmo mantendo um discurso clássico sobre a seca, o qual se deve às escolhas de critérios de noticiabilidade, já fundamentados na análise, houve sim mudanças significativas no discurso do GR sobre a veiculação da seca. Assim apontamos que analisar o discurso sobre a seca no Semiárido Brasileiro, dentro de um programa telejornalístico de uma grande mídia, significou desvendar algumas construções que estão implícitas no senso comum, o qual está inserido no contexto social, que por sua vez influencia na produção deste discurso.

Aprendemos, com isto, que a permanência do discurso tradicionalista sobre o SAB está dentro de uma estrutura maior do discurso midiático, que se mantém pelo viés do que dá mais audiência e, portanto, se conforma dentro da perspectiva do não rompimento com um modelo que, segundo Gregolin (2007), visa não chocar a opinião pública de determinado público alvo. Sobre esta questão, Foucault (2002, p.37) também esclarece que “ninguém entrara na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências, ou se não for de início, qualificado para fazê-lo”; o autor ainda afirma que há regiões do discurso altamente proibidas e outras, porém, totalmente penetráveis.

Percebemos que a seca no Semiárido é uma categoria discursiva abordada pelo GR, de forma maleável, já que o discurso clássico se constituiu enquanto uma zona penetrável e todos os novos discursos e abordagens que surgiram ainda estão dentro de uma área discursiva quase proibida, por ser novo e oferecer o perigo de deslocamentos.

Isto fica claro com o não rompimento do discurso da seca como flagelo pelo programa no contexto da seca de 2012, período que reconhecemos a existência de novas perspectivas, dadas no campo político com a mudança de governo, a existência de um novo paradigma, o da convivência com o semiárido. Portanto, é neste mesmo cenário que ainda se recorre ao discurso das repetidas perdas de lavouras, ao apelo religioso, às imagens de vacas mortas, dando conta de um discurso que recorre ao que Gregolin (2007) e Foucault (2002) apontam. Recentemente, no contexto da última estiagem que estamos vivenciando no Semiárido brasileiro, a edição do dia 25 de dezembro de 2016 do Globo Rural recorreu, mais uma vez, a este discurso, quando mostrou o cenário de seca como catástrofe, novamente as perdas de lavouras, a falta de água e a repetição do discurso dos grandes projetos como uma das soluções para o SAB. Neste caso, foi citado o projeto de transposição do Rio São Francisco. Uma abordagem interessante foi feita sobre um projeto de cultivo da cultura do coqueiro na Paraíba, financiado pelo Banco do Nordeste, onde avaliamos que a seca enquanto instituição, mesmo num contexto em que discute e propõe as políticas para a convivência com o semiárido, ainda persiste em ações que cumprem um papel mantenedor de uma indústria de seca, ações estas em desacordo com o contexto, visto que é uma cultura que exige muita água.

Assim, recomendamos que ao abordar a seca na região semiárida os programas televisivos possam partir de um enquadramento que venha mostrar de fato o SAB como

todas as outras regiões geográficas do Brasil, com suas limitações, suas vocações de cultivo e seu potencial. É preciso deixar claro que a seca só pode ser reconhecida como fator natural do clima quando se refere a seca hídrica (a falta de chuva). Portanto, ao fazer uso deste conceito como instrumento de perpetuação de uma indústria de seca, e não para tomar medidas e efetivar políticas, culpabilizando o clima e isentando a responsabilidade da condição humana de interferir propositivamente, a seca se constitui enquanto uma questão política, ideológica e institucional.

Não devemos, portanto, recorrer ao discurso clássico de seca como lembrança e efetivação de uma materialização discursiva que coloca o Semiárido no lugar do invisível, de outros cenários, que não seja a seca.

Ao trazer a abordagem da convivência com o SAB, é importante que esta seja pautada como um novo paradigma, deixando claro também a alteração no discurso jornalístico, dadas as mudanças operadas no contexto político, a exemplo da própria execução e implementação das políticas públicas, questão indissociável à produção do discurso jornalístico. Faz-se necessário, ainda, que a abordagem se amplie para outras questões que estão incorporadas no paradigma da convivência, como a organização comunitária, a economia solidária, a educação contextualizada, a agroecologia, já que todos estes aspectos caminham juntos nesta construção.

Entendemos que a abordagem da mídia convencional, no nosso caso o Globo Rural, não rompeu com o discurso institucionalizado de seca, porém conseguiu trazer outras abordagens conferindo, aqui, uma contradição discursiva. Tendo em vista este aspecto, apontamos a mídia alternativa como fonte de uma abordagem diferenciada sobre o Semiárido Brasileiro, dando luz aos apagamentos institucionalmente construídos. Apontamos aqui algumas proposições, tais como: a mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação); os Observatórios da Mídia ou da Imprensa, que trazem em seus dispositivos eletrônicos a crítica da mídia contemporânea sobre as diversas abordagens sociais; sites e blogs de ONGs que tem em suas plataformas de trabalho a Comunicação Social como um dispositivo indispensável na divulgação de suas ações voltadas para a convivência com o semiárido; as rádios comunitárias quando cumprem de fato a sua função também tendem a trazer uma abordagem diferenciada.

Lidamos, neste percurso, com uma construção que assumiu o papel investigativo, onde buscamos questionar, ao invés de afirmar, o que nos levou a chegar até aqui apontando nossas considerações finais sobre este estudo. O primeiro deles foi buscar entender que se os discursos estão inseridos no tecido social; o senso comum, por sua vez, se faz recorrente com uma voz que nos incita a firmar aquilo que culturalmente aprendemos na escola, na televisão, no rádio, na roça. E este discurso é sempre o da comunhão, da convergência, do status quo, da verdade única. E isto me fez lembrar, nas vivências como agricultor, exemplo contextualizado com este estudo, que quando um de nós inventamos algo que está fora do padrão já tido como o certo, por exemplo, ao invés de capinar, juntar e queimar, prática histórica tida como a mais correta, o agricultor pôr em prática aquilo que aprendeu em outro contexto, como capinar, não juntar e não queimar, seria algo questionado pelos demais daquele grupo.

Esta talvez seja a nossa questão, ser também questionados, ao tratar aqui de questões desafiadoras e que se colocam, por isto, como proposições para um novo jeito de pensar a produção do discurso jornalístico sobre a seca, sem se apegar a apenas ao que erroneamente também já cometi, ao considerar que a mídia reproduz discurso ao invés de produzir sentido. Ou, ainda, que a Rede Globo apenas veicula um discurso repetitivo sobre a seca. A profundidade da verdade ou da mentira sobre estas conclusões, que muitas vezes fazemos apressadamente careceu, pois, de um processo mais aprofundado de análise e investigação neste trabalho.

O segundo desafio se trata de uma forma de escrever sobre a seca na mídia televisiva, as nossas hipóteses, a nossa cultura discursiva institucionalizada, a tendência a afirmar o tempo todo as nossas próprias hipóteses. Ao aceitar a possibilidade do envolvimento enquanto pesquisador com toda esta realidade construída, digo que recorrer aos instrumentos de pesquisa tendo a AD como método de investigação, a análise bibliográfica como aporte teórico, possibilitou-me sair desta zona de conforto perigosa e construir uma narrativa ancorada numa realidade contextual que questiona e propõe caminhos.

Escolher o Globo Rural, programa da Rede Globo de Televisão, um programa matinal que vai ao ar aos domingos e que nasce com uma perspectiva voltada para a expansão das fronteiras agrícolas na década de 1980, representou nosso terceiro desafio. Isto porque trata-se de um veículo televisivo que por muito tempo direcionou sua produção para

assuntos e o cotidiano dos grandes centros urbanos, incitando inclusive uma prática de consumo cultural dada no Sul e Sudeste do Brasil, sendo disseminada para as demais regiões do país como modelo ideal a ser seguido; e como problematizar a seca no Semiárido Brasileiro dentro desta estrutura, em que o próprio Semiárido historicamente foi por muito tempo reportado apenas como espaço rural, sendo estereotipado e visto apenas pelo ângulo de um de seus únicos fatores: a seca.

Seguindo a prerrogativa da investigação, mas também considerando todas estas questões, conseguimos dar respaldo a esta escolha, pela vontade de encontrar resposta em nossa questão problema ao questionar como o discurso da seca foi construído nos dois períodos que analisamos e como este programa abordava esta questão. Seguimos o viés da abordagem jornalística, encontramos respaldo no contexto em que os veículos de comunicação passaram a expandir seus conteúdos, mas também produzir conteúdos regionais e contemplar narrativas nunca antes vistas para um público específico ainda distante das telas, tanto como fontes quanto como telespectadores. Ao consideramos esta nova ambiência comunicativa, nos colocamos no lugar investigativo, questionando como o discurso sobre o semiárido era tecido em cada contexto.

O “aprender fazendo”, se deu na perspectiva do distanciamento jornalístico e na aproximação com o contexto. Assim, acreditamos que o recorte aqui proposto pode contribuir com a discussão sobre a midiaticização do semiárido brasileiro a partir da perspectiva da comparação, oferecendo desta forma subsídios com base em análises e estudos para compreender e debater a seca enquanto produto de notícia e como de fato podemos enxergar estas mudanças.

O primeiro passo desta pesquisa, dado ainda na especialização em Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido, não pode ser considerado incipiente, dado o aprofundamento que contribuiu para a realização desta investigação, onde o estudo de caso comparado possibilitou-nos dialogar com a perspectiva da interdiscursividade, levando-nos a perceber que o discurso se dá na produção jornalística e na esfera social.

Este trabalho contribuiu, também, para pensar a interdisciplinaridade enquanto meio de produção interdiscursiva, dentro do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), tendo em vista que há uma multiplicidade de vozes expressadas numa diversidade de trabalhos e pesquisas como esta, até aqui trazidas como contribuição para pensar um estado da arte da pesquisa embasada na cultura, na comunicação, na territorialidade e tantas outras facetas, categorias estas que nos tira do lugar que se pensa apenas o ensino e a aprendizagem.

A contribuição deste trabalho se situa por meio da Análise do Discurso numa vertente crítica e propositiva de quebra de paradigmas, de silenciamentos, de apagamentos, de vontades de verdades, tidos como negação do discurso. Ao trabalharmos estes conceitos, buscamos investigar o lugar do discurso da seca, ao questionar se este se perpetua ou se renova no percorrer dos contextos em que se inserem tais construções discursivas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lisiane Machado. **A cultura do método científico no campo da comunicação**. Artigo apresentado no seminário internacional de pesquisa em comunicação.Out.2013;
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto.**Reflexões sobre iconografia etnográfica**: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Mirian L.(Orgs.).**Desafios da imagem** : fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998. P.75-112.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber livros, 2005.
- ASA-ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: **Cisternas: Importância e cuidados**. Recife-PE: ASACom, 2003.
- ASA-ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO. **Caminhos Para a Convivência com o Semiárido**. 10ª ed. Recife PE, Julho de 2011.
- ASA BRASIL. **O Semiárido**. Disponível em: www.asabrasil.org.br/portal/informacoes.asp?cod_menu=1. Acesso em 22 out. 2014, às 18:30:21.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: papyrus, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec; Annablume, 2002.
- _____. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: biblioteca Nacional de Portugal, Edições 70, LDA, 2009.
- BATESON, Gregory (1972). **Passos para uma Ecologia da Mente**, Northvale, New Jersey, Londres, Jason Aronson Inc. Bennett, W. Lance (2001). **A Política da Ilusão**, New York, Logman.

BLOCH, D. **Seca 98: Retrato de uma calamidade anunciada**. Recife, 1988.
Mimeografado

BORGES, João da Cunha Neto. **Entre o Olho e o Medo – o Mito do Feijão e a Falência da Agricultura Familiar**. 2006. 71 p. Especialização (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) - Universidade do Estado da Bahia, Irecê – BA.

BRANDÃO, Helena H. N. Analisando o discurso. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de.(Org.). **Portal da Língua Portuguesa**. São Paulo: Fundação Roberto Marinho, 2006.

_____. **Introdução à Análise do Discurso**. 8 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BRANT, Leonardo. (org.). **Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Editora Escrituras; Instituto Pensart, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **As secas do Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos**. Recife: SUDENE, 1981.

BRASIL. GTND. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2.ed. Recife: SUDENE, 1967.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: um estudo dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do Nordeste do Brasil**. Artigo publicado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia - 1 a 5 de Setembro de 2003 – UNICAMP, Campinas–SP.

CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 11 ed. SP: Editora Cultrix, 1996.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Desenvolvimento no Semiárido**. In. REIS, Edmerson dos Santos; NÓBREGA, Luciana da Silva;

CARVALHO, Luzineide Dourado (Org.). **Educação e Convivência com o Semiárido: reflexões por dentro da UNEB**. Editora: Juazeiro-Bahia. 2011, 173p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Discurso das mídias**. 2. ed., 1a reimp. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **El discurso de la información**. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. **El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística:** convenciones psicosociales y convenciones discursivas, 2009. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/El-contrato-de-comunicacion-en-una.html>>. Acesso em: 15 de mai. 2014, às 22:15:12

_____. **Le discours d'information médiatique.** Paris: Nathan, 1997.

_____. **Sobre los medios de información.** Entrevista concedida a Kevin Alexis García, 2012. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Sobre-los-mediosde-informacion.html>>. Acesso em: 13 de mai. 2014, às 15:25:27.

_____. **Sur l'événement médiatique,** 2013. Réaction à la journée du LCP: 'La démocratie technique à l'épreuve de l'événement dramatique. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Sur-l-evenement-mediatique.html>> Acesso em: 12 de mai. 2014, 18:45:13.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Coord. da Trad. Fabiana Komesu São Paulo: Contexto, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. **Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo** /Rogério Christofeletti (org). 1 ed. Covilhão – Portugal: Lab. com books/UBI, 2010.

COSTA, Lucas Piter Alves. **A ADC Faircloughiana:** concepções e reflexões. In: revista Linguagem. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguagem>. Acesso em: 03 abr 2016. 00:12:23

COSTELA. Antonio F. **Comunicação do Grito ao Satélite-História dos meios de comunicação.** 4.ed.revisada e atualizada pelo autor. Editora Mantigueira. São Paulo, 1978.

DANTAS. R; GOMES. M. **O Nordeste na TV: produção de sentido e o discurso da seca.** Artigo apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, Setembro 2008.

DIJK, Teun Van. Contenido de los medios de masas. El estudio interdisciplinario de las noticias y el discurso. In: YENSEN, Klaus Bruhn; JANKOWSKI, Nicholas W. **Metodologias Cualitativas de Investigacion en Comunicacion de Masas.** Barcelona: Bosch, 1993. p.135-148.

_____. **La noticia como discurso.** Comprensión, estructura y producción de la información. Trad. Guillermo Gal. Barcelona: Buenos Aires; México: Ediciones Paidós, 1990.

DOURADO, Luzineide. **A educação contextualizada: saberes tecidos no contexto e na interação natureza e cultura.** In: cadernos de estudos sociais- Recife, v.27,n.1,p.081-096,jan/jun,2012.

DUARTE, Renato Santos. **Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999**/Renato Santos Duarte._Fortaleza: do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.144p.-(Série Estudos sobre as Secas no Nordeste;v.5).

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Televisão: entre gêneros/formatos e produtos.** Artigo apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. BH/MG. Set.2003.

_____.**Desertificação/ Programa Nacional de Combate à Desertificação.** 3ª edição. Brasília: MMA/SRH/CTC/,2006.

EMERIN, Carlinda. **O texto na reportagem televisiva.** Artigo apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- INTERCOM. Caxias do Sul, RS. Set.2010.

EMBRAPA. **Clima e água de chuva no semiárido.** Disponível em: <info. cnptia. Embrapa. br/digital/bitstream/CPATSA/36534/.../OPB1515.p...,2005> Acesso em 28 jul. 2014,às 23:10:35.

FAIRCLOUGH. N. **Discourse and social change.** Cambridge: Polity Press, 1992

FAVERO, Celso Antônio. **Semiárido: fome, esperança, vida digna**\Celso Antônio Favero, Sttela Rodrigues dos Santos. -Salvador: UNEB, 2002.

FLORENTINO, Harlei Alberto. **Uma análise das concepções sobre ciência, biodiversidade e desenvolvimento sustentável presentes no discurso de um programa televisivo.** Dissertação (mestrado) apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. 10 a. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____.**Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Grall,1978.

GITLIN, Todd (1978). **Sociologia dos Meios de Comunicação Social.**In:ESTEVES,João Pissarra (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Livros Horizonte, 2002, p. 13-31.

GOFFMAN, Erving (1974). **Quadro Analysis**, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press (3ª edição: 1976).

GOMES, IMM., org. **Metodologia de análise de telejornalismo**. In: *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 17-47. ISBN 978-85-232- 1199-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades**. In: comunicação, mídia e consumo. São Paulo. Vol.1.4n.11 p.11-25 Nov.2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, mídia e identidades**. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GLOBO RURAL. **Histórico do Programa Globo Rural**. Disponível em: <www.globorural.globo.com>. Acesso em: 22 out.2014,21:10:46

HIRSCHMAN, A **política econômica na América latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

IESPOSTI, Julio Cesar Degl. **A grande-reportagem na televisão brasileira Um estudo do Globo Rural**. Dissertação (mestrado) apresentada ao programa de pós-graduação da faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2009.

IRPAA, Instituto regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **A roça no sertão. Convivência com o Semiárido**. Fevereiro 2001. 4ª edição.

KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. **Trajetória da formação do Telejornalista brasileiro- as implicações do modelo americano**. São Paulo - SP: USP, 2008. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes. Programa de pós – graduação em comunicação, São Paulo, SP, 2008.

Koch, I.G.V. (2006). **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Editora Martins Fontes.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 1999.

LAGE, Nílson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUSVARGUI, Luiza. **A reinvenção do Nordeste: estratégias de grupos de mídia para o jornalismo audiovisual regional**. Artigo publicado na revista ALTEJOR. Grupo de estudos Altejour: jornalismo popular e alternativo (ECA-USP). Ano1.Vol.1.Ed.00.Ago-Dez-2009.

LEITÃO, J.A; SANTOS, M.S.T. **Imagem Jornalística e Representações Sociais: a Imagem dos Sertões**. Artigo publicado na Revista ComSertões- Revista de comunicação e Cultura no Semiárido /Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas III-v.1,n.1,(Julho/2013)-Juazeiro 2013.

MACHADO, Sandilla de Oliveira. **Mecanização agrícola, auge e declínio da produção do feijão em Irecê- BA**. Artigo. In: Rede de estudos Rurais, 2014. Disponível em www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_21.pd, Acesso em 02 de abril de 2016, às 16:48:12.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPPA**. Recife, PE: UFPE, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, PE, 2004.

MAIA, Jussara. **Globo Rural: ao estilo da cultura do campo/** Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo / Itania Maria Mota Gomes, organizadora. - Salvador: EDUFBA, 2011. 284 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. Trad. Sírio Possenti, Nelson B. da Costa e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. 1. Ed. São Paulo:Parábola Editorial,2015.129 p. 277

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar,2007.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Solange M.L. Gallo, Maria da G. de D. V. de Moraes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1997.

Malvezzi, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil) 1.Semiárido brasileiro. I. Título. II. Série

MARQUES, Juracy. **Ecologia de Homens e Mulheres do Semiárido**/Organizador: Juracy Marques dos Santos. – Paulo Afonso – BA: Editora Fonte Viva, 2005.220 p.

MDA/ Conselho de desenvolvimento sustentável do território de Irecê. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** – PTDRS, Irecê, 2010.

MELO, Iran Ferreira. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. In: letra magna, ano 5,n.11,2009.

MELLO, Jacira Novaes. **Telejornalismo no Brasil**. Faculdade Santa Amélia SECAL, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-mello-telejornalismo.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 201, às 23:10:30..

MEMORIA GLOBO. **A seca no Nordeste**. Globo Rural. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/globo-rural/a-seca-no-nordeste.htm> Acesso em 19 dez ano? Hora?

MENDES, Conrado Moreira. **O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica**. Belo Horizonte, 2006. Monografia apresentada ao curso de comunicação social-UFMG.

MINAS GERAIS, Gabinete Militar do Governo, coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Crêterios para a decretação Situação de Emergência ou estado de Calamidade Pública**. Disponível em: <www.defesacivil.mg.gov.br> Acesso em: 20 fev. 2016, às 10:20:50.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Trad.: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 2003

MOSCOVI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUCCHIELI, Alex (org). **Dictionnaire des méthodes qualitatives em sciences humaines**. Paris: Armand Colin, 1996.

NARZETTI, Claudiana N. P. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. **RevLet**: Revista Virtual de Letras, v. 2, p. 51-70, 2010.

NPC. NÚCLEO PARATINGA DE COMUNICAÇÃO. **Mídia NINJA experimenta novas formas de jornalismo**. Disponível em: <http://nucleopiratinga.org.br/midia-ninja-experimenta-novas-formas-de-jornalismo/>. Acesso em 29 de dez. as 16:50:20

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981. Estudos sobre o Nordeste, v. 1.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa** – Maria Marly de Oliveira. 5. Ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV– manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PECHÊUX, Michel. **Discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997

_____. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PESAVENTO, Sandra J. **O Mundo da imagem: território da história cultural**. In: _____. Incompleto

PICCINIM, Fabiana. **Notícias na TV Global: diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/piccinim-fabiana-telejornalismo-americano-europeu.html>. Acesso em 22 de jun.2008, às 9:50:45.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à Análise de Discursos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

PONTES, E. T. M. **Avaliação de uma experiência de convivência com o semiárido no Vale do Pajeú**, Pernambuco. In: SCIENTIA PLENA. Vol.7,n.4. Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura- LECGEO, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE,2011. Disponível em www.scientaplana.org.br. Acesso em 23 de Jun de 2015, às 13:45:35

PONTES, E.T. M; MACHADO. T.A. **Programa Um Milhão de Cisternas Rurais no Nordeste Brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido**. Artigo apresentado no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25.

PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semiárido: Desafios e possibilidades**. Disponível em: <www.ppgesa.uneb.br/arquivos/ECS-DP.pdf,> Acesso em: 24 out.2014,06:20:43.

Relações de Gênero na ficção televisiva: anuário Obitel 2015/coordenadores gerais Maria Imaculata Vassalo de Lopes e Guillermo Orozco Gómez. -Porto Alegre: Sulina, 2015.535p. il.

_____. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Secretaria executiva da RESAB. **Projeto inclusão, universalização e qualidade da educação no semiárido brasileiro**. (2004). Juazeiro (BA), 2004.

RESENDE, V.M; RAMALHO, V.C.V. S; **Análise do Discurso Crítica, do Modelo Tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. In: linguagem em (Dis) curso – LemD, Tubarão, v.5, n1, p.185-207, jul./dez 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Sampaio, Claudiane de Oliveira Carvalho. **A construção do discurso informativo na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo**: apontamentos metodológicos para análise / Claudiane de Oliveira Carvalho Sampaio. Salvador, BA: UFBA, 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, BA, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7.Ed. 1987.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Métodos e Técnicas da pesquisa científica**. 4.ed.Rio de Janeiro:Impetus,2003.

SANTOS, Nádia M. Weber, ROSSINI, Mirian de S.(Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asteristico, 2008.p.99-122.

SCHNEIDER, S; SCHIMITT, C.J. **Uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Eliane Deák. **As narrativas do Globo Rural Diário**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2011.

SODRE, Muniz. **Reinventando cultura**: a comunicação e seus produtos.Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SOUZA, Uilson Viana de. **O que fica no “ar”? discursos e representações da seca do semiárido brasileiro no telejornalismo da rede globo** .Monografia de Conclusão de Curso apresentado como requisito avaliativo para obtenção de título de pós-graduação *latu sensu* em Educação Contextualizada Para Convivência com o Semiárido, pela Universidade do Estado da Bahia.Juazeiro,2014.43p.

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994.

TILIO, Rogério . **Revisitando a análise crítica do discurso: um instrumental teórico-metodológico**. In: e-escrita, revista do curso de Letras da UNIABEAU, Nilópolis. v. 01.n2,Mai-Ago 2010.

TORRES NETO, A.P; LEITE, M.E. **A cobertura midiática da seca no Nordeste: uma análise quantitativa dos jornais Folha de S. Paulo e Diário do Nordeste no ano de 2012**. Artigo publicado no XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste Mossoró RN 12 a 14/06/2013.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. _____ In. (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Ltda, 1993.p.167-176.

_____. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do jornalismo, a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II, Florianópolis: Insular, 2005.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **A importância da história da televisão e do telejornalismo na padronização cultural no interior do Brasil**. In: Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN-Dourados-MS, vol.01,n.02- edição especial,p.8-23,Nov 2012.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Manual de redação. disponível em : <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>, Acesso em 22 dez 16, hora?.

VAN DIJK. Teun A. **Da Gramática do texto a Análise crítica do discurso**. In: BELIAR (Boletim de Estudos Lingüísticos Argentinos). Ano 2-nº6, Maio, 1995.

_____. **Discourse Power and access**. In: CALDAS COUTHARD, C.R & COUTHARD, M.(Eds). Texts and practices: readings in critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996, p.84-104.

VERÓN, Eliseu. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

_____. **La sémiosis sociale**. Fragments d'une théorie de la discursivité. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 1987.

_____. **La semiosis sociale**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

ZAMIN, A; SCHWAAB, R. **O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso**. In: Revista Vozes e Diálogo, Itajaí, v.13,n.01, jan./jun. 2014

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002

WIKIPEDIA. **Time- Life**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Time-Life>. Acesso em 08 de jan 2017, as 20:11:15.

_____. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes,

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** - Roberto K. Yin; trad. Daniel Grassi. -3.ed.-Porto Alegre: Bookman, 2005.

7. ANEXOS

7.1- ANEXO A: APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS REPORTAGENS

Trata-se de trazer detalhadamente a exposição de cada reportagem, preocupando-se com o aspecto de produção da mesma, apresentando os componentes discursivos de texto e imagem. Aqui não foi feita nenhuma inferência em relação à análise dos discursos, para tanto as reportagens seguem descritas em sua íntegra a fim de facilitar a compreensão analítica pelo leitor.

7.1.1 Reportagem 1: especial sobre a seca (1983)

Trata-se de uma reportagem especial sobre a seca de 1983, produzida pelo Globo Rural. Esta talvez seja a primeira especial sobre o tema, já que o programa teve início no ano de 1980. A abertura se dá com a vinheta do programa e imagens de solos, máquinas agrícolas, agricultores e animais, elementos estes que caracterizam o programa e o seu público alvo. O âncora Sérgio Roberto Ribeiro abre a edição com a chamada: Rede Globo apresenta Globo Rural, o nome do programa aparece em caixa alta e ao fundo imagem de sementes e frutas.

Na cabeça da reportagem ele chama as manchetes: “os assuntos de hoje no globo rural são os seguintes: no Piauí o desperdício das águas que jorram dos poços e é mal aproveitada”. Aqui é apresentada uma imagem de um poço jorrando água em abundância. “uma água limpa que não beneficia a maioria dos agricultores da região seca. A fonte-personagem que aparecerá no desenrolar da reportagem já aparece neste

momento com um recorte de sua fala: a gente passa dois três dias com o estambo seco, sofrendo muito”.

Voltando ao estúdio, o âncora chama a próxima matéria: “No Ceará uma proposta dos agricultores (imagem de agricultores reunidos em assembléia,) para enfrentar o problema da seca, eles pedem desapropriação das margens dos rios e mudanças das frentes de trabalho). Para fechar esta chamada, o programa traz a sonora de um sindicalista que diz : “ o problema, o fator principal não é a seca ,é a estrutura fundiária.”

Na bancada do GR o âncora continua: “E no Rio Grande do Norte, um açude enorme, o maior do nordeste que deveria fornecer água para quase três mil pequenos agricultores, mas o projeto ficou só na construção da barragem”. Neste momento há uma imagem coberta do açude e um enfoque em um pé de mandacaru mostrando a imagem de um sertão seco. Não diferentemente das outras matérias, a produção da reportagem, buscou dá um tratamento de igual valor, utilizando além da chamada do ancora, a fala das fontes, nesta matéria a fonte diz: “quem vai se beneficiar com esta grande potencialidade da água e com este gasto imenso que o governo fez para o armazenamento d’água são os poderosos” (esta fonte só aparece na abertura do programa e não dá continuidade, não identifica quem é).

Ainda fazendo parte das manchetes, o âncora conclui esta parte de apresentação das matérias dentro da grande reportagem, chamando a última: “bom além destas reportagens o Globo Rural, ouviu muitos nordestinos:agricultores,artistas,donas de casa,governadores,padres, técnicos autoridades, cada um deu o seu ponto de vista,sua sugestão,mais uma coisa é certa, qualquer solução pra funcionar de verdade vai exigir a participação real de todos os brasileiros e principalmente dos próprios nordestinos,por isto a palavra é deles”.

Antes de entrevistar as diversas fontes, a matéria abre com a trilha sonora da música Asa Branca de Luiz Gonzaga, tocada pela banda sinfônica de Coreaú – Ceará (imagem do cenário local de um lugar rural povoado, mas seco,mas existe crianças homens e mulheres habitando ali).

O repórter pergunta: “O que o sinhô acha que dá pra fazer pra resolver o problema da seca?”, seu Raimundo Rodrigues, maestro da banda, responde: “eu no meu pensamento eu acho que só quem pode resolver muito certo é Deus”.

Já seu Francisco Batista agricultor de Alcântaras– CE responde: “quem resolve é da de comer a nação que tá tudo passando fome, não tem água pra beber, não tem pra tomar banho e precisa é da de comer o povo que tão passando mal!” (políticas paliativas, frentes emergenciais, políticas de mitigação). O terceiro agricultor entrevistado responde que: “é ter água, água suficiente pra gente trabalhar”

Dona Maria Gaudina Araújo – agricultora-Alcântaras - CE, diz que: “o que eu acho que possa se resolver meu amigo é se trabalhando, o governo dando mais trabalho e também a gente achando as pessoa boa que ajude e que também não roube o suor do pobre por completo”.

Já em outro cenário, numa praia de Natal – RN, o repórter pergunta: “qual a solução pro problema do nordeste”?

Uma mulher que se bronzeava ao sol responde desinteressadamente: “há não sei não cara, muita chuva,é só se chovesse mesmo”. Na sede do sindicato de trabalhadores rurais, o sindicalista Raimundo Sales de Floriano no Piauí, responde: “Nós temos muita água, não se pode é explorar né,porque nós não temos condição, o trabalhador rural infelizmente é um homem sofrido que vive sem ter condição nenhuma, sem ter ajuda (enquadramento, casa e pessoas ao fundo)

Ancora: “Em fortaleza no Ceará, um dos estados nordestinos onde a população está sofrendo mais com a seca, o repórter José Hamilton Ribeiro conversou com o secretário de agricultura, Alfredo Lopes Neto, vamos ouvir a opinião dele e a de outros nordestinos sobre a seca.”

Alfredo Lopes Neto -secretario de agricultora- CE: “O grande problema do nordeste e do Ceara é que grande parte dos agricultores não tem terra, ou seja, eles são pobres com seca ou sem seca”.

José Hamilton ao direcionar para o agricultor Arthur Souza no Piauí, pergunta: “O que mais falta aqui pra vocês? ”

O agricultor responde: “Tá faltando tudo, porque até a água é comprada”.(imagem comunidade, e trator agrícola).

Uma das mulheres agricultoras entrevistadas, dona Maria Lopes da Silva do município de São João do Piauí-PI, diz que “Só quem pode dá jeito é aquele pai Divino.

Ainda na praia um jovem é questionado pelo repórter sobre o que deveria ser feito para resolver o problema da seca: “Primeiro devia ter uma melhor distribuição de renda no país, depois disso partir pros projetos que estão sendo feitos né”.

Retomando o lugar de fala, o secretário de agricultura do Ceará, argumenta que: “uma das soluções para o Ceará, seria, por exemplo, a utilização mais intensiva destes vales úmidos que nós temos, por exemplo, aqui no rio Jaguaribe (mostrando a localização no mapa), no rio Acaraú, então a utilização dessas manchas úmidas que hoje somam 100 mil hectares, nós teríamos condições de alimentar a população do Ceará com seca ou sem seca. De fato, nós temos hoje em disponibilidade 100 mil hectares quando apenas 12 mil hectares estão sendo aproveitadas. (Imagem do mapa do Ceara, demonstrando os locais que o secretário diz que podem ser explorados).

O líder sindical, José Expedito da Silva de São Tomé –RN, ao ser entrevistado, responde: “Um dos primeiros passos para que o nordestino deixasse de sofrer tanto, era uma reforma agrária que chegasse às mãos do homem trabalhadora terra com assistência para ele trabalhar e tirar da terra a produção, o alimento pra ele com sua família. Para um vendedor, entrevistado no comércio de Natal- RN, “a solução é os maiores proteger os pobre que tão sofrendo, né”. Sob som – trilha sonora da banda de pífano com a música Asa Branca e imagens de crianças no meio rural.

Âncora- “No Piauí a seca e a fartura de água convivem lado a lado,na verdade é como se fossem dois nordestes diferentes,um deles existe muita água, água sobrando,água que nem é aproveitada, no outro um nordeste seco,onde a grande batalha diária é a busca da água para matar a sede das pessoas, os limites destes dois nordestes se confundem, se misturam, dentro de uma só região ,de um só município”.

Após a abertura a cima, o âncora continua narrando, auxiliado por uma imagem coberta da cidade, o seguinte texto: “São João do Piauí, 32 mil habitantes,8 mil moram na cidade

e o resto, 24 mil pessoas moram no campo, este ano toda safra agrícola se perdeu com a seca, a pecuária, única atividade que ainda contribui um pouco na arrecadação do município. Na zona rural (imagem em movimento da caatinga, vegetação seca) a situação é de seca total, não existe água pra lavoura, pra criação e nem mesmo pras pessoas beber, muitos agricultores dependem da água de caminhões(imagem de caminhão pipa) alugados pela SUDENE, e quando o caminhão atrasa aí vem o desespero de ficar sem água pra beber”.

Ele no local, onde se dá a distribuição de água pelo carro pipa, pergunta a uma mulher: “A senhora vai pegar uma aguinha agora ai (o cenário imagético é de uma senhora que está abatida, o carro pipa, o terreno com geografia irregular, valetas e ao fundo uma casa solitária). A entrevistada responde: “vou, a gente já fica com as vazias tudo esperando que ele chega pra poder pegar”. O repórter continua: “os caminhões passam todo dia?”. Somente neste momento é que aparece o nome da mulher na reportagem, ela é Anita Cavalcanti, agricultora, a mesma que aparece na abertura da reportagem, ela responde: “Tem dia que eles passam todo dia, tem dia que dá pra gente, outro dia não dá, a gente passa dois três dias com o estambo seco, sofrendo muito(ela levanta a lata d’água na cabeça e sai andando). Sob som com a trilha musical Seca Tirana de Elba Ramalho e aparecem os créditos ao final desta matéria: reportagem Sergio Roberto ribeiro com uma última imagem do caminhão indo embora pela estrada num cenário de seca.

Ainda abordando sobre o difícil acesso à água de beber, o âncora chama a próxima matéria: “Quem não conta com o caminhão tem que buscar água onde ela ainda existe, é o caso de seu José Brás” (enquanto o âncora narra, a imagem vai passando em plano aberto, seu Brás vindo andando com um jegue e dois barris e a recorrente imagem de um pé de mandacaru),”um agricultor sem terra que toma conta do gado numa grande fazenda, o seu Brás atravessa seis quilômetros de caatinga dia sim dia não pra se abastecer de água(seu Brás enchendo os barris) numa nascente que ainda não secou, aqui ele enche estes pequenos barris que o nordestino chama de ancoretaque vão servir somente para o consumo de sua família de cinco pessoas pra beber e pra fazer comida, (seu Brás levantando os barris e pondo na cangaia nos dois jegues com apoio do filho)nessa caminhada debaixo do sol,o seu Brás perde meio dia de trabalho”,(imagem

dos jegues saindo com a água e descendo por uma vegetação seca, arenosa). Créditos: Imagens Jorge dos Santos, trilha sonora: seca tirana de Elba Ramalho.

A próxima matéria é um desdobramento das anteriores, só que o foco é sobre a falta de água para os animais. O âncora chamando a matéria: “Destino (situação tida como destino, discurso recorrente a uma sina que o homem do campo deve cumprir) ainda mais sofrido é o de seu Raimundo, ele está levando o do que sobrou da criação de seu irmão, cinco cabras (imagem de seu Raimundo tocando as cabras amarradas a uma corda e a frente um jegue com mais duas cabras amarradas ao seu lombo) até o seu sitio, a propriedade do irmão está totalmente seca e a de seu Raimundo ainda sobra um pouquinho de água, são 30 km de um lugar ao outro e seu Raimundo nem sabe se os animais vão guentar chegar”.

Repórter: “O que ta acontecendo ai companheiro”?(intimidade na fala)

Seu Raimundo- “companheiro o que tá acontecendo é a falta de água ,alimento para os bichim que nós não temos”.

Repórter – “e aquelas ali, o que que elas estão ali no jegue?”

Raimundo – “ali estão no jegue porque não aguenta mais viajar cidadão”.

Repórter- “O senhor tem esperança de chegar com elas vivas”.?

Agricultor- “tem sim sinhô”.

Sob som- trilha sonora música de Luiz Gonzaga apoiada por uma imagem das criações abatidas e cansadas.

Contrastando com esta realidade, o âncora diz: “mas o incrível é que dentro do município de São João do Piauí, existe água, fartura de água (imagem de água jorrando pelo cano do poço e um trabalhador abrindo o registro) ,o Piauí tem 25 milhões de hectares de terra,80 por cento deste total, cerca de 20 milhões de hectares possui um enorme lençol de água subterrânea (a imagem mostra o mapa do estado do Piauí com estes dados),toda esta área riscada no mapa existe água debaixo da terra, é só furar um poço pra achar água limpa, boa pra beber, fazer irrigação, pra dar aos animais, nem sempre a água jorra como nesse poço que a gente ta vendo, em alguns lugares é preciso uma

bomba pra puxar a água como num poço, uma bomba que poderia ser movida por um catavento por exemplo, sem gastar combustível” (idéia emitida pelo ancora, apresenta alternativa simples e barata).

O repórter: “Qual é a utilidade que tem esse poço pra vocês, o que vocês estão irrigando com ele?”.

Brás filho-administrador da fazenda: “É nós estamos irrigando capim, mas a utilidade maior dele nesse momento é suprir a deficiência d’água, aqui nós temos uma lagoa ai em frente que fazia mais de 20 anos que não secava e este ano estava secando, então nós estamos abastecendo ela com esse poço pra que o peixe não morra e tamo também alimentando o rebanho”.

Repórter “poços como este aqui no município de São João do Piauí só existe em grandes propriedades sem levar benefício para a maioria dos pequenos produtores da região. Em São João do Piauí não existe nem um poço comunitário que atenda vários agricultores de pequeno porte, muitos deles já sabem que o poço resolveria muitos problemas, mas não tem recursos para construir e nem são aceitos em linhas de crédito bancário.

Repórter – “a gente tava observando, o seu vizinho ali tem um poço enorme, jorrando água né, certamente se furar esse solo aqui, você vai encontrar uma água, você já pensou em construir um poço aí pra você?” (imagem de seu Brás, no caminho da fonte, com dois jegues, a canguaia e um cenário de caatinga).

Jose Brás da silva responde: já.

Repórter: “e porque que não fez ainda?”.

Seu Brás: “eu não fiz porque a condição não dá pra fazer”.

“Repórter:” que condição, que condição é esta?”.

Brás: “é dinheiro que não tem”.

Repórter: “você não consegue empréstimo no banco”?

Brás: “consegue não”.

Dando continuidade o repórter passa a mostrar o contraste vivido pelos agricultores que não tem nem terra, nem água para trabalhar: “Nesta outra fazenda o resumo do drama do Piauí, a água desse poço esta jorrando (imagem da água jorrando para um reservatório) a dez anos sem parar e nesses dez anos a água nunca foi aproveitada,o poço foi aberto numa grande propriedade e depois abandonado (foco no poço abandonado). Nos últimos cinco meses um agricultor do Ceara, o seu Jurandir José Ramos veio pra cá (imagem de seu José caminhando até o lugar que está derramando água pelos canos)tomar conta do rebanho do proprietário que mora na cidade e resolveu recuperar os canos de irrigação que estavam abandonados, (imagem arrumando os canos),resultado: ele está produzindo este ano no meio da seca várias culturas: arroz, feijão ,melancia, tomate, melão” (imagem das lavouras).

Repórter: “agora José você produziu bem esta produção, saiu como você esperava?”.

Jurandir José: “não sinhô,”(imagem de seu José, ao fundo a lavoura verde).

Repórter: “por quê?”.

Jurandir: “o adubo, dinheiro e eu não tive condições de trabalhar”.

Repórter: “quer dizer que você não teve material, você não teve condição de melhorar o que você plantou?”.

Jurandir: “não sinhô”.

Repórter: “porque que você não pediu empréstimo no banco”?.

Jurandir: “o terreno não é meu”.

Repórter: “quer dizer, o terreno não sendo seu não tem empréstimo?”

Jurandir: “não sinhô”.

Repórter: “porque o banco quer o terreno como garantia” (afirmação do repórter)

Jurandir: “como garantia é”.

Repórter: “e quem não têm terreno não recebe empréstimo?”

Jurandir: “não recebe empréstimo não”.

Repórter: “só nesta propriedade onde o seu José Jurandir trabalha existe mais três poços que nem são usados e em todo o município de São João do Piauí o número de poços chega a 70 (imagem poços jorrando água nos reservatórios) todos mal aproveitados, são áreas que podiam ser cultivadas com culturas mais nobres como hortaliças, os grãos ou para produção de sementes, o que resolveria muitos problemas de ordem técnica e econômica na região”, (opinião).

Ao entrevistar uma fonte oficial, o repórter, pergunta: “quer dizer que o problema do Nordeste não é água,” (o repórter pergunta já afirmando uma resposta).

José Herculano- agrônomo da Embrapa (numa propriedade que tem poço) “ Não, absolutamente, o problema do Nordeste não é água, água é apenas um componente do problema do Nordeste, existe muitas outras coisas que fazem com que a seca seja este flagelo no Nordeste. Não se pode creditar isto simplesmente a água (aqui aparece um contraste de imagens: poço abastecendo reservatórios, a lata d’água sendo abastecida pelo caminhão pipa, o jegue como meio de tráfego da água, mulher com a lata d’água na cabeça, carro pipa saindo).

Créditos desta última matéria: Edição – Lucas Battaglin, Olympio Giuzzio, duração da reportagem: 14:02 minutos.

7.1.2 reportagem 2: Bahia tem a pior seca dos últimos 30 anos

Esta é a reportagem que faz parte do período em análise do ano 2012, da qual passamos a descrever:

Âncora: “A seca piorou nos últimos 30 dias na maior parte do Nordeste. Você vai ver agora como está vivendo os agricultores nas regiões mais atingidas.

Repórter: “a terra molhada indica que choveu a poucos dias, no entanto para os agricultores de olheiras no Piauí a chuva veio tarde demais. Pequenos produtores como Seu Antonio José vão colher alguma coisa. Mas a roça de milho rendeu bem menos do que ele esperava”, (nota coberta, mostrando agricultor capinando roça e tirando duas

espigas de milho que a câmara capta, enquanto o agricultor fala sobre elas, o mapa com a localização de Olheiras é mostrado, uma roça, uma casa dentro de um cenário verde).

Agricultor: “não cresceu o que era pra crescer né, ta muchim o milho né, as espigas que vingou é tudo muchim né”, (câmara foca nas espigas).

O repórter Edgar Neto, fala de Oeiras no Piauí: “as chuvas no Piauí costumam ocorrer em Dezembro, mas este ano não foi isto que aconteceu aqui na região de Oeiras, no mês de fevereiro praticamente não choveu, são 19 mil agricultores prejudicados com perdas superiores a 90 por cento. O seu Antonio Inácio plantou milho pela terceira vez e perdeu, agora ele aguarda a chuva para semear a lavoura de novo”(cenário verde).

Agricultor Antonio Inácio: “quem mora na roça não perde a esperança não, na hora que ver a chuva diz que não vai plantar, mas já ta com a vazia na mão”, (agricultor abrindo cova com a esposa plantando o milho, sonora agricultor com enxada na mão).

Repórter: “Esta semana o Governo Federal reconheceu mais municípios em situação de emergência, no Piauí agora são 53, em todo o Nordeste 220, o estado com maior número é a Bahia com 161 municípios. O repórter Isaias malhado tem mais informações”, (passagem agricultor capinando, dados estatísticos aparecendo na tela de municípios em estado de emergência).

Isaias abre sua matéria com a imagem de um mandacaru, apresenta um infográfico com o mapa da Bahia localizando o município de Feira de Santana, o agricultor Esdras capinando, pega um pequeno fruto de melancia, que diz que não vingou.

Repórter Isaias: “Na zona rural de Feira de Santana, no Leste da Bahia, o senhor Esdras Figueiredo plantou um pouco de tudo na propriedade, mas por falta de chuva nada vingou”.

Agricultor Esdras: “a situação é bastante difícil”.

, repórter: “o senhor não tem Seguro Safra”?

Agricultor: “não senhor”.

Repórter: “embaixo desta ponte passava as águas do rio Branco, hoje completamente seco, no lugar onde havia o espelho d’água, hoje só o caminho de pedras, sem água e sem comida o gado acaba morrendo às margens do rio” (imagem do repórter andando na ponte mostrando o caminho de pedras, imagem precedida de uma vaca morta, um urubu beirando, uma mulher pegando água numa fonte, com uma lata).

Repórter: “A última chuva boa na região foi em outubro, ano passado em janeiro caiu 110milímetros dentro da média e em março três milímetros, quase nada. Como se pode ver no mapa toda esta área de vermelho é a mais prejudicada é onde não choveu nos últimos 30 dias, pega a Bahia e parte dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e do Piauí”, (infográfico com mapa, mostrando a faixa vermelha, e o texto acima em caixa alta NORDESTE, um ponto vermelho, aponta o texto: 30 dias sem chuva, à medida que o repórter vai listando os estados sem chuva, eles vão aparecendo no mapa).

“Os meteorologistas (abre a imagem com a placa identificando: estação de meteorologia e uma área muito seca,) da Universidade Federal do Semiárido do Rio Grande do Norte explica os motivos desta situação”.

Meteorologista- José Espínola – “o que está provocando isto é falta de aquecimento das águas do Oceano Atlântico, Atlântico Equatorial, nossas chuvas aqui se originam no Oceano Atlântico Sul, na costa do Ceara e Rio Grande do Norte, a água do Oceano está fria, pra haver chuva a água tem que esquentar, evaporar, formar nuvens e consequentemente as chuvas, nós deveremos ter mais chuva em Abril do que aconteceu no mês de março, mas de qualquer foram eu diria assim que o período chuvoso deste ano já está comprometido” (volta a imagem do solo seco e um homem cavando o solo e mostrando que está seco).

Repórter: “Na região de Olivença Alagoas (imagem plano aberto de homem,carroça,animal,tambor de água numa fonte),o grande problema é a falta de água potável,o que sai das cacimbas é um liquido esverdeado”, (mostra a água de cor esverdeada, sendo despejada no balde).

Fonte não identificada: “Banho a gente não pode tomar porque dá coceira, roupas se lava, quem não se dá, dar coceira também, é arriscado até pegar um germe”(ao fundo imagem de uma casa de taipa).

Repórter: “Até pra beber não há alternativa”.

Senhora sem nome identificado: “Eu boto água sanitária dentro e bebo, é o único jeito, vai fazer o que vai morrer de sede” (mostra a casa da senhora, uma pia com cerâmica, cheia de louça e ela mostrando dois baldes com água esverdeada).

Repórter: “Vamos agora ao sertão de Pernambuco”, (ao chamar o outro repórter a câmara faz um movimento por um solo rachado, uma imagem de plano fechada, que não dá para identificar se ali se trata de toda uma área ou de apenas um espaço pequeno de uma fonte que secou, já que as fontes quando secam ficam com característica de solo rachado, a câmara para em um agricultor e capta a imagem de uma lavoura seca e perdida).

Repórter Franklin Portugal – Floresta PE: “No sertão desde janeiro os índices de chuva estão trinta por cento a abaixo da média histórica da região, a situação é dramática para os criadores. No dia a dia difícil da seca eles têm que se preocuparem em conseguir comida e água para os animais”, (imagem do agricultor Severino jogando milho para as cabras).

Severino Pereira criador: “Um sofrimento grande o cabra aqui é pedindo um pouco d’água num canto e noto pra poder o caba ir dando os bichim, até negando quem tem.”

Repórter: “Dona Clara tenta salvar as duas vacas com redes amarradas a pés de Algaroba” (imagem de dona clara amarrando as redes e as vacas magras quase caindo, sendo sustentadas entre as redes e os pés de Algaroba).

Dona Clara: “Não tem o que fazer, é pedir a Deus pra ajudar, pra melhora a situação, pra dá chuva”.

Repórter: “Na fazenda de seu Ulisses esta cena virou comum, o gado com fome e sede para de reagir ao auxilio, a saída é queimar mandacaru, um tipo de cacto da caatinga, na alta temperatura os espinhos deixam de ser uma ameaça para o rebanho. O mandacaru é

servido junto a macambira, o alimento é disputado com desespero pelos animais, (seu Ulisses colocando espeques numa vaca caída, ao lado do coxo e queimando mandacaru, cortando em seguida e colocando no coxo para as vacas)”.

Ulisses Ferraz: “To com 83 anos, toda vida meu pai criou, eu desde menino que crio, nós cria todo tempo, mas uma situação dessa eu nunca vi na minha vida”, (fecha matéria com sonora de seu Ulisses ao lado da casa, da cerca de madeira e das vacas comendo o mandacaru).

Âncora 1(homem) : “O Ministério da Integração Nacional que cuida dos carros pipas informou que foi liberado 70 milhões de reais pra levar água até os municípios em situação de emergência, é quase a metade do que foi investido em todo o ano passado”.

Ancora2 (mulher): “E o Ministério da Agricultura vai aproveitar uma reunião com os secretários dos estados do Nordeste que já estava marcada para terça feira para discutir a questão da seca”.

7.1.3 Reportagem 3: feira agroecológica em Remígio e tecnologias de convívio com a seca ,Solânea – Paraíba.

Esta reportagem foi escolhida levando em conta que o seu conteúdo e discurso jornalístico dialoga com duas perspectivas, a primeira trata-se da forma mais comum que a seca é abordada nos demais programas telejornalísticos, ou seja, aparece o discurso da calamidade e do flagelo causados pela seca. Por outro lado, traz um discurso sobre as viabilidades do semiárido que mesmo com seca é possível habitá-lo e viver bem nesta região. Estas duas facetas parecem contemplar bem os dois períodos de seca em discussão e análise. Esta reportagem foi ao ar no final da seca de 2012 e início do ano de 2013.

Âncora: “O Globo Rural tem mostrado o drama dos agricultores, na Paraíba encontramos produtores que estão conseguindo produzir com técnicas simples e barata mesmo com tanta escassez de água”, (vinheta Globo Natureza).

Áudio da Repórter Beatriz Castro: “Terra seca, pouco pasto, açudes e barragens sem água,a estiagem não da trégua”(imagem coberta de solo seco,vegetação nativa seca,predominando o mandacaru,vacas magras,açudes secos e palma morta). Repórter

entra no cenário: “estamos no semiárido da Paraíba, região que desde o ano passado vem sofrendo com a forte estiagem, agora em Março deveria estar em plena época de chuvas, o chamado inverno que vai até meados do ano,deveria, mas o que choveu até agora por aqui ainda não foi suficiente para animar os produtores para o plantio”.

Repórter Beatriz Castro – solânea PB: “Os efeitos da pior seca dos últimos anos, por toda região foram sentidos em menor ou maior quantidade pelas famílias, em tempos difíceis assim o que faz toda a diferença é a tecnologia, adaptada, simples, mas muito eficaz” (cenário verde, palma e casa).

Repórter: “Seu Erenilson e dona Marinalva moram neste lote de 12 hectares num assentamento em Remigio (localização do município no mapa). Como muitos produtores da região, também sentiram os efeitos da seca, mas estão conseguindo passar por este período difícil graças as técnicas que aprenderam em treinamentos com associações e trocas de experiências com outros produtores. Eles usam a palma (mostra agricultor cortando palma e dando as cabras) para alimentar os animais, depois que dona Marinalva aprendeu num curso que deixar a criação de galinhas na lavoura só faz bem”.

Marinalva de Souza – agricultora: “Porque as galinhas elas cria limpinha né, e é muito importante pra palma”.

Repórter: “e pra galinha qual a importância de ficar ai neste cercado?”.

Marinalva: “Há eu acho que dá uma qualidade de vida melhor pra ela” (mostra dona Marinalva jogando milho para as galinhas).

Repórter: “com a ajuda de uma associação eles construíram duas cisternas, uma para o uso da família e outra para os animais e para aguar as plantas, (cenário verde com cisternas de consumo e de produção e os canteiros econômicos) também no curso eles conheceram a técnica do canteiro econômico, uma lona plástica é enterrada para reter a umidade por mais tempo no solo, assim dá pra cultivar frutas e hortaliças usando menos água e olha só este outro canteiro que garante bem o aproveitamento de um bem escasso por aqui, uma obra de engenharia como é que você faz aqui, você molha em cima e embaixo ao mesmo tempo?”.

Agricultora: “É eu molho em cima e as plantas de baixo a água já cai e já molha”.

Repórter: “e é suficiente o que cai lá em baixo?”.

Agricultora: “É suficiente”(imagem de horta de jirau, sendo molhada pela agricultora, que ao mesmo tempo já molha a outra horta em baixo do jirau, mostra como é possível conviver com técnicas simples reaproveitando a água).

Repórter: “Rede mais?”.

Agricultora: “Rende mais né e aproveita.”

Repórter: “Onde você aprendeu isto?”.

Agricultora: “Eu aprendi numa visita que eu fui em Solânea”.

Repórter: “esta barragem é a principal fonte de abastecimento de água do sitio, ela conseguiu atravessar o longo período de estiagem foi a salvação para dona Marinalva e seu Arenilson e mais 14 famílias vizinhas aqui do sitio”, (casal ao lado da barragem, vista da barragem). “Foi com a ajuda dos técnicos que seu Arenilson ampliou a barragem que hoje atende tanta gente e também foi assim com as outras técnicas que aprendeu ao longo destes anos, por onde se anda aqui, tem um pouquinho do conhecimento e de tecnologia” (imagem de bica no telhado com filtro feito de tambor).

Repórter: “Porque que o senhor resolveu investir nas tecnologias?”.

Arenilson de Souza- agricultor: “Porque a gente tem ajuda ai de umas pessoas que mostrou pra gente assim que era melhor assim, a gente terminou entendendo que era melhor” (Erenilson ao lado da cisterna e de seu quintal verde).

Repórter: “E dona Marinalva consegue melhorar ainda mais as coisas por aqui, toda semana ela leva tudo que produz nas hortas para esta feira em Remígio,quando ela chega,já tem freguês esperando”,(dona Marinalva chegando na feira agroecológica com as verduras, imagem mostra dimensão da feira e a presença de outros agricultores com seus produtos).

Freguês: “um real?”.

Marinalva: “É”.

Consumidora: “Acho muito ótimo ter uma ferinha assim, mais que tem uma coisa melhor que vem do roçado,ai ainda é melhor né”.

Repórter: “O que esta feira representa pra você” .?.

Dona Marinalva: “Esta feira representa muita coisa, foi um meio de um ter meu dinheirinho e melhorar a qualidade de vida em casa com meus filhos, mim sinto valorizada e muito”. (a questão da auto-estima, da promoção de qualidade de vida pra família e consumidores, comercialização do excedente, aumento da renda).

Repórter: “os agricultores recebem orientação técnica de órgãos oficiais ou de ONGs- Organizações Não Governamentais como a ASPTA, uma entidade de apoio a agricultura familiar e a agroecologia”.

Emanoel Dias- Agrônomo da ASPTA: “Os agricultores, as agricultoras, eles vem demonstrando que a partir de suas sabias experiências a melhoria de qualidade de vida vem acontecendo no campo, eles estão desenvolvendo estratégias que permite uma melhor convivência com esta região seca”.(imagem mostra quintal,animais,agricultores abrindo buraco e colocando lona e colhendo a palha de milho pra fazer a silagem).

Repórter: “Seu Luis e dona Eleite são outros bons exemplos de pequenos agricultores que usam a tecnologia para enfrentar as dificuldades causadas pela seca, eles vivem num sitio de 35 hectares em Solânea (mapa localiza o município de Solânea), onde plantam feijão e milho além da criação de gado, ovelha e as cabras que dão leite para o sustento da família (imagens da roça de palma,vacas gordas na coxeira se alimentando do que é produzido na propriedade, instalações rurais, abras) .parte dos alimentos dados vem da palma que o agricultor plantou consorciado com algumas árvores de plantas nativas”, (imagem plantio de palma consorciada com plantas nativas), com esta mudança de manejo o resultado foi surpreendente” .

Luís Souza- agricultor: “A palma é uma das plantas né, ela requer sombrio, porque na época que a gente pega uma seca terrível dessa a palma ela completamente fica quase morrendo e tendo estas outras culturas, palma, tendo Mororó, Feijão Brabo e outras diversidades de planta nativa, tem uma produção maior no próprio terreno né” (mostra a

viabilidade da produção de sequeiro quando aliada ao uso de técnicas eficientes, adequadas e adaptadas a região).

Repórter: “Além da palma, seu Luis nos mostra mais uma técnica que aprendeu pra alimentar o gado em plena seca, esta silagem foi feita com palha de milho e sorgo colhidos no ano passado. Já está no fim mais ainda garante comida no coxo enquanto a chuva não chega no pasto”(imagem do agricultor abrindo o silo e dando aos animais na coxeira).

Repórter: “E quando a água vier nada melhor do manter o solo preparado, por isto o agricultor aprendeu a técnica dessa cerca de pedra” (Imagem cerca de pedra pra evitar a erosão no solo, técnica preventiva).

Luis: “ela serve de barramento pra não entupir o deposito de água né, e também pra evitar erosão porque senão no decorrer do tempo a propriedade dele vai ficando cheia de erosão e sem ele fazer este manejo ele vai trazer grande prejuízo, porque a terra dele a cada ano vai sacrificando cada vez mais”.

Repórter: “outra técnica adotada no sitio é a cerca viva, com dupla função”(imagem da cerca com diversas plantas da caatinga como o mandacaru).

Agricultor: “ela serve de quebra vento, ela serve de alimentação pros animais fica muito mais barato e o ambiente agradece este trabalho com a cerca viva”.

Repórter: “duas cisternas garantem o abastecimento de água da casa, para o gado e a lavoura seu Luis conta com estes imensos tanques de pedra, formado com a água da chuva e adaptados para o armazenamento, um tesouro nestes dias de estiagem”.

Luis: “a água é de primeira qualidade né, o tanque de pedra é uma salvação, até que tem um pequeno versim que diz assim: Luis Souza tem um tanque na sua propriedade que dá 700 metro pra sua localidade foi ele quem invento, não tem bomba e nem motor e ela vai por gravidade (imagem da cisterna de consumo de modelo tradicional construída pelo agricultor e os tanques de pedra, como fonte de água para os animais, explorados e cuidados pelo agricultor).

Repórter: “são tecnologias simples como esta que estão garantindo a seu Luis e dona Eliete um bom estoque de comida na dispensa e mesa farta mesmo em época de seca severa”.

Créditos: Produção Helen Santos, imagem mostrando mesa farta e diversificada na hora do almoço.

Eleite: “aqui a gente não passa fome não e nunca falta (a fartura no Sab), sempre, sempre tem né, graças a Deus”.

Repórter: “Ho seu Luis e se não fosse estas tecnologias heim, como é que o senhor estaria enfrentando esta seca?”.

Luis: “a gente nem tava mais produzindo na própria propriedade porque a terra já tava enfraquecida e só a erosão e a produção ficava zero”.

Imagens: facheiro verde e bonito ao lado do tanque de pedra, mostrando que existe vida no semiárido, cabras, a casa da família bem estruturada, pintada, com antena, bica, luz elétrica, moto.

Créditos: edição de imagens: Orlando Daniel.

Ancora: “apesar de a chuva ter voltado em algumas regiões de parte do Nordeste, 198 municípios da Paraíba continuam em estado de emergência por causa da seca, segundo o ministério da integração nacional. (fonte oficial) Em todo o semiárido nordestino são quase mil e trezentos municípios (muda a concepção de NE para Semiárido).

Duração: 08:19 minutos.

7.2 ANEXOB: CONTATO COM A EDIÇÃO DO GLOBO RURAL: SOLICITAÇÃO DE REPORTAGENS.

De: uilson viana de souza [\[mailto:uilsonego@hotmail.com\]](mailto:uilsonego@hotmail.com)
Enviada em: sexta-feira, 11 de março de 2016 17:49
Para: Fernando schwarz
Assunto: informações urgentes...

Boa Tarde, Fernando, sou Uilson Viana, Jornalista, moro em Juazeiro Bahia, estou fazendo contato com vc por intermédio da referencia do Sr. Elisandro, da afiliada da Globo(Tv

Grande Rio)de Petrolina PE.Estou fazendo uma pesquisa de mestrado e o objeto de pesquisa trata-se da catalogação e análise das matérias que saíram no Globo Rural sobre Seca no ano de 1983 e 2012 .Trata-se de um estudo de caso comparativo do programa em relação aos dois períodos.Para tanto eu precisaria ter acesso a todas as matérias do globo rural destes dois anos,assistir todas e depois catalogar e enumerar apenas as de interesse do estudo.Como sei que isto é impossível de ser encontrado nos sites de domínio publico,gostaria de saber como devo me proceder para ter este acesso com o pessoal do CDOC(arquivo),gostaria de dirigir-me e solicitar formalmente este material,caso tenha necessidade de assinar algum termo ou enviar algum documento da universidade.Fico no aguardo do seu retorno.A pesquisa do mestrado ja esta em andamento,mas a parte de analise ainda não começou tendo em vista que este é o primeiro contato que estou fazendo.Desde já conto com vossa indispensável atenção. Atenciosamente,

Uilson Viana de Souza - Mestrando em Educação,Cultura e Territórios Semiáridos/Técnico Agropecuária/Jornalista/Administrador/Especialista em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido/Pós-graduando em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ Contatos: (74) - 88123862 (oi),91082323 (tim),99855780(vivo)

From: fernando.schwarz@tvglobo.com.br

To: uilsonego@hotmail.com

Subject: RES: informações urgentes...

Date: Mon, 14 Mar 2016 11:50:21 +0000

Olá Uilson,

Vou encaminhar seu pedido ao Cedoc aqui de SP para ver qual o procedimento a ser adotado.

Abs e retorno assim que tiver as informações

abs

Fernando Schwarz

Editor Sr

Tel (11) 5509-9129

fernando td bem?

gostaria de saber se vc ja encaminhou para o cedoc,eu gostaria se possivel do contato de telefone,estou num prazo expirando,e estou sendo pressionado pelo prazo da pesquisa a resolver tal demanda grato

Uilson Viana de Souza - Mestrando em Educação,Cultura e Territórios Semiáridos/Técnico Agropecuária/Jornalista/Administrador/Especialista em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido/Pós-graduando em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ Contatos: (74) - 88123862 (oi),91082323 (tim),99855780(vivo).

From: fernando.schwarz@tvglobo.com.br

To: uilsonego@hotmail.com

Subject: RES: RES: informações urgentes...

Date: Wed, 16 Mar 2016 13:22:52 +0000

Uilson, bom dia.

Sim, já encaminhei. E, conforme lhe escrevi no último email, logo abaixo o seu, assim que tiver o retorno do Cedoc entro em contato.

Abs

RE: RES: RES: informações urgentes...

Responder|

qui 17/03, 20:04

Fernando schwarz (fernando.schwarz@tvglobos.com.br)

Itens Enviados

ok fico grato pelo seu esforço,mas vc acha que demora muito do pessoal te da este retorno?eu to literalmente com a corda no pescoço,kkk.